



Balanço Soteropolitano

Indicadores Orçamentários e Fiscais 2022 Análise Simplificada

Volume 5

SECRETARIA DA FAZENDA MUNICIPAL
DIRETORIA DO TESOURO MUNICIPAL
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



**Prefeitura
de Salvador**



Prefeitura de Salvador

Edição 2022

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SEFAZ
DIRETORIA DO TESOURO MUNICIPAL - DTM
CONTADORIA GERAL MUNICÍPIO – CTM

INFORMAÇÕES – CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (CTM)

Telefone: Fone: (71) 3202-8421

Correio eletrônico: lbteixeira@sefaz.salvador.ba.gov.br

Disponível em: www.sefaz.salvador.ba.gov.br



Balanço Soteropolitano

Relatório Contábil de Propósito Geral RCPG 2022

Bruno Soares Reis
Prefeito

Giovanna Testa Victer
Secretária da Fazenda de Salvador

Antônio Ricardo Gois Pereira
Diretor do Tesouro Municipal

Luciana Borges Teixeira
Contadora Geral do Município

EQUIPE TÉCNICA GERENCIAL

Adriana Barbosa Gomes
Ana Bárbara Martins Riberio dos Santos
Carla Maria Rodrigues Peixoto
Rodrigo Mathias Praxedes da Silva
Sueli Soares Moreira
Valério Filizola Nogueira

EDIÇÃO 2022
INFORMAÇÕES – CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (CTM)

Telefone: Fone: (71) 3202-8421
Correio eletrônico: lbteixeira@sefaz.salvador.ba.gov.br
Disponível em: www.sefaz.salvador.ba.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte





Sumário

| | |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO | 4 |
| INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA DA LRF | 5 |
| RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO) | 6 |
| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (ANEXO I) | 7 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (ANEXO III) | 10 |
| RESULTADO PRIMÁRIO E RESULTADO NOMINAL (ANEXO VI) | 14 |
| APLICAÇÃO EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (MDE) E RECEITAS DO FUNDEB (ANEXO VIII) | 18 |
| APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) (ANEXO XII) | 24 |
| RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF) | 26 |
| DESPESA DE PESSOAL (ANEXO I) | 27 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – DCL (ANEXO II) | 29 |
| DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR (ANEXO V) | 31 |
| GLOSSÁRIO | 33 |



APRESENTAÇÃO

Os dados apresentados no Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e no Relatório de Gestão Fiscal – RGF, ambos de escrituração e divulgação exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, são instrumentos de transparência do comportamento de receitas e de despesas e da saúde financeira e fiscal dos entes públicos.

Os relatórios apresentam dados na forma estipulada pela legislação que regulamenta a matéria, em especial o Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. São muitas as regras, as validações e as combinações de informações em cada quadro, de modo a tornar possível a mensuração dos indicadores da gestão fiscal.

Em face da complexidade das regras orçamentárias e fiscais, os resultados demonstrados em cada um dos anexos do RREO e do RGF podem vir a ser compreensíveis apenas para aqueles que integram a Administração Pública ou que, pelo menos, tenham alguma familiaridade com os assuntos pertinentes à área contábil e de finanças públicas.

Considerando essa realidade, a presente exposição se propõe a apresentar os dados orçamentários e fiscais do Município do Salvador, numa ótica de simplificação do tema (na medida do possível) para que se possa consolidar o propósito de transparência dos resultados alcançados no exercício de 2022.

Os termos técnicos procuraram ser didaticamente explicados ao longo do relatório e os resultados alcançados foram inseridos no contexto operacional do ente com o objetivo de facilitar a leitura do tema.

Para auxiliar na leitura daqueles que ainda não se encontram completamente familiarizados com o tema finanças públicas, sugere-se a consulta do glossário para auxílio quanto aos conceitos básicos e preliminares à compreensão do cenário fiscal.



INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA DA LRF

Em 04 de maio de 2000 foi sancionada a Lei Complementar nº 101, popularmente conhecida por Lei de Responsabilidade Fiscal, exigindo planejamento, coordenação e transparência das ações dos entes públicos, com o intuito de manter o erário sob controle e de modo a evitar condutas financeiras e econômicas irresponsáveis por parte dos gestores públicos.

Esta lei obriga que os resultados da gestão orçamentária, financeira e fiscal sejam apresentados de forma detalhada à sociedade civil, ao Poder Legislativo e aos Tribunais de Contas, órgãos que possuem a competência para opinar pela aprovação ou rejeição das contas dos gestores públicos.

A LRF introduziu diversas inovações em termos de demonstração dos fatos contábeis e de execução orçamentária, tratou de endividamento e de metas fiscais, dentre outros temas, ao estabelecer o monitoramento periódico de todos os indicadores que estabeleceu.

Para cumprimento de seus termos sobre controle dos limites e metas definidos, e, sobretudo, para garantir a divulgação de modo uniforme e sistematizado de todas as informações necessárias ao acompanhamento da execução orçamentária e fiscal, a LRF instituiu dois importantes instrumentos de acompanhamento das contas públicas com seus limites e metas: o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO e o Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

As páginas seguintes abordam os aspectos conceituais mínimos dos principais relatórios, demonstrando os resultados auferidos por Salvador no ano de 2022 e explicando de modo sucinto o que tais resultados indicam.

Cada item trata brevemente de um relatório específico. Desse modo, o leitor pode escolher entre avaliar apenas anexos que surjam como ponto de interesse ou debruçar-se sobre todos eles.



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO)

Este relatório é publicado bimestralmente pela Prefeitura para cumprir as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal. Composto por 13 anexos, evidencia se há sintonia ou descompasso entre as diretrizes e metas estabelecidas pela gestão e o que está sendo executado em relação aos ingressos e gastos.

Os anexos do RREO trazem informações sobre receitas, despesas, situação previdenciária, endividamento, alienação de ativos, dentre outros; com o propósito de permitir o monitoramento da situação financeira e fiscal do ente; e são os seguintes:

- Balanço Orçamentário;
- Demonstrativo da Execução da Despesa por Função / Subfunção;
- Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias;
- Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal;
- Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão;
- Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE;
- Demonstrativo das Receitas de Operação de Crédito e Despesas de Capital;
- Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência;
- Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos;
- Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde;
- Demonstrativo das Parcerias Público Privadas - PPP;
- Demonstrativo Simplificado do RREO.

O último RREO do exercício 2022 foi publicado por meio da Portaria SEFAZ nº 09/2023, no Diário Oficial do Município de 30/01/2022, tendo sido nessa mesma data disponibilizado na íntegra no Portal da Transparência da Prefeitura de Salvador no seguinte endereço eletrônico:

<http://www.transparencia.salvador.ba.gov.br/#!/RelatorioResumoExecucaoOrcametaria>

A seguir encontram-se algumas informações sobre os principais resultados demonstrados no RREO do 6º Bimestre de 2022 da cidade de Salvador.



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (ANEXO I)

| | R\$ milhões |
|---|--------------|
| Receita Total (I) | 9.664 |
| Receita Corrente (Exceto Intraorçamentária) | 8.813 |
| Receita Tributária | 3.418 |
| Receita de Contribuições | 445 |
| Receita Patrimonial | 590 |
| Receita Industrial | 0 |
| Receita de Serviços | 4 |
| Transferências Correntes | 4.165 |
| Outras Receitas Correntes | 190 |
| Receita de Capital (Exceto Intraorçamentária) | 472 |
| Operações de Crédito | 357 |
| Alienação de Bens | 6 |
| Transferências de Capital | 49 |
| Outras Receitas de Capital | 60 |
| Receita Intraorçamentária | 379 |
| Despesa Total (II) | 9.116 |
| Despesa Corrente (Exceto Intraorçamentária) | 7.487 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 2.863 |
| Juros | 88 |
| Outras Despesas Correntes | 4.536 |
| Despesa de Capital (Exceto Intraorçamentária) | 1.251 |
| Investimentos | 1.076 |
| Inversões | 105 |
| Amortização | 69 |
| Despesa Intraorçamentária | 379 |
| Resultado Orçamentário (I - II) | 547 |

Tabela 1 – Resultado Orçamentário

O primeiro anexo do RREO, o Balanço Orçamentário, é uma demonstração sintética de receitas e despesas orçamentárias, representada pela subtração do total de despesas das receitas recebidas.

| | R\$ milhões |
|--|--------------|
| Receita Total (I) | 9.664 |
| Despesa Total (II) | 9.116 |
| Resultado Orçamentário (I - II) | 547 |

Tabela 2 – Resultado Orçamentário Resumido

Essa equação – receitas menos despesas – permite conhecer o resultado orçamentário. De modo bastante simplificado, pode-se conceituar receitas como todas as entradas de recursos financeiros no caixa público, que podem ser utilizadas na ação governamental. E como despesas, todos os desembolsos empenhados para esse fim. Nesse sentido, empenhar significa, em termos financeiros, comprometer recursos para um pagamento



que deve acontecer quando atendidas algumas condições pelo fornecedor, tais como entrega do bem ou serviço, apresentação da documentação correspondente, dentre outras exigências.

Além disso, o demonstrativo indica quanto se conseguiu arrecadar em relação ao montante previsto; quanto se executou de despesas em relação à dotação fixada no ano e ainda o total de créditos que movimentou as dotações consignadas no orçamento, considerando as diversas fontes de financiamento: anulação de dotações para remanejamento; excesso de arrecadação; superávit financeiro do exercício anterior e operações de crédito.

Quais são as informações mais importantes do Balanço Orçamentário?

Já sabemos que confronto entre as receitas e despesas orçamentárias nos indica o resultado orçamentário do ano, objeto principal do Balanço Orçamentário.

A execução orçamentária em um determinado exercício (ano), sintetizada pelo Balanço Orçamentário, pode ter resultado positivo (superávit) ou negativo (déficit). Em outras palavras, quando receitas forem maiores que as despesas, verificaremos um superávit orçamentário. Se, todavia, houver a situação inversa, despesas empenhadas maiores que as receitas arrecadadas, será verificado um déficit orçamentário.

O Balanço Orçamentário também permite vislumbrar de forma rápida se houve excesso de arrecadação, ou seja, se os ingressos de receitas superaram os valores que foram inicialmente previstos quando do planejamento e aprovação da Lei Orçamentária Anual; ou se houve frustração desses montantes.

Permite auferir também a economia orçamentária, ou seja, quanto da dotação de despesas não foi utilizada no exercício. De acordo com o Art. 59 da Lei nº 4.320/64 e Art. 167 II da Constituição Federal a despesa orçamentária não poderá exceder ao limite dos créditos orçamentários (dotações consignadas no orçamento).

Qual o Resultado Orçamentário de Salvador em 2022?

Salvador realizou R\$9.664 milhões entre receitas correntes e de capital. Em contrapartida teve uma despesa total de R\$9.116 milhões, alcançando dessa forma, um superávit orçamentário de R\$547 milhões.

Esse resultado positivo contribuiu para um aumento de suas disponibilidades líquidas (valores livres em caixa), uma vez que houve sobra de recursos financeiros do exercício



não comprometida com despesas, garantindo-se a certeza de cobertura financeira para todas as despesas realizadas.

Ainda nesta seara, importante ressaltar que o principal fator deste resultado foi o excesso de arrecadação realizado em 2022, uma vez que ante uma receita de R\$9.664 milhões, fora previsto a realização de R\$ 9.352 milhões, ou seja, um excesso de R\$ 312 milhões. Tal excesso teve origem principalmente nas receitas correntes, que tiveram uma realização 112,31% maior que o previsto, fruto do reaquecimento da atividade econômica, decorridos os piores momentos da pandemia e do cenário macroeconômico nacional.

As receitas de capital, todavia, apresentaram realização aquém do projetado para exercício de 2022, com realização de 42% em relação ao montante esperado. A arrecadação em valores menores que o planejado pôde ser visto especialmente nas receitas de alienação de bens, que alcançou o percentual de realização de 6% em relação à previsão inicial.

Do ponto de vista contábil, este incremento na receita, focado nas receitas correntes, representa boa perspectiva para o ente, uma vez que tais receitas não geram novos passivos ou a redução de ativos, enquanto as receitas de capital sim.

| | Previsto | Realizado | % |
|---|--------------|--------------|---------------|
| Receita Total (I) | 9.352 | 9.664 | 103,34 |
| Receita Corrente (Exceto Intraorçamentária) | 7.847 | 8.813 | 112,31 |
| Receita Tributária | 3.248 | 3.418 | 105,22 |
| Receita de Contribuições | 426 | 445 | 104,65 |
| Receita Patrimonial | 98 | 590 | 604,90 |
| Receita Industrial | 0 | 0 | - |
| Receita de Serviços | 24 | 4 | 17,57 |
| Transferências Correntes | 3.876 | 4.165 | 107,44 |
| Outras Receitas Correntes | 174 | 190 | 109,25 |
| Receita de Capital (Exceto Intraorçamentária) | 1.124 | 472 | 42,00 |
| Operações de Crédito | 785 | 357 | 45,44 |
| Alienação de Bens | 104 | 6 | 6,04 |
| Transferências de Capital | 175 | 49 | 28,07 |
| Outras Receitas de Capital | 60 | 60 | - |
| Receita Intraorçamentária | 381 | 379 | 99,31 |

Tabela 3 - Comparativo Receita Prevista x Realizada

No aspecto da despesa, não houve economia orçamentária, uma vez que se fez necessária a abertura de créditos adicionais no montante de R\$2.215 milhões para a execução do total empenhado em 2022. Essas despesas adicionais foram custeadas com a arrecadação superior ao quanto inicialmente previsto (excesso de arrecadação)



e pelo superávit financeiro de exercícios anteriores (sobra de disponibilidades não comprometidas com despesas em exercícios anteriores).

Importante ressaltar que as despesas correntes, notadamente aquelas destinadas à manutenção dos órgãos públicos, apresentaram um ritmo de crescimento inferior ao da receita. Isso permite a alocação de recursos em ações finalísticas e a realização de investimentos com recursos próprios.

O aumento de receitas fez com que a prefeitura acelerasse o ritmo de investimentos no Município. Neste sentido, a execução orçamentária de despesas com investimento alcançou o patamar de 98% do quanto previsto inicialmente no orçamento.

| | Orçado | Atualizado | Executado | % (Exec/ Orç) |
|--|--------------|---------------|--------------|---------------|
| Despesa Total (I) | 8.703 | 10.918 | 9.116 | 105% |
| Despesa Corrente (Exceto Intraorçamentária) | 7.004 | 8.546 | 7.487 | 107% |
| Pessoal e Encargos Sociais | 2.969 | 3.113 | 2.863 | 96% |
| Juros e Encargos da Dívida | 105 | 89 | 88 | 83% |
| Outras Despesas Correntes | 3.931 | 5.343 | 4.536 | 115% |
| Despesas de Capital (Exceto Intraorçamentária) | 1.298 | 1.956 | 1.251 | 96% |
| Investimentos | 1.098 | 1.775 | 1.076 | 98% |
| Inversões | 115 | 110 | 105 | 91% |
| Amortização | 84 | 71 | 69 | 82% |
| Reserva de Contingência | 20 | 20 | - | 0% |
| Despesa Corrente Intraorçamentária | 379 | 394 | 376 | 99% |
| Despesa de Capital Intraorçamentária | 3 | 3 | 2 | 83% |

Tabela 4 - Economia de Recursos

Ainda sobre o reaquecimento da economia, cabe destacar que as inversões financeiras, com execução de 82% do orçamento previsto inicialmente, foram aplicadas, principalmente, para oferta de microcrédito ao munícipe pequeno empreendedor, de modo a possibilitar a retomada das atividades econômicas por meio do Fundo de Crédito Emergencial (Lei 9.570/2021).

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (ANEXO III)

| | R\$ milhões |
|------------------------------------|--------------|
| Receita Corrente | 9.309 |
| (-) Deduções da Receita Corrente | 757 |
| Receita Corrente Líquida | 8.552 |

Tabela 5 – Receita Corrente Líquida



A Receita Corrente Líquida – RCL é formada pelas receitas correntes do Município, abatidas das transferências para formação do FUNDEB; daquelas relativas à contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema próprio de previdência, bem como da receita das aplicações financeiras destes valores; e das receitas provenientes da compensação financeira entre os regimes de previdência. Todas essas exclusões são definidas na LRF.

Seu cálculo toma por base as receitas correntes do mês de referência, somada aos onze meses anteriores. Desta forma, sempre considera a receita de doze meses, o que garante respeitar a sazonalidade que cada receita pode vir a ter. Ao final de cada exercício esse demonstrativo mostra a RCL do ano que se encerra.

A partir do exercício 2020, em função da publicação das Emendas Constitucionais 100/2019 e 105/2019, que alteraram os artigos nº 166 e 166-A da CF/88, além da RCL, os entes passaram a mensurar a RCL Ajustada. Nessa nova métrica, admite-se o mesmo cálculo padrão da RCL, excluindo-se, todavia, os valores de receita provenientes de emendas parlamentares individuais e de bancada.

Emendas parlamentares são instrumentos utilizados pelo Congresso Nacional para participar da elaboração do orçamento anual. Em outras palavras é a oportunidade que os Deputados e Senadores têm de acrescentarem novas programações orçamentárias com os objetivos de atender as demandas das comunidades que representam. As emendas podem ser individuais, quando de autoria de um parlamentar ou de bancada, quando a autoria vem de um grupo de parlamentares.

Qual a Importância do Acompanhamento da RCL?

Tanto a RCL quanto a RCL Ajustada são utilizadas para mensurar diversos indicadores fiscais dos entes nacional e subnacionais, tais como: a capacidade de endividamento; os valores máximos a serem realizados em operações de crédito; o percentual de despesa com pessoal que o ente pode assumir; os montantes de parcerias público-privadas que podem ser firmadas, dentre outros.

Em outras palavras, a RCL é uma espécie de termômetro capaz de indicar pontos limítrofes para algumas despesas e para operações de financiamento das ações de governo com recursos de terceiros.

Atualmente, embora parta do mesmo cálculo base, a Constituição determina que a RCL receba ajustes quando utilizada como indicador para mensuração dos índices de



pessoal e de endividamento e para os limites de garantias e de realização de operação de crédito.

A tabela seguinte indica qual tipo de RCL é utilizada para mensuração de cada limite.

| Índice | RCL Ajustada | | Limite Legal (Percentual da RCL Ajustada) |
|-----------------------------|--|---|---|
| | Desconta emendas parlamentares individuais | Desconta emendas parlamentares de bancada | |
| Despesa de Pessoal | ✓ | ✓ | 54,00% |
| Dívida Consolidada Líquida | | ✓ | 120,00% |
| Garantias e Contragarantias | | ✓ | 22,00% |
| Operações de Crédito | | ✓ | 16,00% |

Tabela 6 – RCL Ajustada

Como Está a RCL de Salvador?

Em comparação ao exercício de 2021, a RCL de 2022 apresentou um aumento percentual de 22%, motivado pela elevação da arrecadação das receitas correntes, em especial o aumento das receitas tributária, das transferências correntes e das receitas patrimoniais, sendo esta última motivada pelo aumento da taxa básica de juros promovida pelo Banco Central.

A RCL alcançou a cifra de R\$ 8.552 milhões e a RCL Ajustada o valor de R\$8.458 milhões. O gráfico 1 e a tabela 6 indicam a evolução da RCL em valores reais, ao seja, quando descontados os efeitos da inflação.

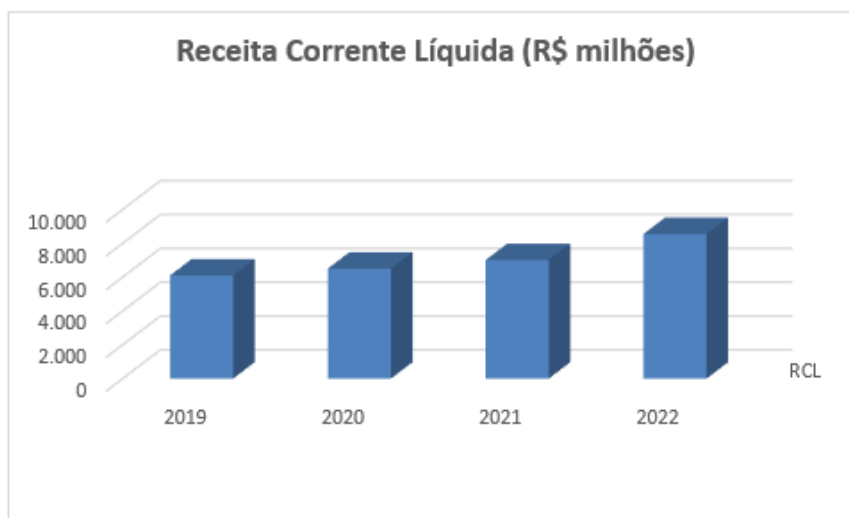


Gráfico 1 - Evolução da RCL



R\$ milhões

| Especificação | Exercício | | Variação Absoluta | Var. Nominal % |
|--|--------------|--------------|-------------------|----------------|
| | 2021 | 2022 | | |
| RECEITAS CORRENTES | 7.670 | 9.309 | 1.640 | 21,38% |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 2.890 | 3.418 | 528 | 18,27% |
| IPTU | 824 | 906 | 82 | 9,91% |
| ISS | 1.233 | 1.466 | 232 | 18,85% |
| ITIV | 246 | 263 | 17 | 6,93% |
| IRRF | 247 | 351 | 104 | 42,38% |
| Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 340 | 432 | 92 | 27,16% |
| Contribuições | 405 | 445 | 41 | 10,11% |
| Receita Patrimonial | 123 | 590 | 467 | 379,79% |
| Rendimentos de Aplicação Financeira | 94 | 365 | 271 | 288,30% |
| Outras Receitas Patrimoniais | 29 | 225 | 196 | 676,56% |
| Receita Industrial | 0 | 0 | (0) | -4,14% |
| Receita de Serviços | 36 | 4 | (32) | -88,12% |
| Transferências Correntes | 4.082 | 4.661 | 579 | 14,19% |
| Cota-Parte do FPM | 1.094 | 1.392 | 298 | 27,20% |
| Cota-Parte do ICMS | 897 | 905 | 8 | 0,93% |
| Cota-Parte do IPVA | 245 | 292 | 47 | 19,34% |
| Cota-Parte do ITR | 0 | 1 | 1 | 14327,57% |
| Transferência da LC 61/1989 | 8 | 6 | (2) | -24,79% |
| Transferências do FUNDEB | 769 | 904 | 135 | 17,53% |
| Outras Transferências Correntes | 1.067 | 1.161 | 94 | 8,84% |
| Outras Receitas Correntes | 134 | 190 | 56 | 42,05% |

Tabela 7 - Comparativo da RCL 2021 x 2022

No gráfico é possível observar que entre os exercícios de 2020 e 2021 a RCL permaneceu praticamente estagnada (retração de 0,48%), principalmente pela instabilidade econômica vivida no período da pandemia, bem como pela alta inflação registrada no período de 2021, 10,06%. Entretanto, com a retomada das atividades econômicas no exercício de 2022 foi registrado um aumento percentual real de 12,01%, em valores absolutos, R\$ 926 milhões.

A manutenção do crescimento da RCL deve ser perseguida como uma das metas para perenidade do equilíbrio fiscal. Seu crescimento constante, aliado ao controle de despesas, é um dos parâmetros para manutenção de um fluxo operacional saudável nos entes públicos.



RESULTADO PRIMÁRIO E RESULTADO NOMINAL (ANEXO VI)

Esse anexo do RREO apresenta alguns conceitos muito importantes relacionados ao endividamento e ao esforço de caixa para pagar as parcelas da dívida pública, no sentido de garantir a viabilidade das operações de financiamento.

Ambos componentes – resultado primário e resultado nominal – são mensurados ao mesmo tempo, numa metodologia que recebeu a alcunha técnica de “acima da linha”. Entretanto, apenas com o intuito de buscar um melhor efeito didático há a seguir uma separação do Anexo VI com foco na mensuração do resultado primário e na sequência, do resultado nominal.

O Que é e o Que Nos Pode Informar o Resultado Primário?

| | R\$ milhões |
|------------------------------------|--------------|
| Receita Primária (I) | 8.563 |
| Receitas Correntes Primárias | 8.448 |
| Receitas de Capital Primária | 115 |
| Despesa Primária (II) | 8.477 |
| Despesas Correntes Primárias | 7.325 |
| Despesas de Capital Primária | 1.152 |
| Resultado Primário (I - II) | 86 |

Tabela 8 – Resultado Primário

A Lei de Responsabilidade Fiscal elegeu o controle do endividamento público como um dos principais focos de uma gestão fiscal responsável.

O Art. 4º da LRF define que o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá Anexo de Metas Fiscais, no qual serão estabelecidas metas anuais para resultados nominal e primário de cada exercício.

Por sua vez, o Art. 9º determina que, a cada bimestre, caso a realização da receita não se comporte como o esperado; trazendo risco “ao cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais”; os Poderes e Ministério Público devem promover contenção das despesas públicas segundo os critérios definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

O dispositivo evidencia, portanto, que a receita é a variável sob a qual o Poder Público modulará seus gastos (em que pese uma parcela bastante relevante da despesa pública ser de caráter obrigatório e de difícil eliminação ou contenção, uma vez criada). Havendo



frustração de receitas, não resta ao gestor alternativa para cumprir as metas fiscais vigentes, senão cortar despesas primárias discricionárias.

O resultado primário é mensurado pela diferença entre receitas e despesas primárias. Aquelas, representam os ingressos de natureza operacional do ente, os que derivam de suas atividades de rotina e estarão sempre presentes em maior ou menor amplitude, tais como as receitas tributárias, patrimoniais (exceto financeiras), de transferências, serviços, dentre outras. As despesas primárias, por seu turno, representam todos os pagamentos do Município, necessários ao seu funcionamento, inclusive as atividades de investimento. Apenas as despesas com pagamento de dívida e juros das operações de financiamento estão à margem desse conceito.

Já o resultado primário, obtido a partir do cotejo entre receitas e despesas primárias num dado período, pode ser entendido como o esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública. Quando o resultado primário é um valor positivo, necessariamente está sendo feita uma economia para a diminuição do endividamento. De outro lado, quando o resultado primário é negativo, necessariamente, o ente está aumentando seu endividamento.

Da mesma forma, as metas primárias podem ser positivas quando se pretende executar uma política de redução de dívidas; ou negativa quando se espera aumentar a capacidade de investimento, a partir da obtenção de financiamentos (contratação de dívida pública). Neste ponto, importante ressaltar que o fato de se ter um resultado primário negativo, ou seja, uma perspectiva de aumento de endividamento, não necessariamente indica algo ruim, uma vez que ao passo que se contrata uma dívida, também se reduz o tempo de conclusão de investimentos, que seriam muito demorados, ou, por vezes inexistentes, se financiados apenas com recursos próprios.

O grau de maturidade e saúde fiscal do ente não pode ser medido de forma isolada pela meta de endividamento. É importante avaliar a capacidade de pagamento das dívidas contraídas. O que deve ser evitado a todo custo é o descumprimento da meta máxima estipulada, de modo a manter os limites fiscais de acordo com o planejado.



O Que é e o Que Nos Indica o Resultado Nominal?

| | R\$ milhões |
|---|-------------|
| Resultado Primário (I - II) | 86 |
| Juros Nominais (III) | 167 |
| Juros Ativos | 344 |
| (-) Juros Passivos | 177 |
| Resultado Nominal (I - II + III) | 253 |

Tabela 9 – Resultado Nominal

O resultado nominal representa a variação da Dívida Consolidada Líquida - DCL em dado período. Pode ser obtido pela subtração entre o estoque final da dívida de um exercício pelo estoque final da dívida do exercício seguinte, ou seja, a diferença líquida entre o quanto se devia no passado e o quanto se deve agora, denominada metodologia “abaixo da linha”.

Assim, um resultado nominal positivo indica que houve uma diminuição da DCL (o ente passou a dever menos em relação ao montante de suas disponibilidades de caixa). Já um resultado negativo indica que houve aumento (o ente público passou a comprometer mais do seu caixa com o montante da dívida a ser paga).

Qual a Correlação Entre o Resultado Primário e o Resultado Nominal?

Além de ser calculado de forma direta pela variação da DCL, o Resultado Nominal também pode ser calculado a partir do Resultado Primário com metodologia “acima da linha”, por meio da adição da diferença entre juros ativos e juros passivos. Os juros ativos são as receitas financeiras do Município, ou seja, rendimentos de aplicações, entre outras de menor vulto. Juros passivos, por sua vez, são os encargos, juros e atualizações monetárias incorridos sobre as dívidas do Município. Importante ressaltar que, para a apuração dos valores em relação à meta primária e nominal, deve-se sempre utilizar a metodologia “acima da linha”.

Resultados primário e nominal têm tendências semelhantes, ou seja, um resultado primário positivo contribui no sentido de aumentar o resultado nominal. Dessa forma, a apresentação dos resultados primário e nominal é convergente – os resultados com sinal positivo, tanto para o resultado primário como para o resultado nominal, são considerados superávits e os resultados com sinal negativo são considerados déficits.

Os juros passivos tendem a diminuir o resultado nominal, dado que aumentam o montante da dívida consolidada líquida. Já os juros ativos tendem a aumentar o resultado nominal, visto que reduzem o montante da dívida consolidada líquida. Em



resumo, caso o resultado primário somado aos juros ativos seja maior que os juros passivos, a dívida líquida diminuirá e o resultado nominal será positivo. Caso os juros passivos sejam maiores que a soma do resultado primário com os juros ativos, a dívida consolidada líquida aumentará e o resultado nominal será negativo.

Como Estão o Resultado Primário e o Resultado Nominal de Salvador?

Salvador executa uma política de endividamento responsável, com o objetivo de acelerar investimentos e implantar programas de cunho social num tempo mais curto. Para tanto, conta com a assessoria de entidades internacionais e bancos de investimento com larga experiência no financiamento e acompanhamento da implantação de políticas públicas.

Nesse contexto, tanto as metas de resultado primário como de resultado nominal têm sido definidas nos últimos anos com números negativos, indicando o sentido de contratação de operações de crédito e outros financiamentos com recursos de terceiros.

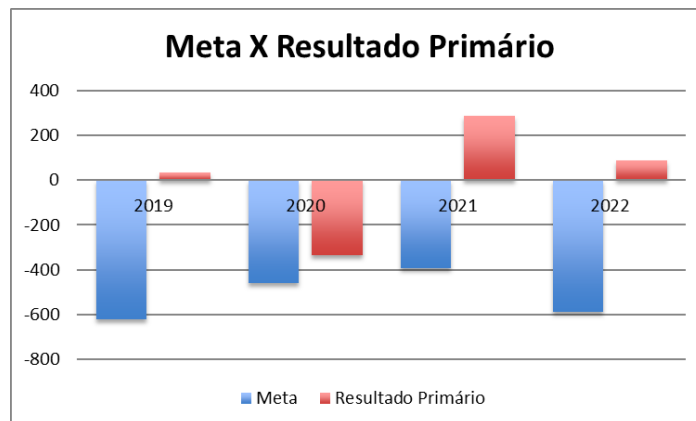


Gráfico 2 (a) - Evolução do Resultado Primário

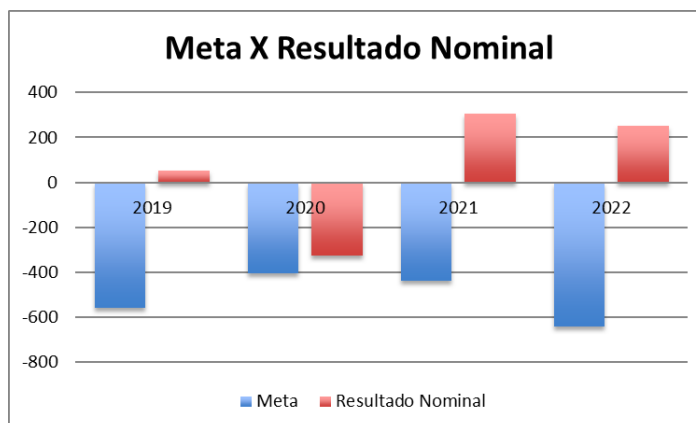


Gráfico 2 (b) - Evolução do Resultado Nominal



Embora a meta tenha sido sempre negativa nos últimos anos, nem sempre a execução aconteceu como planejado. Em 2022, por exemplo, a receita corrente realizada em valor superior ao previsto possibilitou um superávit primário, mesmo com o crescente investimento realizado pela prefeitura.

De igual modo o aumento de receitas correntes foi responsável pela redução do endividamento líquido (vide seção sobre a Dívida Consolidada Líquida, deste volume), contribuindo para um superávit primário de R\$86 milhões.

Na mesma esteira, os valores em caixa associados a um aumento das taxas básicas de juros, gerou um acréscimo nos ganhos com juros ativos, tendo como consequência a obtenção de resultado nominal positivo de R\$253 milhões.

É preciso citar que esta disponibilidade de caixa afeta diretamente a DCL, porque sua mensuração é sempre feita a partir da dívida consolidada bruta, abatida das disponibilidades de caixa e haveres financeiros existentes. De outro modo, podemos dizer que se considera como dívida consolidada líquida apenas os valores financiados a pagar que excedam ao montante de recursos financeiros não comprometidos (poupança).

APLICAÇÃO EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (MDE) E RECEITAS DO FUNDEB (ANEXO VIII)

| | R\$ milhões |
|--|---------------|
| Receita Resultante de Impostos | 5.585 |
| Despesas Consideradas como Aplicações em MDE | 1.432 |
| Índice em MDE | 25,65% |

Tabela 10 – Aplicação MDE

A Constituição Federal determina que no mínimo 25% das receitas resultantes de impostos e transferências de impostos deverão ser aplicadas em educação pelos municípios anualmente.

Além de aplicar diretamente parte das receitas tributárias e de transferências no financiamento da educação, o Município, assim como a União e todos os demais entes subnacionais, aplicam recursos próprios no FUNDEB. Parte dos recursos desse fundo



é transferida de volta para o Município e deve ser gasta com o pagamento de salário dos professores e com outras despesas relativas à educação infantil e educação básica.

A educação recebe outros recursos para manutenção de suas atividades tais como recursos da merenda escolar e outros aportes, transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE tem por objetivo dar transparência às informações das receitas e despesas relacionadas à educação, especialmente quanto ao cumprimento dos limites mínimos de aplicação em MDE, dos recursos destinados e recebidos do FUNDEB e ao cumprimento das regras para aplicação desses recursos, permitindo a avaliação e controle pelo governo e pela sociedade.

Como Está o Índice de Aplicação em MDE de Salvador?

A retomada das atividades escolares de modo presencial, resultou na necessidade de aumento das despesas por parte do Fundo Municipal de Educação, quando comparada ao exercício financeiro de 2021. Esse acréscimo nominal equivale a mais de R\$200 milhões de incremento de despesas.

Entretanto, o aumento das receitas de impostos e transferências de impostos em percentual maior que o crescimento das despesas, não permitiu que tal acréscimo nos gastos com educação se refletisse na apuração do índice constitucional, mantendo-o em patamar semelhante ao obtido no exercício de 2021, 25,65%.



R\$ milhões

| Receita Resultante de Impostos | Exercício | | Variação | |
|---|--------------|--------------|---------------|---------------|
| | 2021 | 2022 | Nominal | (%) |
| RECEITA DE IMPOSTOS | 2.550 | 2.986 | 435,64 | 17,08% |
| Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade e Territorial Urbana - IPTU | 824 | 906 | 81,67 | 9,91% |
| IPTU | 713 | 786 | 73,08 | 10,25% |
| Multas, Juros, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU | 112 | 120 | 8,59 | 7,70% |
| Receita Resultante do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos - ITIV | 246 | 263 | 17,04 | 6,93% |
| ITIV | 245 | 262 | 16,97 | 6,93% |
| Multas, Juros, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITIV | 1 | 1 | 0,07 | 7,85% |
| Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS | 1.233 | 1.466 | 232,45 | 18,85% |
| ISS | 1.130 | 1.395 | 265,04 | 23,46% |
| Multas, Juros, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS | 103 | 71 | (32,58) | -31,57% |
| Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF | 247 | 351 | 104,47 | 42,38% |
| RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS | 2.245 | 2.596 | 350,69 | 15,62% |
| Transferências da União | 1.094 | 1.392 | 297,12 | 27,15% |
| Cota-Parte FPM | 1.094 | 1.392 | 297,12 | 27,15% |
| Parcelamento referente à CF, art. 159, I, alínea b | 1.011 | 1.283 | 272,28 | 26,93% |
| Parcelamento referente à CF, art. 159, I, alínea d | 44 | 56 | 11,58 | 26,13% |
| Parcelamento referente à CF, art. 159, I, alínea e | 39 | 52 | 13,26 | 33,88% |
| Transferências do Estado | 1.151 | 1.204 | 53,56 | 4,65% |
| Cota-Parte ICMS | 897 | 905 | 7,98 | 0,89% |
| Cota-Parte IPI-Exportação | 8 | 6 | (2,40) | -28,46% |
| Cota-Parte ITR | 0 | 1 | 0,64 | 1212,17% |
| Cota-Parte IPVA | 245 | 292 | 47,34 | 19,32% |
| TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS | 4.795 | 5.582 | 786,32 | 16,40% |

Tabela 11 – Receitas que compõem a base de cálculo do índice de aplicação em MDE

| ÍNDICE CONSTITUCIONAL (MIN 25%) | Exercício | | Variação |
|---|---------------|---------------|----------|
| | 2021 | 2022 | % |
| Total da Despesa Para Cálculo do Índice | 1.232 | 1.432 | 16,26% |
| Receita Resultante de Impostos | 4.795 | 5.585 | 16,47% |
| ÍNDICE OBTIDO | 25,69% | 25,65% | |

Tabela 12 - Evolução do Índice de Aplicação em MDE

Importante informar que nem todas as despesas realizadas nas funções típicas da área de educação são computadas no limite mínimo. Nesses estão contidos os gastos realizados com recursos oriundos de impostos e transferências e do FUNDEB nos objetos contidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996).

Além dos gastos afeitos ao limite constitucional, o Município realizou outras despesas na área de educação com recursos de outras origens, representando um gasto total de R\$1.887 milhões.



| Despesa Totais com Educação | RS milhões |
|-----------------------------|-------------------|
| | Exercício 2022 |
| Tesouro Municipal | 941 |
| FUNDEB | 876 |
| Operações de Crédito | 37 |
| FNDE | 32 |
| Convênios | 1 |
| TOTAL | 1.887 |

Tabela 13 – Despesa Total com Educação

O Que São as Receitas do FUNDEB?

Como tratado nos tópicos anteriores, um dos tipos de recursos (fonte de recursos) que impactam na apuração do índice de aplicação em MDE são aqueles que provêm do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Professores da Educação – FUNDEB. Ele é um Fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um total de vinte e sete Fundos), composto por recursos provenientes de impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios vinculados à educação, conforme disposto nos Artigos nº 212 e 212-A da Constituição Federal.

O atual FUNDEB foi instituído como instrumento permanente de financiamento da educação pública por meio da Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020, e encontra-se regulamentado pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

As receitas do FUNDEB são formadas por duas componentes: i) a transferência do Fundo propriamente dita, denominada FUNDEB - Impostos, em que cada ente subnacional, depois de destinar recursos ao fundo, recebe de volta uma cota, que varia de acordo com a quantidade de alunos matriculados que o ente possui; e, ii) a Complementação da União ao FUNDEB, valor repassado pela União aos entes que após receber os valores do fundo não atingem o valor mínimo por aluno definido em legislação específica.

A partir de 2021, a nova legislação do FUNDEB (Lei 14.113/2020) determinou que a União complementarará os recursos de cada Fundeb em montante equivalente a, no mínimo, 23% (vinte e três por cento) do total de recursos destinados ao Fundeb pelos estados, DF e municípios. A contribuição da União neste novo Fundeb sofrerá um aumento gradativo, até atingir o percentual de 23% (vinte e três por cento) dos recursos que formarão o Fundo em 2026. Passará de 10% (dez por cento), do modelo do extinto Fundeb, cuja vigência se encerrou em 31 de dezembro de 2020, para 12% (doze por



cento) em 2021; em seguida, para 15% (quinze por cento) em 2022; 17% (dezessete por cento) em 2023; 19% (dezenove por cento) em 2024; 21% (vinte e um por cento) em 2025; até alcançar 23% (vinte e três por cento) em 2026.

Tal complementação dever ser repassada em três modalidades:

- a) **Complementação VAAF** – 10% no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, sempre que o valor anual por aluno (VAAF) não alcançar o mínimo definido nacionalmente;
- b) **Complementação VAAT** - no mínimo, 10,5%, em cada rede pública de ensino municipal, estadual ou distrital, sempre que o valor anual total por aluno (VAAT) não alcançar o mínimo definido nacionalmente;
- c) **Complementação VAAR** - 2,5% nas redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão, alcançarem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e de melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica.

Como Foi a Arrecadação desta Receita por Salvador?

O Município contribuiu com R\$496 milhões de suas receitas para formação do FUNDEB e recebeu de volta a importância de R\$660 milhões, referentes às transferências do Fundo, e mais R\$244 milhões referentes à complementação da União, totalizando uma receita de transferência de R\$ 904 milhões.

Sobre estas transferências enviadas e recebidas do FUNDEB, exceto os valores relativos à complementação da União, nota-se um ganho líquido de R\$163 milhões, que necessariamente precisam ser gastos em despesas do exercício para fins de obtenção do limite constitucional.

Houve um aumento de 18% das receitas do FUNDEB, quando comparadas à arrecadação de 2021, motivado principalmente pelo aumento da complementação da União, que aumentou 29% em relação ao ano anterior. Esse fato deve-se a alguns fatores:

- a) Modificações da Legislação – a nova lei do FUNDEB aumentou de forma gradual o percentual repassado pela União a título de complementação do FUNDEB, fazendo alterar o valor recebido por Salvador de R\$ 769 milhões em 2021 para R\$ 904 milhões 2022.



- b) Aumento no valor por aluno – O valor anual mínimo por aluno, que é determinado a cada ano por Portaria Interministerial da União, foi fixado em 2022 como R\$ 4.873,78 para o VAAF-MIN, um aumento de 9,21% em relação ao ano anterior, que foi de R\$ 4.462,83/ aluno.
- c) Reaquecimento da economia - que representou, de forma direta, um aumento das contribuições dos entes subnacionais ao Fundo e, por consequência, resultou num maior montante a ser redistribuído, quando comparado com o exercício anterior.

As complementações da União, necessárias quando o valor redistribuído do Fundo aos entes não é suficiente para atingir o valor mínimo anual por aluno estipulado pelo Ministério da Economia e Cultura, também foram aumentadas em função da nova legislação que ascenderá os repasses gradualmente até o ano de 2026.

| Especificação | Exercício | | RS milhões |
|---|------------|------------|---------------|
| | 2021 | 2022 | Variação % |
| Receitas Recebidas do FUNDEB (I) | 580 | 660 | 13,79% |
| (-) Receitas Transferidas ao fundeb (II) | 432 | 496 | 14,81% |
| (=) Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB (I - II) | 148 | 163 | 10,14% |
| Receita de Complementação da União (III) | 189 | 244 | 29,10% |
| Aplicações Financeiras do FUNDEB (IV) | 8 | 42 | 425,00% |
| TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB (I + II + IV) | 778 | 946 | 21,59% |

Tabela 14 - Receitas FUNDEB

A nova legislação do FUNDEB também trouxe outras alterações, como a criação das receitas complementares denominadas VAAF, VAAT e VAAR, além da alteração do índice mínimo de aplicação das receitas do FUNDEB na remuneração do magistério, que foi elevado de 60% para 70%.

As complementações VAAF e VAAT referem-se ao valor anual por aluno e ao valor anual total por aluno, respectivamente. A primeira complementação (VAAF) é composta por 10% da distribuição de recursos que compõem os Fundos e é entregue aos entes sempre que o valor mínimo definido nacionalmente não for alcançado com a redistribuição do FUNDEB. A segunda, VAAT, decorre da redistribuição, se ainda não for atingido o mínimo definido. Acontecendo essa hipótese, a União repassará diretamente, no mínimo, 10,5% do valor para cada rede pública de ensino do ente para que este alcance o padrão mínimo de qualidade (VAAT).

Por sua vez, a complementação VAAR, que é composta por 2,5% dos recursos do FUNDEB, é destinada às redes públicas de ensino que apresentarem melhoria em seus



indicadores de atendimento e de aprendizagem, considerando a redução das desigualdades e o cumprimento das condicionalidades previstas no programa.

Por fim, sobre a aplicação do FUNDEB na remuneração do magistério, que foi legalmente elevado para 70%, tem-se que em 2022 Salvador executou R\$ 734 milhões, o que equivale a um índice de 77%, representando em valores nominais um gasto R\$72 milhões a mais que o percentual legal mínimo obrigatório para a obtenção do indicador mínimo na respectiva remuneração.

APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) (ANEXO XII)

| | R\$ milhões |
|--------------------------------|---------------|
| Receita Resultante de Impostos | 5.473 |
| Despesa em ASPS | 969 |
| Índice em ASPS | 17,71% |

Tabela 15 – Aplicação ASPS

É o demonstrativo que informa os valores de todas as receitas vinculadas à saúde, recebidas nas diversas fontes de recursos – receitas próprias, transferências do SUS, convênios, entre outras. Informa também todas as despesas executadas no atendimento de saúde da população, com o objetivo de dar transparência nas ações e gastos dessa natureza.

Constitucionalmente o Município é obrigado a gastar ao menos 15% das receitas oriundas de impostos e transferências de impostos em ações e serviços públicos de saúde - ASPS, o que não exclui a necessidade de aplicar os demais recursos recebidos por outras fontes advindas da União e Estado, através de transferências constitucionais ou convênios, nem impede a vinculação de outras fontes de receitas.

Sendo assim, de modo a cumprir os requisitos das políticas traçadas em relação à saúde pública, o Município aplicou os valores totais seguintes nas ações de saúde.



| Despesas Totais com Saúde | Exercício |
|---------------------------------------|--------------|
| | 2022 |
| Tesouro Municipal | 1.032 |
| SUS | 1.011 |
| Operações de Crédito | 121 |
| Fonte de Taxa de Vigilância Sanitária | 5 |
| Convênios | 0 |
| TOTAL | 2.169 |

Tabela 16 – Despesa total com Saúde

Como Está o Índice de Aplicação em ASPS de Salvador?

Em 2022 foram destinados R\$ 969 milhões dos recursos oriundos de impostos e transferências de impostos do tesouro municipal para aplicação em ações de saúde pública, que perfaz um índice de aplicação de 17,71%.

Quando comparado aos últimos exercícios, Salvador apresentou uma ligeira redução no indicador de ASPS: 17,71% em 2022, contra 22,29% em 2021. Essa situação é reflexo primordialmente pelo aumento da base de cálculo das receitas além da redução de gastos necessário ao controle de calamidade pública vivenciada naquele ano.

O gráfico a seguir demonstra o aumento da base de cálculo dos 15% destinados à cobertura das ações de saúde pública, bem como a despesa com essa finalidade.

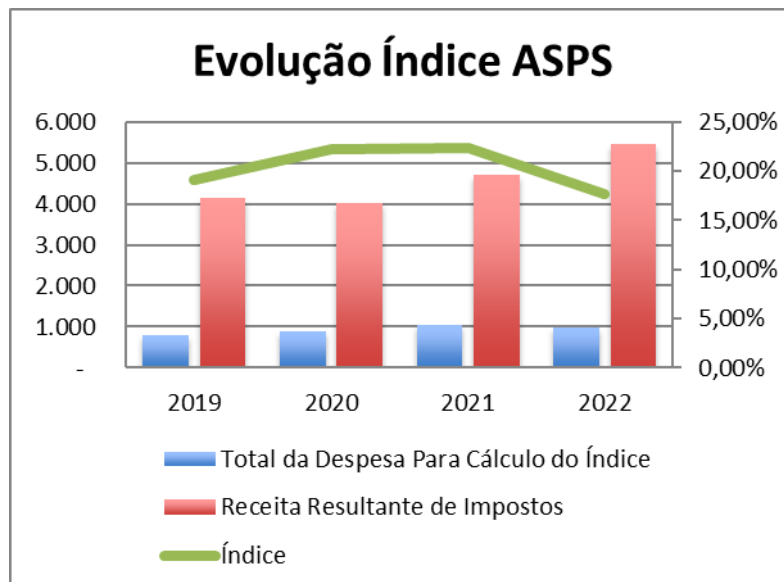


Gráfico 3 - Evolução do índice de aplicação em ASPS



Além dos recursos próprios utilizados na saúde pública, Salvador recebeu transferências do SUS na ordem de R\$ 1 bilhão, valor este que representa uma redução real apenas 5,67% em relação aos valores recebidos em 2021.

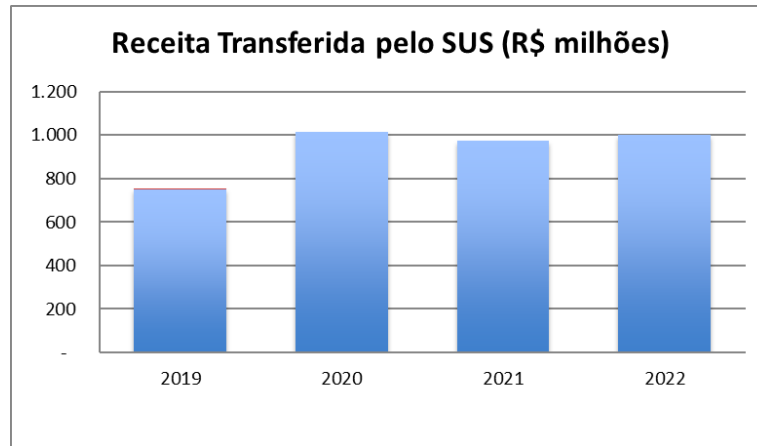


Gráfico 4 - Composição das Receitas do SUS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)

O Relatório de Gestão Fiscal é publicado quadrimestralmente pela Prefeitura Municipal do Salvador.

Os quadros nele contidos, abaixo nominados, visam a conferir transparência aos principais índices e limites que devem ser monitorados e mensurados pelo ente público e as metas de recondução aos trilhos, quando há algum descompasso de ordem fiscal.

- Demonstrativo de Despesa com Pessoal;
- Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL;
- Demonstrativo das Garantias e Contra garantias de Valores;
- Demonstrativo das Operações de Crédito;
- Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar;
- Demonstrativo Simplificado do RGF.

O monitoramento social desses anexos, porque indicativos da saúde ou descompasso fiscal dos entes, é tão importante, que, além de estabelecer a necessidade de publicação periódica, a LRF, por meio de seu Art. 9º, instituiu a necessidade de realização de audiências públicas a cada quadrimestre para apresentação dos resultados obtidos e sua convergência com as metas estipuladas.

As audiências ocorrem sempre na sede do Poder Legislativo e são completamente abertas a qualquer cidadão que queira participar. Mesmo durante o período de



pandemia, as audiências continuaram sendo realizadas, mas em ambiente virtual, ao vivo, conferindo-se o mesmo acesso amplo aos cidadãos.

No exercício de 2022 o Decreto de publicação do RGF referente ao 3º quadrimestre foi o de nº 35.099/2022. Os anexos também foram disponibilizados na íntegra no Portal da Transparência da Prefeitura de Salvador no seguinte endereço eletrônico:

<http://www.transparencia.salvador.ba.gov.br/#/RelatorioGestaoFiscal>

DESPESA DE PESSOAL (ANEXO I)

| | R\$ milhões |
|--------------------------------------|---------------|
| Despesa Bruta com Pessoal | 3.207 |
| (-) Deduções da Despesa de Pessoal | 479 |
| (=) Despesa Total de Pessoal (I) | 2.728 |
| Receita Corrente Líquida - RCL | 8.552 |
| (-) Deduções da RCL | 757 |
| (=) RCL Ajustada (II) | 7.795 |
| Índice de Pessoal (I/II) | 32,33% |

Tabela 17 – Despesa de Pessoal

O Demonstrativo com Despesa de Pessoal objetiva compilar os gastos com pessoal de cada Poder do ente subnacional nos últimos 12 meses.

A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do Ente da Federação com ativos, inativos e pensionistas, bem como com terceirização na atividade-fim.

Como terceirização de atividade finalística são consideradas todas as funções que poderiam ser executadas por servidor público. Nesse sentido, devem integrar as despesas de pessoal as contratações de serviços públicos finalísticos de forma indireta, no que se refere à remuneração de pessoal vinculado a estas contratações, mesmo quando o empregador não é o ente público.

Em suma, os gastos com pessoal alocado à atividades finalísticas de estado, a exemplo de saúde, educação e assistência social, realizados por meio de contratações dos serviços de profissionais relacionados de cooperativas, de empresas individuais, ou de outras formas assemelhadas, bem como de organizações da sociedade civil que administram estruturas pertencentes à administração pública ou tem a totalidade ou a



maior parte das suas despesas custeadas pelo poder público devem compor a despesa de pessoal do poder do ente a que estão vinculados.

O Manual de Demonstrativos Fiscais, que estabelece a forma de cálculo do índice de pessoal, determina ainda que sejam excluídas do cômputo as despesas de natureza indenizatória, ou seja, aquelas que têm por objetivo compensar financeiramente dano ou ressarcir gasto de servidor em exercício de sua função, tais como indenização por viagens, transporte e alimentação. A legislação assim determina porque esses componentes não possuem caráter de perpetuidade, são ocasionais.

De igual modo, as despesas oriundas de indenizações trabalhistas, de sentenças judiciais, de despesas de exercícios anteriores – DEA devem ser deduzidas do total de gastos com pessoal, por não se constituírem em aplicações permanentes.

A legislação que regula a matéria, Portaria nº 924 de 08 de julho de 2021, também indica que devem ser deduzidas para fins de apuração do gasto total de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida – RCL, as despesas executadas pelo Regime Próprio de Previdência Social - RPPS com seus recursos próprios.

Como Está o Índice de Despesa de Pessoal em Salvador?

Para o Poder Executivo Municipal a LRF determina como limite para gastos com pessoal o percentual de 54% da RCL. A fim de conseguir fôlego financeiro para execução de ações voltadas para melhoria dos serviços postos à disposição da população e para investir na manutenção e melhoria da cidade, Salvador ao longo dos anos tem tentado manter o índice abaixo deste patamar.

Em 2022, o aumento nas despesas com pessoal, decorrente do crescimento vegetativo da folha; de novas nomeações e contratações, e do reajuste aplicado na data base foi nominal e percentualmente menor que o aumento da RCL, o que fez resultar em um índice de 32,33%.

Esse limite deixa o ente numa zona de conforto quanto ao comprometimento de suas receitas correntes com despesas obrigatórias e incomprimíveis. Essa linha de atuação permite a aplicação de recursos em área e atividades finalísticas em detrimento de despesas operacionais.



DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – DCL (ANEXO II)

| | R\$ milhões |
|--|--------------|
| Dívida Consolidada - DC (I) | 3.009 |
| Empréstimos Internos | 522 |
| Empréstimos Externos | 1.222 |
| Parcelamentos | 233 |
| Precatórios Posteriores a 05/05/2020 | 514 |
| Outras Dívidas | 518 |
| Deduções (II) | 2.550 |
| Caixa Bruto | 2.784 |
| Demais Haveres Financeiros | 150 |
| (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 329 |
| (-) Saldo de Restos a Pagar Processados | 56 |
| Dívida Consolidada Líquida - DCL (I - II) | 459 |
| Receita Corrente Líquida - RCL | 8.552 |
| (-) Deduções da RCL | 94 |
| (=) RCL Ajustada (III) | 8.458 |
| Índice de Endividamento (I - II) / III | 5,43% |

Tabela 18 – Dívida Consolidada Líquida

Esse demonstrativo busca dar visibilidade à composição do endividamento do ente, trazendo, separadamente, cada componente que integra a DCL com seus respectivos saldos, bem como o percentual apurado de endividamento com base na Receita Corrente Líquida.

A DCL é obtida a partir da Dívida Consolidada, formada por saldos de empréstimos internos e externos, parcelamentos, precatórios e outros tipos de passivos. A esses saldos são somados os restos a pagar processados, por serem passivos financeiros de natureza exigível. Da dívida consolidada são abatidos os saldos de caixa e outros recebíveis, de modo a alcançarmos a Dívida Consolidada Líquida – DCL.

É possível, após a aplicação das deduções referentes às disponibilidades financeiras, aos haveres financeiros e ao acréscimo do saldo de Restos a Pagar Processados ainda não pagos e dos Valores Restituíveis, que se mensure uma DCL negativa. Isso indicaria que as disponibilidades financeiras existentes em determinado momento seriam suficientes para liquidação de toda a dívida contratada.



Como Anda o Endividamento de Salvador?

Salvador apresentou entre 2017 e 2019 valores negativos da DCL, ou seja: as disponibilidades líquidas (abatidas dos compromissos financeiros existentes) eram suficientes para quitação integral da dívida contratada.

Porém, a partir de 2020, o saldo da DCL passou a ser positivo motivado pelo aumento no volume de operações de crédito realizadas pelo ente. No exercício de 2022, houve uma redução de pouco mais de 21% no valor da DCL quando comparado a 2021, devido ao aumento das disponibilidades em caixa, destinadas a investimentos futuros, uma vez que a Dívida Consolidada (DC), aquela apurada sem levar em conta estas disponibilidades registrou um aumento de R\$ 378 milhões, devido, principalmente, ao aumento do saldo da dívida contratual (operações de crédito internas e externas) e ao saldo de precatórios.

O gráfico que segue indica a trajetória da dívida consolidada do Município e de sua RCL entre os exercícios de 2017 e 2022. Nas barras de cor azul e vermelha, respectivamente, é possível observar um maior crescimento, em valores absolutos, da RCL em detrimento ao endividamento nos três primeiros períodos. Porém, para os últimos períodos, 2020 e 2021, tal crescimento se inverte com o aumento da dívida em percentual maior que o da RCL, e em 2022 esta DCL volta a ter uma redução devido ao aumento das deduções, notadamente das disponibilidades de caixa.

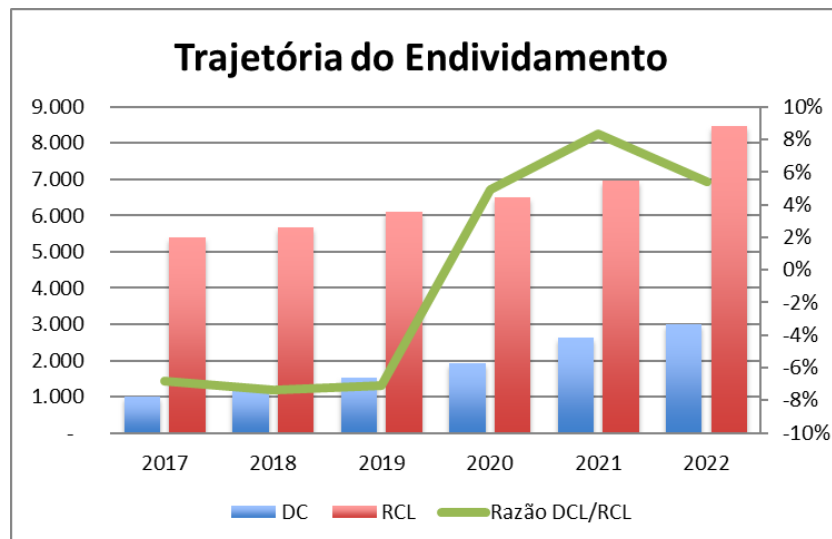


Gráfico 5 - Evolução do Endividamento

Importante frisar que, mesmo diante do patamar de endividamento apresentado e em decorrência da gestão fiscal equilibrada, a situação continua estável e confortável, tendo sido registrado um índice de endividamento de 5% da RCL, de um máximo de 120%



permitido pela Resolução do Senado Federal. Além disso, a avaliação dos índices de capacidade de pagamento indica a existência de um endividamento saudável, ou seja, adquirido com condições de quitação dentro das possibilidades financeiras da cidade e voltados para uma política de investimentos.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR (ANEXO

V)

| | R\$ milhões |
|--|--------------|
| Disponibilidade Bruta de Caixa (I) | 3.147 |
| Obrigações Financeiras (II) | 399 |
| Restos a Pagar Liquidados | 54 |
| Restos a Pagar Não Liquidados de Exercícios Anteriores | 14 |
| Demais Obrigações | 330 |
| Disponibilidade Líquida de Caixa (I - II) | 2.748 |
| Restos a Pagar Não Processados do Exercício (III) | 410 |
| Disponibilidade Líquida de Caixa Após a Inscrição de RPNP (I - II - III) | 2.338 |

Tabela 19 – Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

O Demonstrativo apresenta informações sobre a disponibilidade de caixa bruta, as obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa líquida para cada fonte de recurso utilizada pelo ente.

Fontes são códigos orçamentários e de escrituração contábil que visam a indicar a origem dos recursos arrecadados, de modo a permitir a identificação e o agrupamento de recursos com necessidade de aplicação vinculada a algum tipo de despesa, órgão ou finalidade.

O anexo V do RGF tem como principal finalidade evidenciar a disponibilidade financeira em cada fonte de recursos, comparada com as despesas que tiveram origem no exercício que se encerra, mas que, por razão administrativa qualquer, ainda não foram quitadas.

Caso as disponibilidades apresentem valor negativo se tem a indicação inequívoca de que não há recursos financeiros suficientes para quitação de todas as obrigações, ou seja, o ente não possui liquidez. Ao contrário, a indicação de valores positivos indica a sobra de recursos financeiros em relação às obrigações já assumidas.



Como Estão as Disponibilidades de Caixa de Salvador?

Salvador vem mantendo ao longo dos últimos anos uma situação de equilíbrio fiscal com baixo endividamento, sucessivos superávits orçamentários e controle nos gastos públicos. Desta forma, vem evidenciando disponibilidades em caixa livres para fazer frente a eventuais situações de crise.

Em 2022 o Município encerrou o ano com mais de R\$2.338 milhões não comprometidos em caixa, sendo deste total 50% de recursos de livre utilização, o que garante certo conforto financeiro para agir em cenários de crise com expansão acelerada de despesas obrigatórias ou para investir com recursos próprios com sustentabilidade.

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE (a) | OBRIGAÇÕES (b) | DISPONIBILIDADE LÍQUIDA (a-b) | RPNP DO EXERCÍCIO (c) | DISPONIBILIDADE E LÍQUIDA APÓS RPNP |
|---|---------------------|----------------|-------------------------------|-----------------------|-------------------------------------|
| R\$ milhão | | | | | |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I) | 1.619 | 198 | 1.421 | 253 | 1.168 |
| Recursos Ordinários | 1.536 | 196 | 1.340 | 243 | 1.097 |
| Outros Recursos não Vinculados | 83 | 2 | 81 | 10 | 71 |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II) | 1.528 | 201 | 1.327 | 157 | 1.170 |
| Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação | 10 | 9 | 1 | 1 | 0 |
| Transferências do Fundeb | 328 | 10 | 318 | 3 | 315 |
| Outros Recursos Vinculados à Educação | 59 | 0 | 59 | - | 59 |
| Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde | 38 | 18 | 20 | 20 | - |
| Outros Recursos Vinculados à Saúde | 360 | 21 | 339 | 71 | 269 |
| Recursos Vinculados à Assistência social | 77 | 3 | 74 | 2 | 72 |
| Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário | 241 | 2 | 239 | - | 239 |
| Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro | - | - | - | - | - |
| Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração | 5 | 0 | 5 | 1 | 4 |
| Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde) | 141 | 4 | 137 | 35 | 102 |
| Recursos Extraorçamentários | 11 | 11 | - | - | - |
| recursos de Alienações de Bens/ Ativos | 3 | - | 3 | 1 | 2 |
| Outros Recursos Vinculados | 255 | 124 | 131 | 23 | 108 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 3.147 | 399 | 2.748 | 410 | 2.338 |

Tabela 20 - Disponibilidades de Caixa 2022

A partir 2021, com o retorno das atividades econômicas, a curva do gráfico seguinte volta a ser ascendente, com um aumento de disponibilidades de 32% quando comparado a 2021.

Esse aumento de recursos é fruto especialmente do aumento de arrecadação das receitas de natureza operacional, correntes, o que promove a sustentabilidade da ação pública e alavanca a autonomia financeira do ente.



GLOSSÁRIO

Arrecadação: Valor destinado aos cofres públicos. Trata-se de uma das fases de execução da receita orçamentária, posterior ao lançamento.

Atividade Fim / Finalística: Atividade executada por um órgão no cumprimento de sua missão institucional, diretamente voltada para a população.

Crédito Adicional: Autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Despesa: Saída de disponibilidades em poder do ente.

Despesa Corrente: São todas as despesas para manutenção e funcionamento dos serviços públicos em geral, são despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Despesa de Capital: São aquelas despesas referentes à aquisição e manutenção de máquinas, equipamentos, realização de obras, aquisição de participações acionárias, compra de imóveis e concessão de empréstimos. Despesas que contribuirão para a produção ou geração de novos bens ou serviços e integrarão o patrimônio público, ou seja, contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Despesa Intra orçamentária: Ocorre quando órgão, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social efetuam aquisições de materiais, bens e serviços, realizam pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o recebedor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desse orçamento, no âmbito da mesma esfera de governo.

Despesa Orçamentária: É aquela executada por entidade pública e que depende de autorização legislativa para sua realização, por meio da Lei Orçamentária Anual ou de Créditos Adicionais. É o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade.

Disponibilidade de Caixa: São os valores de titularidade do ente público em dinheiro, cheque, carta de crédito, aplicação financeira, poupança e outras disponibilidades financeiras.

Dotação Fixada: Identifica os valores da dotação inicial mais os créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício, deduzidas as anulações e cancelamentos correspondentes.

Dotação Orçamentária: São valores monetários autorizados, consignados na Lei Orçamentária Anual para atender a uma determinada programação orçamentária.

Exercício Financeiro: É o período temporal em que ocorrem as operações contábeis / financeiras dos entes públicos.

Endividamento: É o conjunto de todas as dívidas contraídas pelo ente público.

FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.



Operações de Crédito: São contratos de financiamento, empréstimo ou mútuo. Pode envolver a compra financiada de bens ou serviços, arrendamento mercantil e operações de derivativos financeiros, inclusive operações dessas categorias realizadas com instituição não financeira.

Receita: Valor que é recebido, arrecadado ou apurado.

Receita Corrente: São arrecadadas dentro do exercício financeiro e aumentam as disponibilidades financeiras. Normalmente têm efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido - PL e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

Receita de Capital: São as receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital.

Receita Intra orçamentária: São receitas correntes de órgãos, autarquias, fundações, empresas dependentes e de outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, quando o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, autarquia, fundação, empresa dependente ou de outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo.

Receita Prevista: A Receita Prevista é a primeira fase da arrecadação de recursos, onde é feita uma estimativa de quanto se espera arrecadar no exercício financeiro.





BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

REDO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Em Reais

| RECEITAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a - c) |
|--|------------------|-------------------------|---------------------|-----------|--------------------|-----------|------------------|
| | | | No Bimestre (b) | % (b / a) | Até o Bimestre (c) | % (c / a) | |
| RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 8.321.905.000,00 | 8.970.458.058,00 | 1.879.565.458,86 | 20,95% | 9.285.002.727,49 | 103,51% | (314.544.669,49) |
| RECEITAS CORRENTES | 7.248.484.000,00 | 7.846.682.950,00 | 1.797.230.989,78 | 22,90% | 8.812.993.635,87 | 112,31% | (966.310.685,87) |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 3.023.078.000,00 | 3.248.367.000,00 | 665.868.916,54 | 20,50% | 3.417.888.401,56 | 105,22% | (169.521.401,56) |
| Impostos | 2.598.200.000,00 | 2.821.700.000,00 | 524.355.950,68 | 18,58% | 2.985.705.497,80 | 105,81% | (164.005.497,80) |
| Taxas | 424.878.000,00 | 426.667.000,00 | 141.512.965,86 | 33,17% | 432.182.903,76 | 101,29% | (5.515.903,76) |
| Contribuição de Melhoria | - | - | - | - | - | - | - |
| CONTRIBUIÇÕES | 425.675.000,00 | 425.675.000,00 | 97.436.322,50 | 22,89% | 445.483.696,51 | 104,65% | (19.808.696,51) |
| Contribuições Sociais | 223.783.000,00 | 223.783.000,00 | 60.204.213,74 | 26,90% | 227.485.632,08 | 101,65% | (3.702.632,08) |
| Contribuições Econômicas | - | - | - | - | - | - | - |
| Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional | - | - | - | - | - | - | - |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | 201.892.000,00 | 201.892.000,00 | 37.232.108,76 | 18,44% | 217.998.064,43 | 107,98% | (16.106.064,43) |
| RECEITA PATRIMONIAL | 89.733.000,00 | 97.561.020,00 | 258.477.561,76 | 264,94% | 590.147.210,75 | 604,90% | (492.586.190,75) |
| Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado | 34.955.000,00 | 34.955.000,00 | 5.644.979,29 | 16,15% | 42.041.072,03 | 120,27% | (7.086.072,03) |
| Valores Mobiliários | 54.778.000,00 | 62.606.020,00 | 69.778.457,66 | 111,46% | 364.999.838,33 | 583,01% | (302.393.818,33) |
| Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença | - | - | (46.342,09) | - | 1.896,99 | - | (1.896,99) |
| Exploração de Recursos Naturais | - | - | - | - | - | - | - |
| Exploração do Patrimônio Intangível | - | - | 461,56 | - | 4.398,06 | - | (4.398,06) |
| Cessão de Direitos | - | - | 183.100.000,00 | - | 183.100.000,00 | - | (183.100.000,00) |
| Demais Receitas Patrimoniais | - | - | 5,34 | - | 5,34 | - | (5,34) |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITA INDUSTRIAL | 100.000,00 | 100.000,00 | - | 0,00% | 11.983,89 | 11,98% | 88.016,11 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 24.344.000,00 | 24.344.000,00 | 2.988.914,19 | 12,28% | 4.276.394,30 | 17,57% | 20.067.605,70 |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | 298.000,00 | 298.000,00 | 671,52 | 0,23% | 179.262,17 | 60,16% | 118.737,83 |
| Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte | 4.000,00 | 4.000,00 | - | 0,00% | - | 0,00% | 4.000,00 |
| Serviços e Atividades referentes à Saúde | - | - | - | - | - | - | - |
| Serviços e Atividades Financeiras | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros Serviços | 24.042.000,00 | 24.042.000,00 | 2.988.242,67 | 12,43% | 4.097.132,13 | 17,04% | 19.944.867,87 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 3.514.773.000,00 | 3.876.405.596,00 | 749.365.434,22 | 19,33% | 4.164.844.184,02 | 107,44% | (288.438.588,02) |
| Transferências da União e de suas Entidades | 2.087.010.000,00 | 2.205.857.724,00 | 460.590.421,34 | 20,88% | 2.513.721.713,08 | 113,96% | (307.863.989,08) |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | 984.574.000,00 | 984.574.000,00 | 162.226.997,90 | 16,48% | 981.280.100,40 | 99,67% | 3.293.899,60 |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências de Instituições Privadas | 3.655.000,00 | 3.655.000,00 | 5.989.300,91 | 163,87% | 8.699.324,69 | 238,01% | (5.044.324,69) |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | 439.060.000,00 | 681.844.872,00 | 120.537.674,07 | 17,68% | 660.342.572,29 | 96,85% | 21.502.299,71 |
| Transferências do Exterior | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Transferências | 474.000,00 | 474.000,00 | 21.040,00 | 4,44% | 800.473,56 | 168,88% | (326.473,56) |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 170.781.000,00 | 174.230.334,00 | 23.093.840,57 | 13,25% | 190.341.764,84 | 109,25% | (16.111.430,84) |
| Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | 82.367.000,00 | 82.367.000,00 | 20.883.252,49 | 25,35% | 99.981.459,08 | 121,39% | (17.614.459,08) |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | 5.094.000,00 | 8.543.334,00 | (8.437.254,35) | -98,76% | 37.034.466,92 | 433,49% | (28.491.132,92) |
| Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público | 20.000.000,00 | 20.000.000,00 | - | 0,00% | 11.543.367,15 | 57,72% | 8.456.632,85 |
| Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital | - | - | 17.801,46 | - | 253.477,91 | - | (253.477,91) |
| Demais Receitas Correntes | 63.320.000,00 | 63.320.000,00 | 10.630.040,97 | 16,79% | 41.528.993,78 | 65,59% | 21.791.006,22 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 1.073.421.000,00 | 1.123.775.108,00 | 82.334.469,08 | 7,33% | 472.009.091,62 | 42,00% | 651.766.016,38 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 737.158.000,00 | 784.888.315,00 | 44.174.691,48 | 5,63% | 356.615.431,75 | 45,44% | 428.272.883,25 |
| Operações de Crédito - Mercado Interno | 66.420.000,00 | 114.150.315,00 | 37.974.532,48 | 33,27% | 125.073.746,11 | 109,57% | (10.923.431,11) |
| Operações de Crédito - Mercado Externo | 670.738.000,00 | 670.738.000,00 | 6.200.159,00 | 0,92% | 231.541.685,64 | 34,52% | 439.196.314,36 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 104.090.000,00 | 104.090.000,00 | 944.661,39 | 0,91% | 6.285.034,66 | 6,04% | 97.804.965,34 |
| Alienação de Bens Móveis | 70.000,00 | 70.000,00 | 449.593,95 | 642,28% | 449.593,95 | 642,28% | (379.593,95) |
| Alienação de Bens Imóveis | 104.020.000,00 | 104.020.000,00 | 495.067,44 | 0,48% | 5.835.440,71 | 5,61% | 98.184.559,29 |
| Alienação de Bens Intangíveis | - | - | - | - | - | - | - |
| AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS | - | - | - | - | - | - | - |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 172.173.000,00 | 174.796.793,00 | 24.437.413,10 | 13,98% | 49.068.606,35 | 28,07% | 125.728.186,65 |
| Transferências da União e de suas Entidades | 172.173.000,00 | 173.537.488,00 | 24.437.413,10 | 14,08% | 47.282.241,49 | 27,25% | 126.255.246,51 |
| Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | - | 1.259.305,00 | - | 0,00% | 1.259.305,75 | 100,00% | (0,75) |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências de Instituições Privadas | - | - | - | - | 527.059,11 | - | (527.059,11) |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências do Exterior | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências de Pessoas Físicas | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados | - | - | - | - | - | - | - |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 60.000.000,00 | 60.000.000,00 | 12.777.703,11 | 21,30% | 60.040.018,86 | 100,07% | (40.018,86) |
| Integralização do Capital Social | - | - | - | - | - | - | - |
| Remuneração das Disponibilidades do Tesouro | - | - | - | - | - | - | - |
| Resgate de Títulos do Tesouro | - | - | - | - | - | - | - |
| Demais Receitas de Capital | 60.000.000,00 | 60.000.000,00 | 12.777.703,11 | 21,30% | 60.040.018,86 | 100,07% | (40.018,86) |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 381.189.000,00 | 381.189.000,00 | 95.527.146,47 | 25,06% | 378.545.100,02 | 99,31% | (2.643.899,98) |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II) | 8.703.094.000,00 | 9.351.647.058,00 | 1.975.092.605,33 | 21,12% | 9.663.547.827,51 | 103,34% | (311.900.769,51) |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV) | - | - | - | - | - | - | - |
| Operações de Crédito - Mercado Interno | - | - | - | - | - | - | - |
| Mobiliária | - | - | - | - | - | - | - |
| Contratual | - | - | - | - | - | - | - |
| Operações de Crédito - Mercado Externo | - | - | - | - | - | - | - |
| Mobiliária | - | - | - | - | - | - | - |
| Contratual | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV) | 8.703.094.000,00 | 9.351.647.058,00 | 1.975.092.605,33 | 21,12% | 9.663.547.827,51 | 103,34% | (311.900.769,51) |
| DÉFICIT (VI) * | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI) | 8.703.094.000,00 | 9.351.647.058,00 | 1.975.092.605,33 | 21,12% | 9.663.547.827,51 | 103,34% | (311.900.769,51) |
| SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | - | 1.566.686.333,00 | - | - | 1.566.686.333,00 | - | - |
| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS | - | - | - | - | - | - | - |
| Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais | - | 1.566.686.333,00 | - | - | 1.566.686.333,00 | - | - |





| DESPESAS | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (g) = (e - f) | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (i) = (e - h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
|---|------------------------|---------------------------|---------------------|-----------------------|------------------------|---------------------|-----------------------|------------------------|--------------------------------------|--|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (f) | | No Bimestre | Até o Bimestre (h) | | | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VII) | 8.321.766.000,00 | 10.521.562.411,00 | 1.397.632.365,04 | 8.737.808.125,27 | 1.783.754.285,73 | 2.027.077.417,61 | 8.325.975.271,22 | 2.195.587.139,78 | 8.314.528.297,31 | 411.832.854,05 |
| DESPESAS CORRENTES | 7.004.327.000,00 | 8.545.766.145,00 | 1.158.071.817,92 | 7.486.906.941,23 | 1.058.859.203,77 | 1.658.832.775,86 | 7.178.892.790,78 | 1.366.873.354,22 | 7.167.669.333,23 | 308.014.150,45 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 2.968.690.000,00 | 3.113.035.753,00 | 441.129.393,89 | 2.863.229.113,28 | 249.806.639,72 | 689.012.041,65 | 2.862.693.951,86 | 250.341.801,14 | 2.854.898.126,44 | 535.161,42 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 105.069.000,00 | 89.349.000,00 | 24.744.756,56 | 87.627.376,02 | 1.721.623,98 | 24.744.756,56 | 87.627.376,02 | 1.721.623,98 | 87.627.376,02 | - |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 3.930.568.000,00 | 5.343.381.392,00 | 692.197.667,47 | 4.536.050.451,93 | 807.330.940,07 | 945.075.977,65 | 4.228.571.462,90 | 1.114.809.929,10 | 4.225.143.828,77 | 307.478.989,03 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 1.297.439.000,00 | 1.955.796.266,00 | 239.560.547,12 | 1.250.901.184,04 | 704.895.081,96 | 368.244.641,75 | 1.147.082.480,44 | 808.713.785,56 | 1.146.858.964,08 | 103.818.703,60 |
| INVESTIMENTOS | 1.097.960.000,00 | 1.774.695.926,00 | 192.556.265,76 | 1.076.239.729,36 | 698.456.196,64 | 316.631.259,95 | 972.421.025,76 | 802.274.900,24 | 972.197.509,40 | 103.818.703,60 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | 115.317.000,00 | 110.187.000,00 | 30.355.882,38 | 105.292.938,76 | 4.894.061,24 | 34.964.982,82 | 105.292.938,76 | 4.894.061,24 | 105.292.938,76 | - |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 84.162.000,00 | 70.913.340,00 | 16.648.398,98 | 69.368.515,92 | 1.544.824,08 | 16.648.398,98 | 69.368.515,92 | 1.544.824,08 | 69.368.515,92 | - |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 20.000.000,00 | 20.000.000,00 | - | - | 20.000.000,00 | - | - | 20.000.000,00 | - | - |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | 381.189.000,00 | 396.631.980,00 | 74.681.436,08 | 378.545.490,97 | 18.086.489,03 | 95.527.069,83 | 378.545.490,97 | 18.086.489,03 | 378.545.490,97 | - |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VII + IX) | 8.702.955.000,00 | 10.918.194.391,00 | 1.472.313.801,12 | 9.116.353.616,24 | 1.801.840.774,76 | 2.122.604.487,44 | 8.704.520.762,19 | 2.213.673.628,81 | 8.693.073.788,28 | 411.832.854,05 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍV./REFINANCIAMENTO (XI) | 139.000,00 | 139.000,00 | - | - | 139.000,00 | - | - | 139.000,00 | - | - |
| Amortização da Dívida Interna | 10.000,00 | 10.000,00 | - | - | 10.000,00 | - | - | 10.000,00 | - | - |
| Dívida Mobiliária | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Dívidas | 10.000,00 | 10.000,00 | - | - | 10.000,00 | - | - | 10.000,00 | - | - |
| Amortização da Dívida Externa | 129.000,00 | 129.000,00 | - | - | 129.000,00 | - | - | 129.000,00 | - | - |
| Dívida Mobiliária | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Dívidas | 129.000,00 | 129.000,00 | - | - | 129.000,00 | - | - | 129.000,00 | - | - |
| TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI) | 8.703.094.000,00 | 10.918.333.391,00 | 1.472.313.801,12 | 9.116.353.616,24 | 1.801.979.774,76 | 2.122.604.487,44 | 8.704.520.762,19 | 2.213.812.628,81 | 8.693.073.788,28 | 411.832.854,05 |
| SUPERÁVIT (XIII) | - | - | - | 547.194.211,27 | - | - | 959.027.065,32 | - | 970.474.039,23 | - |
| TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII) | 8.703.094.000,00 | 10.918.333.391,00 | 1.472.313.801,12 | 9.663.547.827,51 | 1.801.979.774,76 | 2.122.604.487,44 | 9.663.547.827,51 | 2.213.812.628,81 | 9.663.547.827,51 | 411.832.854,05 |
| RESERVA DO RPPS | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

FONTE: Sistema Sigef, Unidade Responsável: CTM - Contadoria Geral do Município, Emissão: 26/01/2023.

* O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.

| RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | SALDO (e - c) |
|--|------------------|----------------------------|---------------------|--------------|-----------------------|------------------|
| | | | No Bimestre (b) | % (b / a) | Até o Bimestre (c) | |
| RECEITAS CORRENTES | 381.189.000,00 | 381.189.000,00 | 95.527.146,47 | 25,06% | 378.545.100,02 | 2.643.899,98 |
| CONTRIBUIÇÕES | 367.416.000,00 | 367.416.000,00 | 91.451.687,11 | 24,89% | 352.599.801,52 | 14.816.198,48 |
| Contribuições Sociais | 367.416.000,00 | 367.416.000,00 | 91.451.687,11 | 24,89% | 352.599.801,52 | 14.816.198,48 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 408.000,00 | 408.000,00 | 131.939,27 | 32,34% | 730.268,91 | (322.268,91) |
| Demais Receitas Patrimoniais | 408.000,00 | 408.000,00 | 131.939,27 | 32,34% | 730.268,91 | (322.268,91) |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 130.000,00 | 130.000,00 | - | 0,00% | - | 130.000,00 |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | 120.000,00 | 120.000,00 | - | 0,00% | - | 120.000,00 |
| Outros Serviços - Intraorçamentário | 10.000,00 | 10.000,00 | - | 0,00% | - | 10.000,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 13.235.000,00 | 13.235.000,00 | 3.943.520,09 | 29,80% | 25.215.029,59 | (11.980.029,59) |
| Demais Receitas Correntes | 13.235.000,00 | 13.235.000,00 | 3.943.520,09 | 29,80% | 25.215.029,59 | (11.980.029,59) |
| TOTAL DE RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 381.189.000,00 | 381.189.000,00 | 95.527.146,47 | 25,06% | 378.545.100,02 | 2.643.899,98 |

| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (g) = (e - f) | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (i) = (e - h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
|---------------------------------------|------------------------|---------------------------|---------------------|-----------------------|------------------------|---------------------|-----------------------|------------------------|--------------------------------------|--|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (f) | | No Bimestre | Até o Bimestre (h) | | | |
| DESPESAS CORRENTES | 378.689.000,00 | 394.131.980,00 | 74.331.932,85 | 376.475.220,22 | 17.656.759,78 | 95.177.566,60 | 376.475.220,22 | 17.656.759,78 | 376.475.220,22 | - |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 377.922.000,00 | 393.365.351,00 | 74.199.993,58 | 375.744.951,31 | 17.620.399,69 | 95.045.627,33 | 375.744.951,31 | 17.620.399,69 | 375.744.951,31 | - |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 765.000,00 | 765.000,00 | 131.939,27 | 730.268,91 | 34.731,09 | 131.939,27 | 730.268,91 | 34.731,09 | 730.268,91 | - |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 2.000,00 | 1.629,00 | - | 1.629,00 | - | - | 1.629,00 | - | 1.629,00 | - |
| DESPESAS DE CAPITAL | 2.500.000,00 | 2.500.000,00 | 349.503,23 | 2.070.270,75 | 429.729,25 | 349.503,23 | 2.070.270,75 | 429.729,25 | 2.070.270,75 | - |
| INVESTIMENTOS | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 2.500.000,00 | 2.500.000,00 | 349.503,23 | 2.070.270,75 | 429.729,25 | 349.503,23 | 2.070.270,75 | 429.729,25 | 2.070.270,75 | - |
| TOTAL DE DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 381.189.000,00 | 396.631.980,00 | 74.681.436,08 | 378.545.490,97 | 18.086.489,03 | 95.527.069,83 | 378.545.490,97 | 18.086.489,03 | 378.545.490,97 | - |





DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

| FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO (c) = (a - b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e) = (a - d) | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
|--|------------------|------------------------|---------------------|--------------------|-----------------|---------------------|---------------------|--------------------|-----------------|---------------------|------------------------------------|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b / total b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d / total d) | | |
| | | | | | | | | | | | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 8.321.905.000,00 | 10.521.701.411,00 | 1.397.632.365,04 | 8.737.808.125,27 | 95,85% | 1.783.893.285,73 | 2.027.077.417,61 | 8.325.975.271,22 | 95,65% | 2.195.726.139,78 | 411.832.854,05 |
| LEGISLATIVA | 201.069.000,00 | 223.078.649,00 | 26.411.569,90 | 220.577.454,77 | 2,42% | 2.501.194,23 | 58.138.987,86 | 218.385.589,87 | 2,51% | 4.693.059,13 | 2.191.864,90 |
| Ação Legislativa | 201.069.000,00 | 223.078.649,00 | 26.411.569,90 | 220.577.454,77 | 2,42% | 2.501.194,23 | 58.138.987,86 | 218.385.589,87 | 2,51% | 4.693.059,13 | 2.191.864,90 |
| JUDICIÁRIA | 57.154.000,00 | 59.094.281,00 | 11.277.963,29 | 57.146.471,90 | 0,63% | 1.947.809,10 | 12.202.424,58 | 55.950.409,50 | 0,64% | 3.143.871,50 | 1.196.062,40 |
| Administração Geral | 56.204.000,00 | 58.531.681,00 | 11.265.974,59 | 56.737.983,24 | 0,62% | 1.793.697,76 | 12.139.490,34 | 55.563.649,14 | 0,64% | 2.968.031,86 | 1.174.334,10 |
| Tecnologia da Informação | 450.000,00 | 520.000,00 | 11.988,70 | 408.488,66 | 0,00% | 111.511,34 | 62.934,24 | 386.760,36 | 0,00% | 133.239,64 | 21.728,30 |
| Administração de Receitas | 427.000,00 | 600,00 | - | - | 0,00% | 600,00 | - | - | 0,00% | 600,00 | - |
| Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário | 73.000,00 | 42.000,00 | - | - | 0,00% | 42.000,00 | - | - | 0,00% | 42.000,00 | - |
| ADMINISTRAÇÃO | 489.498.000,00 | 471.062.911,00 | 71.061.040,54 | 431.354.257,34 | 4,73% | 39.708.653,66 | 91.419.703,03 | 407.820.948,93 | 4,69% | 63.241.962,07 | 23.533.308,41 |
| Planejamento e Orçamento | 1.401.000,00 | 196.497,00 | - | 90.000,00 | 0,00% | 106.497,00 | 60.000,00 | 90.000,00 | 0,00% | 106.497,00 | - |
| Administração Geral | 463.701.000,00 | 432.067.064,00 | 67.920.916,50 | 394.359.425,05 | 4,33% | 37.707.638,95 | 85.241.985,46 | 376.282.747,08 | 4,32% | 55.784.316,92 | 18.076.677,97 |
| Controle Interno | 1.959.000,00 | 2.202.500,00 | 361.939,03 | 2.117.926,75 | 0,02% | 84.573,25 | 315.563,67 | 1.605.878,04 | 0,02% | 596.621,96 | 512.048,71 |
| Tecnologia da Informação | 21.437.000,00 | 36.096.850,00 | 2.739.905,01 | 34.748.625,54 | 0,38% | 1.348.224,46 | 5.763.873,90 | 29.804.043,81 | 0,34% | 6.292.860,19 | 4.944.581,73 |
| Administração de Receitas | 100.000,00 | 100.000,00 | - | - | 0,00% | 100.000,00 | - | - | 0,00% | 100.000,00 | - |
| Administração de Concessões | 800.000,00 | 300.000,00 | 38.280,00 | 38.280,00 | 0,00% | 261.720,00 | 38.280,00 | 38.280,00 | 0,00% | 261.720,00 | - |
| Direitos Individuais, Coletivos e Difusos | 100.000,00 | 100.000,00 | - | - | 0,00% | 100.000,00 | - | - | 0,00% | 100.000,00 | - |
| SEGURANÇA PÚBLICA | 82.390.000,00 | 94.407.259,00 | 17.173.487,84 | 87.953.787,83 | 0,96% | 6.453.571,17 | 18.499.076,71 | 85.578.086,13 | 0,98% | 8.829.272,87 | 2.375.701,70 |
| Administração Geral | 81.546.000,00 | 91.452.498,00 | 14.923.510,00 | 85.192.469,74 | 0,93% | 6.260.028,26 | 17.799.310,19 | 84.571.689,51 | 0,97% | 6.880.808,49 | 620.780,23 |
| Tecnologia da Informação | 324.000,00 | 923.811,00 | 495.281,39 | 899.960,35 | 0,01% | 23.850,65 | 155.392,93 | 374.389,98 | 0,00% | 549.421,02 | 525.570,37 |
| Policimento | 475.000,00 | 2.026.050,00 | 1.750.147,45 | 1.856.808,74 | 0,02% | 169.241,26 | 544.373,59 | 632.006,64 | 0,01% | 1.394.043,36 | 1.224.802,10 |
| Preservação e Conservação Ambiental | 45.000,00 | 5.000,00 | 4.549,00 | 4.549,00 | 0,00% | 451,00 | - | - | 0,00% | 5.000,00 | 4.549,00 |
| ASSISTÊNCIA SOCIAL | 298.577.000,00 | 363.153.320,37 | 32.224.042,69 | 261.809.982,76 | 2,87% | 101.343.337,61 | 46.799.723,49 | 237.693.711,02 | 2,73% | 125.459.609,35 | 24.116.271,74 |
| Administração Geral | 95.894.000,00 | 134.817.618,00 | 13.732.337,79 | 118.069.524,91 | 1,30% | 16.748.093,09 | 19.929.286,76 | 110.412.178,83 | 1,27% | 24.405.439,17 | 7.657.346,08 |
| Tecnologia da Informação | 1.360.000,00 | 2.883.700,00 | 289.472,57 | 2.710.713,23 | 0,03% | 172.986,77 | 642.010,83 | 2.490.269,64 | 0,03% | 393.430,36 | 220.443,59 |
| Formação de Recursos Humanos | 400.000,00 | 110.000,00 | - | - | 0,00% | 110.000,00 | - | - | 0,00% | 110.000,00 | - |
| Comunicação Social | 485.000,00 | 545.000,00 | - | - | 0,00% | 545.000,00 | - | - | 0,00% | 545.000,00 | - |
| Assistência ao Idoso | 6.971.000,00 | 3.996.122,00 | - | 1.034.849,90 | 0,01% | 2.961.272,10 | 235.079,28 | 1.034.849,90 | 0,01% | 2.961.272,10 | - |
| Assistência ao Portador de Deficiência | 9.552.000,00 | 9.470.632,00 | (200.000,00) | 4.704.387,08 | 0,05% | 4.766.244,92 | 358.002,00 | 4.704.387,08 | 0,05% | 4.766.244,92 | - |
| Assistência à Criança e ao Adolescente | 41.841.000,00 | 58.999.041,37 | 3.960.568,43 | 36.650.192,99 | 0,40% | 22.348.848,38 | 6.915.720,92 | 33.053.954,66 | 0,38% | 25.945.086,71 | 3.596.238,33 |
| Assistência Comunitária | 139.118.000,00 | 148.866.207,00 | 14.230.483,90 | 95.846.540,16 | 1,05% | 53.019.666,84 | 18.192.036,77 | 83.368.246,55 | 0,96% | 65.497.960,45 | 12.478.293,61 |
| Alimentação e Nutrição | 2.926.000,00 | 3.435.000,00 | 211.180,00 | 2.793.774,49 | 0,03% | 641.225,51 | 527.586,93 | 2.629.824,36 | 0,03% | 805.175,64 | 163.950,13 |
| Direitos Individuais, Coletivos e Difusos | 30.000,00 | 30.000,00 | - | 30.000,00 | 0,00% | 30.000,00 | - | 30.000,00 | 0,00% | 30.000,00 | - |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL | 674.182.000,00 | 717.381.969,00 | 88.546.199,45 | 577.643.897,53 | 6,34% | 139.738.071,47 | 120.580.227,25 | 576.856.057,67 | 6,63% | 140.525.911,33 | 787.839,86 |
| Administração Geral | 7.602.000,00 | 10.251.969,00 | (1.792.988,15) | 5.411.932,13 | 0,06% | 4.840.036,87 | 1.067.002,71 | 4.787.580,47 | 0,06% | 5.464.388,53 | 624.351,66 |
| Tecnologia da Informação | 2.398.000,00 | 2.948.000,00 | 48.599,29 | 996.727,71 | 0,01% | 1.951.272,29 | 273.147,52 | 833.239,51 | 0,01% | 2.114.760,49 | 163.488,20 |
| Assistência ao Idoso | 50.000,00 | 50.000,00 | - | - | 0,00% | 50.000,00 | - | - | 0,00% | 50.000,00 | - |
| Previdência do Regime Estatutário | 589.132.000,00 | 629.132.000,00 | 82.457.331,55 | 497.550.205,46 | 5,46% | 131.581.794,54 | 104.631.633,65 | 497.550.205,46 | 5,72% | 131.581.794,54 | - |
| Previdência Especial | 75.000.000,00 | 75.000.000,00 | 7.833.256,76 | 73.685.032,23 | 0,81% | 1.314.967,77 | 14.608.443,37 | 73.685.032,23 | 0,85% | 1.314.967,77 | - |
| SAÚDE | 1.880.907.000,00 | 2.369.823.799,00 | 343.844.631,33 | 2.062.540.212,52 | 22,62% | 307.283.586,38 | 460.548.910,37 | 1.966.587.612,56 | 22,59% | 403.236.186,44 | 95.952.600,06 |
| Administração Geral | 819.025.000,00 | 964.938.110,00 | 143.596.058,08 | 890.631.419,80 | 9,77% | 74.306.690,20 | 236.433.819,10 | 888.902.042,07 | 10,21% | 76.036.067,93 | 1.729.377,73 |
| Tecnologia da Informação | 72.326.000,00 | 86.950.999,00 | 8.225.377,80 | 63.935.754,94 | 0,70% | 23.015.244,06 | 11.907.613,26 | 58.605.057,30 | 0,67% | 28.345.941,70 | 5.330.697,64 |
| Formação de Recursos Humanos | 3.250.000,00 | 57.120,00 | (660,00) | 56.460,00 | 0,00% | 660,00 | 56.460,00 | 56.460,00 | 0,00% | 660,00 | - |
| Comunicação Social | 2.000.000,00 | 7.227.570,00 | (359.697,11) | 5.860.116,16 | 0,06% | 1.367.453,84 | 119.025,80 | 5.856.128,47 | 0,07% | 1.371.441,53 | 3.987,69 |
| Atenção Básica | 106.742.000,00 | 159.338.340,00 | 10.957.593,92 | 107.828.593,15 | 1,18% | 51.509.746,85 | 20.466.416,08 | 99.473.222,89 | 1,14% | 59.865.117,11 | 8.355.370,26 |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 842.005.000,00 | 1.088.538.090,00 | 183.881.153,66 | 951.043.372,30 | 10,43% | 137.494.717,70 | 182.583.286,84 | 872.294.180,78 | 10,02% | 216.243.909,22 | 78.749.191,52 |
| Suporte Profilático e Terapêutico | 27.529.000,00 | 50.107.980,00 | (2.112.798,27) | 37.880.670,97 | 0,42% | 12.227.309,03 | 8.052.042,46 | 36.365.768,69 | 0,42% | 13.742.211,31 | 1.514.902,28 |
| Vigilância Sanitária | 3.660.000,00 | 10.190.760,00 | (294.855,86) | 4.582.862,14 | 0,05% | 5.607.897,86 | 598.390,95 | 4.324.207,14 | 0,05% | 5.866.552,86 | 258.655,00 |
| Vigilância Epidemiológica | 4.340.000,00 | 2.464.410,00 | (47.540,89) | 710.545,22 | 0,01% | 1.753.864,78 | 331.855,88 | 710.545,22 | 0,01% | 1.753.864,78 | - |
| Direitos Individuais, Coletivos e Difusos | 30.000,00 | 10.420,00 | - | 10.417,94 | 0,00% | 2,06 | - | - | 0,00% | 10.420,00 | 10.417,94 |





| | | | | | | | | | | | |
|---|------------------|------------------|----------------|------------------|--------|----------------|----------------|------------------|--------|----------------|----------------|
| TRABALHO | 38.069.000,00 | 50.572.785,00 | 2.575.367,37 | 40.752.580,76 | 0,45% | 9.820.204,24 | 6.281.596,16 | 39.228.568,88 | 0,45% | 11.344.216,12 | 1.524.011,88 |
| Administração Geral | 14.084.000,00 | 12.284.000,00 | 1.589.888,08 | 8.792.737,94 | 0,10% | 3.491.262,06 | 1.882.668,45 | 8.058.540,71 | 0,09% | 4.225.459,29 | 734.197,23 |
| Tecnologia da Informação | 1.205.000,00 | 645.820,00 | 17.937,94 | 526.790,66 | 0,01% | 119.029,34 | 110.044,25 | 430.209,67 | 0,00% | 215.610,33 | 96.580,99 |
| Empregabilidade | 2.100.000,00 | 4.812.965,00 | (100.232,20) | 4.202.609,93 | 0,05% | 610.355,07 | 4.497,80 | 4.142.712,72 | 0,05% | 670.252,28 | 59.897,21 |
| Fomento ao Trabalho | 20.880.000,00 | 32.930.000,00 | 1.067.773,55 | 27.230.442,23 | 0,30% | 5.599.557,77 | 4.284.385,66 | 26.597.105,78 | 0,31% | 6.232.894,22 | 633.336,45 |
| EDUCAÇÃO | 1.514.013.000,00 | 2.139.742.229,00 | 123.930.902,23 | 1.734.723.617,93 | 19,03% | 405.018.611,07 | 435.671.852,31 | 1.730.928.855,29 | 19,89% | 408.913.373,71 | 3.794.762,64 |
| Administração Geral | 100.000,00 | 4.055.705,00 | 1.151.611,07 | 3.942.314,81 | 0,04% | 113.390,19 | 3.942.314,81 | 2.502.705,62 | 0,05% | 113.390,19 | - |
| Tecnologia da Informação | 19.210.000,00 | 30.425.035,00 | (2.472.541,56) | 17.054.640,26 | 0,19% | 13.370.394,74 | 1.490.955,33 | 16.766.640,26 | 0,19% | 13.658.394,74 | 288.000,00 |
| Formação de Recursos Humanos | 1.928.000,00 | 278.451,00 | - | 200.450,46 | 0,00% | 78.000,54 | - | 200.450,46 | 0,00% | 78.000,54 | - |
| Comunicação Social | 1.000.000,00 | 1.775.398,00 | (227.117,08) | 1.472.289,19 | 0,02% | 303.108,81 | 66.528,60 | 1.472.289,19 | 0,02% | 303.108,81 | - |
| Ensino Fundamental | 1.067.907.000,00 | 1.557.821.550,00 | 119.763.208,36 | 1.315.955.859,43 | 14,44% | 241.865.690,57 | 361.980.902,22 | 1.312.995.562,01 | 15,08% | 244.825.987,99 | 2.960.297,42 |
| Educação Infantil | 413.430.000,00 | 528.684.527,00 | 8.906.961,34 | 391.381.322,68 | 4,29% | 137.303.204,32 | 69.199.038,16 | 390.834.857,46 | 4,49% | 137.849.669,54 | 546.465,22 |
| Educação de Jovens e Adultos | 5.782.000,00 | 8.413.058,00 | 985.411,77 | 7.427.646,23 | 0,01% | 7.427.646,23 | 267.844,85 | 985.411,77 | 0,01% | 7.427.646,23 | - |
| Educação Especial | 4.556.000,00 | 8.288.505,00 | - | 3.731.329,33 | 0,04% | 4.557.175,67 | 163.877,53 | 3.731.329,33 | 0,04% | 4.557.175,67 | - |
| Direitos Individuais, Coletivos e Difusos | 100.000,00 | - | - | - | 0,00% | - | - | - | 0,00% | - | - |
| CULTURA | 130.394.000,00 | 99.533.076,00 | 4.133.622,55 | 28.137.386,38 | 0,31% | 71.395.689,62 | 8.033.527,21 | 24.983.664,17 | 0,29% | 74.549.411,83 | 3.153.722,21 |
| Administração Geral | 14.152.000,00 | 14.559.800,00 | 1.581.000,43 | 13.301.088,95 | 0,15% | 1.258.711,05 | 2.756.000,14 | 12.627.065,83 | 0,15% | 1.932.734,17 | 674.023,12 |
| Tecnologia da Informação | 541.000,00 | 566.000,00 | - | 469.612,83 | 0,01% | 96.387,17 | 99.128,13 | 386.770,62 | 0,00% | 179.229,38 | 82.842,21 |
| Comunicação Social | 200.000,00 | 60.000,00 | - | 7.990,49 | 0,00% | 52.009,51 | - | 7.990,49 | 0,00% | 52.009,51 | - |
| Difusão Cultural | 15.555.000,00 | 19.871.276,00 | 2.849.958,74 | 10.431.862,45 | 0,11% | 9.439.413,55 | 4.151.278,59 | 8.544.042,98 | 0,10% | 11.327.233,02 | 1.887.819,47 |
| Direitos Individuais, Coletivos e Difusos | 70.000,00 | 70.000,00 | 27.980,00 | 27.980,00 | 0,00% | 42.020,00 | 27.980,00 | 27.980,00 | 0,00% | 42.020,00 | - |
| Turismo | 99.876.000,00 | 64.406.000,00 | (325.316,62) | 3.898.851,66 | 0,04% | 60.507.148,34 | 999.140,35 | 3.389.814,25 | 0,04% | 61.016.185,75 | 509.037,41 |
| DIREITOS DA CIDADANIA | 36.278.000,00 | 48.002.158,63 | 10.647.059,25 | 33.482.004,47 | 0,37% | 14.520.154,16 | 9.565.808,98 | 26.895.871,63 | 0,37% | 21.106.287,00 | 6.586.132,84 |
| Administração Geral | 15.691.000,00 | 19.029.405,63 | 3.550.726,84 | 17.424.220,75 | 0,19% | 1.605.184,88 | 3.972.124,61 | 15.828.053,69 | 0,18% | 3.201.351,94 | 1.596.167,06 |
| Tecnologia da Informação | 646.000,00 | 1.447.979,00 | 146.525,27 | 1.397.630,86 | 0,02% | 50.348,14 | 142.710,54 | 1.238.886,18 | 0,01% | 209.092,82 | 158.744,68 |
| Assistência à Criança e ao Adolescente | 100.000,00 | 90.000,00 | 38.228,50 | 38.228,50 | 0,00% | 51.771,50 | 411,90 | 411,90 | 0,00% | 89.588,10 | 37.816,60 |
| Assistência Comunitária | 10.622.000,00 | 18.386.242,00 | 7.532.427,38 | 12.115.204,50 | 0,13% | 6.271.037,50 | 4.884.597,92 | 7.809.019,92 | 0,09% | 10.577.222,08 | 4.306.184,58 |
| Ensino Profissional | 100.000,00 | 145.433,00 | (19.468,40) | 125.964,60 | 0,00% | 19.468,40 | 19.004,23 | 125.964,60 | 0,00% | 19.468,40 | - |
| Direitos Individuais, Coletivos e Difusos | 9.119.000,00 | 8.903.099,00 | (601.380,34) | 2.380.755,26 | 0,03% | 6.522.343,74 | 546.959,78 | 1.893.535,34 | 0,02% | 7.009.563,66 | 487.219,92 |
| URBANISMO | 1.523.853.000,00 | 2.123.606.629,00 | 339.522.923,53 | 1.830.412.863,94 | 20,08% | 293.193.765,06 | 381.420.732,16 | 1.712.056.093,48 | 19,67% | 411.550.535,52 | 118.356.770,46 |
| Administração Geral | 329.963.000,00 | 378.057.282,00 | 66.934.572,89 | 346.893.842,35 | 3,81% | 31.163.439,65 | 72.036.200,23 | 326.116.437,40 | 3,75% | 51.940.844,60 | 20.777.404,95 |
| Normalização e Fiscalização | 5.000.000,00 | 4.800.000,00 | - | - | 0,00% | 4.800.000,00 | - | - | 0,00% | 4.800.000,00 | - |
| Tecnologia da Informação | 6.033.000,00 | 17.234.805,00 | 2.562.887,56 | 15.598.861,25 | 0,17% | 1.635.943,75 | 2.928.339,80 | 13.818.019,65 | 0,16% | 3.416.785,35 | 1.780.841,60 |
| Ordenamento Territorial | 413.000,00 | - | - | - | 0,00% | 413.000,00 | - | - | 0,00% | 413.000,00 | - |
| Comunicação Social | 988.000,00 | 888.000,00 | - | - | 0,00% | 888.000,00 | - | - | 0,00% | 888.000,00 | - |
| Defesa Civil | 9.000.000,00 | 6.261.000,00 | (355.062,85) | 5.684.692,07 | 0,06% | 578.307,93 | 673.578,07 | 5.649.250,20 | 0,06% | 611.749,80 | 35.441,87 |
| Direitos Individuais, Coletivos e Difusos | 80.000,00 | 5.000,00 | - | - | 0,00% | 5.000,00 | - | - | 0,00% | 5.000,00 | - |
| Infra-Estrutura Urbana | 390.818.000,00 | 661.610.082,00 | 51.922.600,59 | 448.204.256,35 | 4,92% | 213.405.825,65 | 103.258.519,17 | 408.884.305,33 | 4,70% | 252.725.776,67 | 39.319.951,02 |
| Serviços Urbanos | 781.558.000,00 | 1.054.337.460,00 | 218.457.925,34 | 1.014.031.211,92 | 11,12% | 40.306.248,08 | 202.524.094,89 | 957.588.080,90 | 11,00% | 96.749.379,10 | 56.443.131,02 |
| HABITAÇÃO | 81.006.000,00 | 116.073.626,00 | 10.192.238,12 | 89.853.700,10 | 0,99% | 26.219.925,90 | 24.109.572,00 | 66.758.574,22 | 0,77% | 49.315.051,78 | 23.095.125,88 |
| Administração Geral | 16.646.000,00 | 21.973.714,00 | 2.683.152,06 | 20.707.005,67 | 0,23% | 1.266.708,33 | 4.672.442,57 | 18.597.420,79 | 0,21% | 3.376.293,21 | 2.109.584,88 |
| Tecnologia da Informação | 700.000,00 | 723.116,00 | 4.603,20 | 508.171,74 | 0,01% | 214.944,26 | 127.207,05 | 459.413,53 | 0,01% | 263.702,47 | 48.758,21 |
| Infra-Estrutura Urbana | 8.407.000,00 | 37.434.000,00 | 3.637.470,67 | 35.288.543,69 | 0,39% | 2.145.456,31 | 8.820.522,00 | 29.629.729,42 | 0,34% | 7.804.270,58 | 5.658.814,27 |
| Habitação Urbana | 55.253.000,00 | 55.942.796,00 | 3.867.012,19 | 33.349.979,00 | 0,37% | 22.592.817,00 | 10.489.398,95 | 18.072.010,48 | 0,21% | 37.870.785,52 | 15.277.968,52 |
| SANEAMENTO | 38.454.000,00 | 56.992.952,00 | 868.241,55 | 31.920.968,80 | 0,35% | 25.071.983,20 | 7.270.938,66 | 31.386.153,47 | 0,36% | 25.606.798,53 | 534.815,33 |
| Saneamento Básico Urbano | 38.454.000,00 | 56.992.952,00 | 868.241,55 | 31.920.968,80 | 0,35% | 25.071.983,20 | 7.270.938,66 | 31.386.153,47 | 0,36% | 25.606.798,53 | 534.815,33 |



DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/ 2022 A DEZEMBRO/ 2022

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

| ESPECIFICAÇÃO | EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES | | | | | | | | | | | | TOTAL | PREVISÃO |
|---|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|-------------------------|
| | jan/22 | fev/22 | mar/22 | abr/22 | mai/22 | jun/22 | jul/22 | ago/22 | set/22 | out/22 | nov/22 | dez/22 | (ÚLTIMOS 12 MESES) | ATUALIZADA 2022 |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 623.030.590,69 | 983.356.091,05 | 745.065.003,78 | 650.027.908,29 | 734.571.275,01 | 741.408.344,01 | 762.663.091,61 | 732.742.683,51 | 701.207.415,19 | 750.006.519,02 | 952.376.205,85 | 932.772.553,71 | 9.309.227.681,72 | 8.271.361.950,00 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 223.392.526,94 | 452.762.810,65 | 298.835.613,49 | 226.239.786,49 | 263.285.224,47 | 251.112.979,48 | 249.044.090,76 | 254.049.475,59 | 265.960.547,55 | 267.336.429,60 | 314.700.660,36 | 351.168.256,18 | 3.417.888.401,56 | 3.248.367.000,00 |
| IPTU | 54.060.134,51 | 241.389.331,58 | 105.723.395,13 | 53.151.473,84 | 59.127.686,68 | 52.406.582,12 | 57.832.430,51 | 57.416.155,24 | 56.035.647,57 | 54.952.671,66 | 57.394.928,72 | 56.664.735,35 | 906.155.172,91 | 866.944.000,00 |
| ISS | 101.521.924,92 | 95.904.172,75 | 109.005.663,11 | 107.846.504,99 | 137.397.413,91 | 122.329.524,53 | 117.856.312,02 | 124.023.102,00 | 138.276.026,50 | 132.857.187,65 | 126.760.207,19 | 151.852.401,65 | 1.465.630.441,22 | 1.450.319.000,00 |
| ITIV | 24.954.190,67 | 19.696.857,59 | 20.331.119,51 | 19.844.622,69 | 20.978.218,22 | 24.694.618,56 | 25.788.088,46 | 20.028.717,31 | 20.317.910,63 | 23.510.471,94 | 21.170.747,66 | 21.634.114,65 | 262.949.677,89 | 229.565.000,00 |
| IRRF | 18.636.437,57 | 14.570.719,99 | 30.563.462,75 | 24.089.279,23 | 22.806.529,31 | 31.677.050,33 | 27.791.396,29 | 30.658.897,40 | 30.202.112,44 | 31.095.505,01 | 28.020.959,86 | 60.857.855,60 | 350.970.205,78 | 274.872.000,00 |
| Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 24.219.839,27 | 81.201.728,74 | 33.211.972,99 | 21.307.905,74 | 22.975.376,35 | 20.005.203,94 | 19.775.863,48 | 21.922.603,64 | 21.128.850,41 | 24.920.593,34 | 81.353.816,93 | 60.159.148,93 | 432.182.903,76 | 426.667.000,00 |
| Contribuições | 33.423.273,29 | 33.409.750,23 | 33.145.031,28 | 28.737.868,92 | 29.714.570,25 | 41.108.960,04 | 37.328.844,58 | 37.821.208,52 | 36.984.070,30 | 36.373.796,60 | 38.301.865,51 | 59.134.456,99 | 445.483.696,51 | 425.675.000,00 |
| Receita Patrimonial | 20.577.040,71 | 32.032.473,36 | 30.635.560,66 | 27.013.505,74 | 33.532.644,54 | 39.818.599,66 | 32.370.444,70 | 40.588.993,49 | 38.805.989,09 | 36.294.397,04 | 219.604.040,10 | 38.873.521,66 | 590.147.210,75 | 97.561.020,00 |
| Rendimentos de Aplicação Financeira | 18.850.093,36 | 22.067.586,48 | 28.009.771,27 | 24.981.238,32 | 31.510.795,38 | 37.832.029,25 | 27.827.164,91 | 37.092.977,69 | 34.551.804,19 | 32.497.919,82 | 34.485.729,04 | 35.292.728,62 | 364.999.838,33 | 62.604.020,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 1.726.947,35 | 9.964.886,88 | 2.625.789,39 | 2.032.267,42 | 2.021.849,16 | 1.986.570,41 | 4.543.279,79 | 3.496.015,80 | 4.254.184,90 | 3.796.477,22 | 185.118.311,06 | 3.580.793,04 | 225.147.372,42 | 34.957.000,00 |
| Receita Agropecuária | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Receita Industrial | - | - | - | - | 11.983,89 | - | - | - | - | - | - | - | - | 11.983,89 |
| Receita de Serviços | 173.062,23 | 119.152,45 | 122.643,03 | 278.133,80 | 91.404,17 | 83.307,78 | 118.317,90 | 120.851,86 | 88.194,07 | 92.412,82 | 108.202,83 | 2.880.711,36 | 4.276.394,30 | 24.344.000,00 |
| Transferências Correntes | 335.579.381,96 | 452.428.912,11 | 372.948.308,26 | 355.437.786,73 | 391.047.640,11 | 389.800.532,15 | 426.047.845,86 | 381.398.533,84 | 340.022.991,64 | 379.083.093,21 | 364.762.186,57 | 472.521.017,43 | 4.661.078.229,87 | 4.301.084.596,00 |
| Cota-Parte do FPM | 102.784.649,63 | 143.478.703,75 | 86.982.611,89 | 103.105.195,66 | 114.694.241,06 | 107.318.349,79 | 144.443.746,51 | 104.946.197,84 | 96.653.924,87 | 91.962.940,05 | 115.580.675,32 | 179.589.192,77 | 1.391.540.429,14 | 1.026.569.000,00 |
| Cota-Parte do ICMS | 47.874.285,26 | 67.479.142,51 | 88.428.611,65 | 73.580.682,69 | 87.986.469,69 | 68.511.478,53 | 77.159.179,55 | 88.825.366,43 | 66.544.329,76 | 74.474.131,38 | 77.921.504,63 | 86.556.715,65 | 905.341.897,73 | 883.446.000,00 |
| Cota-Parte do IPVA | 27.399.939,90 | 72.301.245,12 | 16.226.760,17 | 15.024.601,72 | 18.281.611,64 | 19.615.294,48 | 21.385.744,01 | 25.166.946,83 | 22.060.587,74 | 21.270.685,79 | 16.461.697,24 | 17.186.262,25 | 292.381.376,89 | 287.478.000,00 |
| Cota-Parte do ITR | 200.820,25 | 95.531,81 | 14.344,12 | 41.393,12 | 16.362,03 | 152.374,91 | 12.795,75 | 10.775,38 | 43.421,71 | 17.153,04 | 10.364,08 | 72.938,29 | 688.274,49 | 5.000,00 |
| Transferência da LC 87/ 1996 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferência da LC 61/ 1989 | 609.312,90 | 544.824,25 | 617.229,54 | 627.740,73 | 333.730,18 | 470.856,61 | 485.338,47 | 386.586,79 | 509.992,48 | 520.490,98 | 378.475,84 | 537.735,89 | 6.022.314,66 | 8.785.000,00 |
| Transferências do FUNDEB | 83.185.377,57 | 75.304.300,61 | 68.242.539,35 | 74.915.069,28 | 74.063.874,77 | 75.237.172,93 | 70.468.467,29 | 78.360.084,02 | 70.757.349,01 | 72.026.093,71 | 77.959.511,76 | 83.286.656,03 | 903.806.496,33 | 923.784.872,00 |
| Outras Transferências Correntes | 73.524.996,45 | 93.225.164,06 | 112.436.211,54 | 88.143.103,53 | 95.671.350,74 | 118.495.004,90 | 112.092.574,28 | 83.702.576,55 | 83.453.386,07 | 118.811.598,26 | 76.449.957,70 | 105.291.516,55 | 1.161.297.440,63 | 1.171.016.724,00 |
| Outras Receitas Correntes | 9.885.305,56 | 12.602.992,25 | 9.377.847,06 | 12.320.826,61 | 16.887.807,58 | 19.483.964,90 | 17.753.547,81 | 18.763.820,21 | 19.345.622,54 | 30.826.389,75 | 14.899.250,48 | 8.194.590,09 | 190.341.764,84 | 174.230.334,00 |
| DEDUÇÕES (II) | 54.408.302,31 | 75.325.721,47 | 58.475.322,22 | 51.858.895,19 | 59.323.670,12 | 64.466.796,39 | 58.999.594,94 | 64.013.231,47 | 55.978.747,90 | 59.101.865,90 | 65.502.403,81 | 89.896.401,96 | 757.350.953,68 | 657.879.000,00 |
| Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência | 16.496.614,60 | 16.561.834,72 | 16.469.863,80 | 9.920.972,95 | 11.947.812,69 | 22.389.059,39 | 18.457.055,50 | 18.522.970,66 | 18.069.822,41 | 18.264.814,30 | 19.923.492,75 | 40.269.595,57 | 227.293.909,34 | 223.783.000,00 |
| Compensação Financ. entre Regimes de Previdência | 293.891,84 | 3.403,70 | 579.160,58 | 385.001,99 | 238.726,69 | 476.701,18 | 518.579,58 | 414.239,10 | 819.531,92 | 718.837,28 | 513.023,52 | 818.198,21 | 5.779.295,59 | 7.385.000,00 |
| Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários | 1.843.994,40 | 1.980.593,67 | 2.972.386,51 | 3.076.997,61 | 2.874.647,98 | 2.387.365,10 | 1.807.492,36 | 1.208.847,21 | 1.702.286,07 | 2.232.366,05 | 2.995.344,25 | 2.961.381,69 | 28.043.702,90 | 2.032.000,00 |
| Dedução de Receita para Formação do FUNDEB | 35.773.801,47 | 56.779.889,38 | 38.453.911,33 | 38.475.922,64 | 44.262.482,76 | 39.213.670,72 | 38.216.467,50 | 43.867.174,50 | 35.387.107,50 | 37.885.848,27 | 42.070.543,29 | 45.847.226,49 | 496.234.045,85 | 424.679.000,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) | 568.622.288,38 | 908.030.369,58 | 686.589.681,56 | 598.169.013,10 | 675.247.604,89 | 676.941.547,62 | 703.663.496,67 | 668.729.452,04 | 645.228.667,29 | 690.904.653,12 | 886.873.802,04 | 842.876.151,75 | 8.551.876.728,04 | 7.613.482.950,00 |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV) | - | 100.000,00 | 30.000.000,00 | - | - | 38.144.116,00 | 24.700.000,00 | 300.000,00 | 700.000,00 | - | - | 100.000,00 | 94.044.116,00 | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV) | 568.622.288,38 | 907.930.369,58 | 656.589.681,56 | 598.169.013,10 | 675.247.604,89 | 638.797.431,62 | 678.963.496,67 | 668.429.452,04 | 644.528.667,29 | 690.904.653,12 | 886.873.802,04 | 842.776.151,75 | 8.457.832.612,04 | 7.613.482.950,00 |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI) | 568.622.288,38 | 907.930.369,58 | 656.589.681,56 | 598.169.013,10 | 675.247.604,89 | 638.797.431,62 | 678.963.496,67 | 668.429.452,04 | 644.528.667,29 | 690.904.653,12 | 886.873.802,04 | 842.776.151,75 | 8.457.832.612,04 | 7.613.482.950,00 |

FONTE: Sistema Sigeif, Unidade Responsável: CTM - Contadoria Geral do Município, Emissão: 26/01/2023.



DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E DAS RECEITAS E DESPESAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES E INATIVOS MILITARES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS | | | | | | |
|--|-------------------------------|---|---|--|---|--|
| FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) | | | | | | |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO) | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b) | | | | |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 589.132.000,00 | 633.319.399,55 | | | | |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 198.661.000,00 | 229.364.180,09 | | | | |
| Ativo | 175.317.000,00 | 201.863.006,90 | | | | |
| Inativo | 17.898.000,00 | 21.536.564,73 | | | | |
| Pensionista | 5.446.000,00 | 5.964.608,46 | | | | |
| Receita de Contribuições Patronais | 367.106.000,00 | 344.830.206,93 | | | | |
| Ativo | 367.106.000,00 | 344.830.206,93 | | | | |
| Inativo | - | - | | | | |
| Pensionista | - | - | | | | |
| Receita Patrimonial | 2.441.000,00 | 28.318.835,38 | | | | |
| Receitas Imobiliárias | - | - | | | | |
| Receitas de Valores Mobiliários | 2.033.000,00 | 27.588.566,47 | | | | |
| Outras Receitas Patrimoniais | 408.000,00 | 730.268,91 | | | | |
| Receita de Serviços | 4.000,00 | 3.574,71 | | | | |
| Outras Receitas Correntes | 20.920.000,00 | 30.802.602,44 | | | | |
| Compensação Financeira entre os Regimes | 7.385.000,00 | 5.587.572,85 | | | | |
| Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹ | 9.226.000,00 | 11.756.001,72 | | | | |
| Demais Receitas Correntes | 4.309.000,00 | 13.459.027,87 | | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL (III) | - | - | | | | |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | - | - | | | | |
| Amortização de Empréstimos | - | - | | | | |
| Outras Receitas de Capital | - | - | | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II) | 579.906.000,00 | 621.563.397,83 | | | | |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d) | DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e) | DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g) | |
| Benefícios | 625.132.000,00 | 497.531.563,20 | 497.531.563,20 | 497.531.563,20 | - | |
| Aposentadorias | 501.500.000,00 | 386.899.240,61 | 386.899.240,61 | 386.899.240,61 | - | |
| Pensões por Morte | 123.632.000,00 | 110.632.322,59 | 110.632.322,59 | 110.632.322,59 | - | |
| Outras Despesas Previdenciárias | 4.000.000,00 | 18.642,26 | 18.642,26 | 18.642,26 | - | |
| Compensação Financeira entre os Regimes | - | - | - | - | - | |
| Demais Despesas Previdenciárias | 4.000.000,00 | 18.642,26 | 18.642,26 | 18.642,26 | - | |
| TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V) | 629.132.000,00 | 497.550.205,46 | 497.550.205,46 | 497.550.205,46 | - | |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V) ² | (49.226.000,00) | 124.013.192,37 | 124.013.192,37 | 124.013.192,37 | - | |
| RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA | | | | |
| VALOR | | - | | | | |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA | | | | |
| VALOR | | - | | | | |
| APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS | | APORTES REALIZADOS | | | | |
| Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar | | - | | | | |
| Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos | | - | | | | |
| Outros Aportes para o RPPS | | - | | | | |
| Recursos para Cobertura do Déficit Financeiro | | - | | | | |
| BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO) | | SALDO ATUAL | | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | 240.296.898,80 | | | | |
| Investimentos e Aplicações | | 108.426.357,05 | | | | |
| Outros Bens e Direitos | | 16.184.399,62 | | | | |
| ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS | | | | | | |
| RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b) | | | | |
| Receitas Correntes | 25.433.000,00 | 6.346.275,61 | | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII) | 25.433.000,00 | 6.346.275,61 | | | | |
| DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d) | DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e) | DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g) | |
| Despesas Correntes (XIII) | 27.105.401,00 | 6.332.497,35 | 5.593.783,49 | 5.582.263,49 | 738.713,86 | |
| Pessoal e Encargos Sociais | | | | | | |
| Demais Despesas Correntes | 27.105.401,00 | 6.332.497,35 | 5.593.783,49 | 5.582.263,49 | 738.713,86 | |
| Despesas de Capital (XIV) | 3.627.568,00 | 76.162,49 | 27.036,49 | 27.036,49 | 49.126,00 | |
| TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV) | 30.732.969,00 | 6.408.659,84 | 5.620.819,98 | 5.609.299,98 | 787.839,86 | |
| RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV) ² | (5.299.969,00) | (62.384,23) | 725.455,63 | 736.975,63 | - | |
| BENS E DIREITOS (ADMINISTRAÇÃO DO RPPS) | | SALDO ATUAL | | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | 5.340.544,37 | | | | |
| Investimentos e Aplicações | | - | | | | |
| Outros Bens e Direitos | | - | | | | |
| BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO | | | | | | |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b) | | | | |
| Contribuições dos Servidores | - | - | | | | |
| Demais Receitas Previdenciárias | - | - | | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVII) | - | - | | | | |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d) | DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e) | DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g) | |
| Aposentadorias | 55.500.000,00 | 54.811.045,42 | 54.811.045,42 | 54.811.045,42 | - | |
| Pensões | 19.100.000,00 | 18.873.986,81 | 18.873.986,81 | 18.873.986,81 | - | |
| Outras Despesas Previdenciárias | 400.000,00 | (0,00) | (0,00) | (0,00) | - | |
| TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVIII) | 75.000.000,00 | 73.685.032,23 | 73.685.032,23 | 73.685.032,23 | - | |
| RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO (XIX) = (XVII - XVIII) ² | (75.000.000,00) | (73.685.032,23) | (73.685.032,23) | (73.685.032,23) | - | |

FONTE: Sistema Sipef. Unidade Responsável: CTM - Contadora Geral do Município. Emissão: 28/01/2023.

NOTA: ¹ Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

² O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).





DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

RREO - Anexo 6 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

| RECEITAS PRIMÁRIAS | PREVISÃO ATUALIZADA | ACIMA DA LINHA | |
|---|-------------------------|---|--|
| | | Até o Bimestre 2022 RECEITAS REALIZADAS (a) | |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 7.846.682.950,00 | 8.812.993.635,87 | |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 3.248.367.000,00 | 3.417.888.401,56 | |
| IPTU | 866.944.000,00 | 906.155.172,91 | |
| ISS | 1.450.319.000,00 | 1.465.630.441,22 | |
| ITIV | 229.565.000,00 | 262.949.677,89 | |
| IRRF | 274.872.000,00 | 350.970.205,78 | |
| Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 425.667.000,00 | 432.182.903,76 | |
| Contribuições | 425.675.000,00 | 445.483.696,51 | |
| Receita Patrimonial | 97.561.020,00 | 590.147.210,75 | |
| Aplicações Financeiras (II) | 62.604.020,00 | 364.999.838,33 | |
| Outras Receitas Patrimoniais | 34.957.000,00 | 225.147.372,42 | |
| Transferências Correntes | 3.876.405.596,00 | 4.164.844.184,02 | |
| Cota-Parte do FPM | 837.833.000,00 | 1.136.785.075,09 | |
| Cota-Parte do ICMS | 706.757.000,00 | 724.273.518,39 | |
| Cota-Parte do IPVA | 229.982.000,00 | 233.905.102,49 | |
| Cota-Parte do ITR | 4.000,00 | 550.619,72 | |
| Transferências da LC 87/1996 | - | - | |
| Transferências da LC 61/1989 | 7.028.000,00 | 4.817.851,77 | |
| Transferências do FUNDEB | 923.784.872,00 | 903.806.496,33 | |
| Outras Transferências Correntes | 1.171.016.724,00 | 1.160.705.520,23 | |
| Demais Receitas Correntes | 198.674.334,00 | 194.630.143,03 | |
| Outras Receitas Financeiras (III) | 134.000,00 | 74.549,16 | |
| Receitas Correntes Restantes | 198.540.334,00 | 194.555.593,87 | |
| RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III) | 7.783.944.930,00 | 8.447.919.248,38 | |
| RECEITAS DE CAPITAL (V) | 1.123.775.108,00 | 472.009.091,62 | |
| Operações de Crédito (VI) | 784.888.315,00 | 356.615.431,75 | |
| Amortização de Empréstimos (VII) | - | - | |
| Alienação de Bens | 104.090.000,00 | 6.285.034,66 | |
| Recultas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII) | - | - | |
| Recultas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX) | - | - | |
| Outras Alienações de Bens | 104.090.000,00 | 6.285.034,66 | |
| Transferências de Capital | 174.796.793,00 | 49.068.606,35 | |
| Convênios | 173.537.488,00 | 46.937.849,49 | |
| Outras Transferências de Capital | 1.259.305,00 | 2.130.756,86 | |
| Outras Receitas de Capital | 60.000.000,00 | 60.040.018,86 | |
| Outras Receitas de Capital Não Primárias (X) | - | - | |
| Outras Receitas de Capital Primárias | 60.000.000,00 | 60.040.018,86 | |
| RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X) | 338.886.793,00 | 115.393.659,87 | |
| RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI) | 8.122.831.723,00 | 8.563.312.908,25 | |

| DESPESAS PRIMÁRIAS | DOTAÇÃO ATUALIZADA | Até o Bimestre 2022 | | | | | |
|---|--------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS (a) | RESTOS A PAGAR | RESTOS A PAGAR | |
| | | | | | PROCESSADOS | LIQUIDADOS | PAGOS (c) |
| DESPESAS CORRENTES (XIII) | 8.545.766.145,00 | 7.486.906.941,23 | 7.178.892.790,78 | 7.167.669.333,23 | 24.685.578,42 | 219.949.874,44 | 219.942.520,71 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 3.113.035.753,00 | 2.863.229.113,28 | 2.862.693.951,86 | 2.854.898.128,44 | 365.856,05 | 79.455,27 | 79.455,27 |
| Juros e Encargos da Dívida (XIV) | 89.349.000,00 | 87.627.376,02 | 87.627.376,02 | 87.627.376,02 | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 5.343.381.392,00 | 4.536.050.451,93 | 4.228.571.462,90 | 4.225.143.828,77 | 24.319.722,37 | 219.870.419,17 | 219.863.065,44 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV) | 8.456.417.145,00 | 7.399.279.565,21 | 7.091.265.414,76 | 7.080.041.957,21 | 24.685.578,42 | 219.949.874,44 | 219.942.520,71 |
| DESPESAS DE CAPITAL (XVI) | 1.955.935.266,00 | 1.250.901.184,04 | 1.147.082.480,44 | 1.146.858.964,08 | 20.519.199,00 | 75.428.652,56 | 75.215.352,56 |
| Investimentos | 1.774.695.926,00 | 1.076.239.729,36 | 972.421.025,76 | 972.197.509,40 | 20.519.199,00 | 75.149.450,28 | 74.936.150,28 |
| Inversões Financeiras | 110.187.000,00 | 105.292.938,76 | 105.292.938,76 | 105.292.938,76 | - | 279.202,28 | 279.202,28 |
| Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII) | 21.461.000,00 | 20.512.400,97 | 20.512.400,97 | 20.512.400,97 | - | - | - |
| Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII) | - | - | - | - | - | - | - |
| Aquisição de Título de Crédito (XIX) | - | - | - | - | - | - | - |
| Demais Inversões Financeiras | 88.726.000,00 | 84.780.537,79 | 84.780.537,79 | 84.780.537,79 | - | - | - |
| Amortização da Dívida (XX) | 71.052.340,00 | 69.368.515,92 | 69.368.515,92 | 69.368.515,92 | - | - | - |
| DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX) | 1.863.421.926,00 | 1.161.020.267,15 | 1.057.201.563,55 | 1.056.978.047,19 | 20.519.199,00 | 75.149.450,28 | 74.936.150,28 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII) | 20.000.000,00 | - | - | - | - | - | - |
| DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII) | 10.339.839.071,00 | 8.560.299.832,36 | 8.148.466.978,31 | 8.137.020.004,40 | 45.204.777,42 | 295.099.324,72 | 294.878.670,99 |

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)] **86.209.455,44**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO **VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência (589.625.000,00)

JUROS NOMINAIS **Até o Bimestre 2022**
VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV) 344.099.320,20
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI) 176.825.491,34

RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XIV + (XXV - XXVI) **253.483.284,30**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL **VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência (639.918.000,00)

| CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL | ABAIXO DA LINHA | |
|--|-----------------------|--------------------------|
| | Em 31/Dez/2021 (a) | Até o 6º Bimestre (b) |
| DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII) | 2.631.221.290,02 | 3.009.329.383,46 |
| DEDUÇÕES (XXIX) | 2.048.001.662,87 | 2.549.908.672,90 |
| Disponibilidade de Caixa | 2.036.611.400,09 | 2.399.413.529,98 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 2.125.893.141,85 | 2.783.777.411,00 |
| (-) Restos a Pagar Processados (XXX) | 89.281.741,76 | 55.528.714,89 |
| (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | - | 328.935.166,13 |
| Demais Haveres Financeiros | 11.390.262,78 | 150.495.142,92 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX) | 583.219.627,15 | 459.420.710,56 |
| RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb) | 123.798.916,59 | |





| AJUSTE METODOLÓGICO | Até o Bimestre 2022 |
|---|-----------------------|
| VARIÇÃO SALDO RPP (XXXIII) = (XXXa - XXXb) | 33.753.026,87 |
| RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES = (IX) | - |
| PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV) | 37.032.554,31 |
| VARIÇÃO CAMBIAL (XXXV) | (68.888.734,36) |
| PAGAMENTO DE PRECATORIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI) | 58.625.994,08 |
| AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII) | (139.058.078,21) |
| OUTROS AJUSTES (XXXVIII) * | 392.977.646,92 |
| RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII) | 253.483.284,30 |
| RESULTADO PRIMARIO - Abaixo da Linha (XL) = [XXXIX - (XXV - XXVI)] | 86.209.455,44 |
| INFORMAÇÕES ADICIONAIS | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
| SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 1.566.686.333,00 |
| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS | - |
| Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais | 1.566.686.333,00 |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | - |

FONTE: Sistema Sigef, Unidade Responsável: CTM - Contadoria Geral do Município, Emissão: 26/01/2023.

NOTA: * O montante de "Outros Ajustes" do quadro "Ajuste Metodológico" está demonstrado de forma detalhada no quadro a seguir:

| * Outros Ajustes | Até o 6º Bimestre |
|---|-----------------------|
| Varição Monetária de Operação de Crédito | (1.817.825,88) |
| Atualização Monetária de Sentença Judicial | 5.662,23 |
| Total de Ajustes que Variam a Dívida Consolidada (XL) | (1.812.163,65) |
| Outras Receitas Financeiras (III) | 74.549,16 |
| Retenções a Pagar Orçamentariamente Baixadas | 30.955.562,53 |
| Ajustes Referentes a alteração Metodológica / Atualização Precatórios | 360.135.371,58 |
| Total de Ajustes que Variam a Disponibilidade de Caixa e os Demais Haveres Financeiros (XLI) | 391.165.483,27 |
| Total de Outros Ajustes (XLII) = (XLI - XL) | 392.977.646,92 |

Quadro de Validação

| | |
|--|----------------|
| Resultado Primário Acima da Linha (XL) | 86.209.455,44 |
| Resultado Nominal Acima da Linha (XLI) | 253.483.284,30 |
| Resultado Nominal Ajustado (Abaixo da Linha) (XLII) | 253.483.284,30 |
| Resultado Primário Abaixo da Linha (XLIII) | 86.209.455,44 |
| Validação dos Resultados Primários = (XLIII - XL) | (0,00) |
| Validação dos Resultados Nominais = (XLII - XLI) | (0,00) |





DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

RREO - Anexo 7 (LRF, Art. 53, inciso V)

RS 1,00

| PODER/ÓRGÃO | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | | | Saldo Total (L) = (e + k) |
|---|---------------------------------|----------------------------------|----------------------|-------------------|------------------------------|---------------------------------|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|------------------------------|------------------------------|
| | Inscritos | | Pagos (c) | Cancelados (d) | Saldo (e) = (a+b) - (c+d) | Inscritos | | Liquidados (h) | Pagos (i) | Cancelados (j) | Saldo (k) = (f+g) - (i+j) | |
| | Em Exercícios Anteriores (a) | Em 31 de dezembro de 2021 (b) | | | | Em Exercícios Anteriores (f) | Em 31 de dezembro de 2021 (g) | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) | 42.959.632,97 | 46.322.108,79 | 45.204.777,42 | 181.170,68 | 43.895.793,66 | 6.397.227,09 | 364.032.132,52 | 295.378.527,00 | 295.157.873,27 | 60.418.858,50 | 14.852.627,84 | 58.748.421,50 |
| PODER EXECUTIVO | 42.743.632,97 | 46.275.709,64 | 44.942.378,27 | 181.170,68 | 43.895.793,66 | 6.308.558,35 | 363.527.015,54 | 294.964.933,06 | 294.744.279,33 | 60.391.964,27 | 14.699.330,29 | 58.595.123,95 |
| Segov | - | 2.551,64 | - | 2.551,64 | - | 506.203,46 | 8.604.627,84 | 5.087.475,63 | 5.083.743,39 | 2.082.787,99 | 1.944.299,92 | 1.944.299,92 |
| Gab. Vice-Prefeito | - | - | - | - | - | - | 305.677,55 | 182.359,43 | 182.359,43 | 75.441,80 | 47.876,32 | 47.876,32 |
| PGMS | - | - | - | - | - | - | 1.198.388,44 | 914.490,85 | 914.490,85 | 283.897,59 | - | - |
| Casa Civil | 17.330,32 | - | - | - | 17.330,32 | - | 6.152.021,50 | 4.674.976,45 | 4.674.976,45 | 1.477.045,05 | - | 17.330,32 |
| Arsal | - | - | - | - | - | 788.430,40 | 676.406,30 | 1.039.919,24 | 1.039.919,24 | 424.917,46 | - | - |
| Sefaz | - | 10.826,67 | 10.826,67 | - | - | 65.867,15 | 8.649.351,02 | 5.961.442,10 | 5.961.442,10 | 2.583.101,26 | 170.674,81 | 170.674,81 |
| FMS | 27.801.949,39 | 2.332.470,60 | 1.699.705,22 | - | 28.434.714,77 | - | 95.327.073,51 | 72.397.827,07 | 72.397.125,47 | 22.929.246,44 | 701,60 | 28.435.416,37 |
| Semur | 37.244,31 | 2.280,00 | 2.280,00 | - | 37.244,31 | 61.669,28 | 457.219,09 | 394.238,43 | 394.238,43 | 124.167,94 | 482,00 | 37.726,31 |
| Semge | 6.369,48 | 184.900,00 | 184.900,00 | - | 6.369,48 | 465.425,93 | 4.110.395,63 | 3.444.207,60 | 3.444.207,60 | 820.036,83 | 311.577,13 | 317.946,61 |
| Fumpres | - | - | - | - | - | 39.074,15 | 3.487.310,32 | 1.479.530,69 | 1.479.530,69 | 2.007.823,34 | 39.030,44 | 39.030,44 |
| Secis | - | - | - | - | - | 160.043,29 | 2.123.351,14 | 1.826.699,44 | 1.825.424,44 | 136.210,45 | 321.759,54 | 321.759,54 |
| Codesal | - | - | - | - | - | 196.719,93 | 2.626.357,98 | 1.198.859,16 | 1.198.859,16 | 1.624.218,75 | - | - |
| FME | 7.177.724,06 | 42.898.984,86 | 42.404.202,83 | - | 7.672.506,09 | 647.752,84 | 15.164.625,87 | 12.174.004,23 | 12.174.004,23 | 3.638.374,48 | - | 7.672.506,09 |
| Semop | 366.375,06 | - | - | - | 366.375,06 | - | 42.262.320,03 | 39.029.195,29 | 39.029.195,29 | 515.914,73 | 3.298.432,83 | 3.664.807,89 |
| Funçip | - | - | - | - | - | - | 20.272.240,23 | 19.053.544,45 | 19.053.544,45 | 819.965,11 | 398.730,67 | 398.730,67 |
| Guarda Municipal | 39.258,02 | 10.650,64 | 10.650,64 | - | 39.258,02 | 5.990,10 | 738.067,79 | 695.163,60 | 695.163,60 | 48.894,29 | - | 39.258,02 |
| Limpurb | - | - | - | - | - | - | 163.796,54 | 155.642,71 | 155.642,71 | 8.153,83 | - | - |
| Sempre | 706,88 | - | - | - | 706,88 | 770.685,58 | 7.722.090,51 | 5.328.970,72 | 5.328.970,72 | 1.226.155,50 | 1.937.649,87 | 1.938.356,75 |
| FMAS | 2.709.857,41 | 274.088,80 | 56.888,80 | - | 2.927.057,41 | 40.000,00 | 8.596.674,35 | 5.448.329,24 | 5.448.329,24 | 2.822.414,85 | 365.930,26 | 3.292.987,67 |
| Semob | - | - | - | - | - | 378.535,37 | 2.285.941,35 | 2.137.149,92 | 2.137.149,92 | 527.326,80 | - | - |
| Transalvador | 651.275,87 | - | - | - | 651.275,87 | 7.987.289,43 | 7.987.289,43 | 7.335.220,04 | 7.335.220,04 | 884.687,14 | 355.836,48 | 1.007.112,35 |
| Secult | 1.853,72 | - | - | 219,14 | 1.634,58 | 19.526,06 | 7.164.805,27 | 5.934.079,41 | 5.934.079,41 | 1.250.251,92 | - | 1.634,58 |
| FGM | - | - | - | - | - | - | 1.121.123,01 | 700.936,79 | 700.936,79 | 420.186,22 | - | - |
| Saltur | - | 88.858,33 | 88.858,33 | - | - | 143.117,00 | 1.716.445,28 | 1.245.725,92 | 1.245.725,92 | 468.246,98 | 145.589,38 | 145.589,38 |
| Seman | - | 100.069,58 | 100.069,48 | 0,10 | - | 37.593,05 | 17.386.505,84 | 15.908.704,78 | 15.908.704,78 | 1.299.952,95 | 215.441,16 | 215.441,16 |
| Desal | 41.725,28 | - | - | - | 41.725,28 | 250.293,02 | 3.899.576,86 | 3.696.521,23 | 3.696.521,23 | 407.348,65 | 46.000,00 | 87.725,28 |
| Secom | - | - | - | - | - | 55.985,31 | 9.474.496,70 | 8.860.916,90 | 8.860.916,90 | 669.565,11 | - | - |
| SPMJ | 24.421,47 | - | - | - | 24.421,47 | - | 1.160.264,41 | 924.788,86 | 924.788,86 | 234.205,26 | 1.270,29 | 25.691,76 |
| FCM | 312.135,85 | 17.304,57 | 17.304,57 | - | 312.135,85 | 147.462,66 | 1.156.827,03 | 927.248,84 | 927.248,84 | 171.938,13 | 205.102,72 | 517.238,57 |
| Semdec | 370,50 | - | - | - | 370,50 | 84.165,34 | 1.448.101,10 | 644.977,88 | 644.977,88 | 684.567,62 | 202.720,94 | 203.091,44 |
| FMT | - | - | - | - | - | - | 868.903,91 | 631.520,04 | 631.520,04 | 237.383,87 | - | - |
| FCE | - | - | - | - | - | - | 379.202,28 | 309.503,66 | 309.503,66 | 69.698,62 | - | - |
| Sedur | 671.046,27 | 5.127,37 | 2.496,58 | - | 673.677,06 | 10.335,69 | 4.986.724,40 | 3.112.228,05 | 3.110.583,16 | 293.508,44 | 1.592.968,49 | 2.266.645,55 |
| FIMLF | - | - | - | - | - | 44.268,90 | 316.944,39 | 199.163,11 | 199.163,11 | 162.050,18 | - | - |
| Seinfra | 271.398,16 | 53.730,00 | 72.297,75 | - | 252.830,41 | 89.303,26 | 19.278.635,29 | 14.898.549,26 | 14.685.249,26 | 1.945.871,02 | 2.736.718,27 | 2.989.548,68 |
| Sucop | - | 1.969,18 | - | 1.969,18 | - | - | 43.330.677,95 | 38.901.282,14 | 38.901.282,14 | 4.429.295,81 | - | - |
| CGM | - | - | - | - | - | 14.031,27 | 415.037,93 | 237.604,25 | 237.604,25 | 167.097,35 | 24.367,60 | 24.367,60 |
| Semit | - | 2.318,38 | 2.318,38 | - | - | - | 3.105.726,49 | 1.420.411,47 | 1.420.411,47 | 1.353.826,44 | 331.488,58 | 331.488,58 |
| Cogel | 176.430,62 | 289.579,02 | 289.579,02 | 176.430,62 | - | 116.402,26 | 98.681,30 | 87.544,34 | 87.544,34 | 122.858,23 | 4.680,99 | 4.680,99 |
| EGM-Sefaz | 23.186,41 | - | - | - | 23.186,41 | - | 6.577.780,29 | 5.735.185,98 | 5.735.185,98 | 842.594,31 | - | 23.186,41 |
| EGM-Semge | 2.412.973,89 | - | - | - | 2.412.973,89 | - | 729.529,39 | 628.793,86 | 628.793,86 | 100.735,53 | - | 2.412.973,89 |
| PODER LEGISLATIVO | 216.000,00 | 46.399,15 | 262.399,15 | - | - | 88.668,74 | 505.116,98 | 413.593,94 | 413.593,94 | 26.894,23 | 153.297,55 | 153.297,55 |
| CMS | 216.000,00 | 46.399,15 | 262.399,15 | - | - | 71.070,27 | 466.008,08 | 382.043,17 | 382.043,17 | 26.894,23 | 128.140,95 | 128.140,95 |
| FCF | - | - | - | - | - | 17.598,47 | 39.108,90 | 31.550,77 | 31.550,77 | - | 25.156,60 | 25.156,60 |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL (III) = (I + II) | 42.959.632,97 | 46.322.108,79 | 45.204.777,42 | 181.170,68 | 43.895.793,66 | 6.397.227,09 | 364.032.132,52 | 295.378.527,00 | 295.157.873,27 | 60.418.858,50 | 14.852.627,84 | 58.748.421,50 |

FONTE: Sistema Sigef, Unidade Responsável: CTM - Contadoria Geral do Município, Emissão: 26/01/2023.





DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

RREO - Anexo 8 (LDB, Art. 72)

RS 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

| RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b) |
|--|-------------------------|--|
| 1- RECEITA DE IMPOSTOS | 2.821.700.000,00 | 2.985.705.497,80 |
| 1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU | 866.944.000,00 | 906.155.172,91 |
| 1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITIV | 229.565.000,00 | 262.949.677,89 |
| 1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS | 1.450.319.000,00 | 1.465.630.441,22 |
| 1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF | 274.872.000,00 | 350.970.205,78 |
| 2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS | 2.206.283.000,00 | 2.598.933.894,91 |
| 2.1- Cota-Parte FPM | 1.026.569.000,00 | 1.391.540.429,14 |
| 2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b | 943.681.000,00 | 1.283.245.410,50 |
| 2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e | 82.888.000,00 | 108.295.018,64 |
| 2.2- Cota-Parte ICMS | 883.446.000,00 | 905.341.897,73 |
| 2.3- Cota-Parte IPI-Exportação | 8.785.000,00 | 6.022.314,66 |
| 2.4- Cota-Parte ITR | 5.000,00 | 688.274,49 |
| 2.5- Cota-Parte IPVA | 287.478.000,00 | 292.381.376,89 |
| 2.6- Cota-Parte IOF-Ouro | - | - |
| 2.7- Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais | - | 2.959.602,00 |
| 3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2) | 5.027.983.000,00 | 5.584.639.392,71 |
| 4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) | 424.679.000,00 | 496.234.045,85 |
| 5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6) + (2.7)) | 832.316.750,00 | 898.623.993,32 |

FUNDEB

| RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b) |
|---|-------------------------|--|
| 6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB | 934.326.872,00 | 946.216.769,05 |
| 6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos | 692.386.872,00 | 702.038.294,57 |
| 6.1.1- Principal | 682.544.872,00 | 659.628.021,85 |
| 6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira | 9.842.000,00 | 42.410.272,72 |
| 6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF | 241.940.000,00 | 244.178.474,48 |
| 6.2.1- Principal | 241.940.000,00 | 244.178.474,48 |
| 6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira | - | - |
| 6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT | - | - |
| 6.3.1- Principal | - | - |
| 6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira | - | - |
| 7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)' | 257.865.872,00 | 163.393.976,00 |





| RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT) | VALOR |
|--|-------------------------|
| 8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT | 243.860.051,90 |
| 8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR | 166.480.679,32 |
| 8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS | 77.379.372,58 |
| 9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6+8) | 1.190.076.820,95 |

| DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) * | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d) | DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e) | DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g) |
|--|------------------------------|---|---|--|--|
| 10- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA | 835.205.746,00 | 733.986.540,04 | 733.986.540,04 | 732.090.219,26 | - |
| 10.1- Educação Infantil | 130.026.639,00 | 98.023.220,75 | 98.023.220,75 | 98.023.220,75 | - |
| 10.1.1- Creche | 51.722.248,00 | 32.595.396,71 | 32.595.396,71 | 32.595.396,71 | - |
| 10.1.2- Pré-escola | 78.304.391,00 | 65.427.824,04 | 65.427.824,04 | 65.427.824,04 | - |
| 10.2- Ensino Fundamental | 705.179.107,00 | 635.963.319,29 | 635.963.319,29 | 634.066.998,51 | - |
| 11- OUTRAS DESPESAS | 342.981.176,00 | 141.811.946,86 | 138.534.806,94 | 138.534.806,94 | 3.277.139,92 |
| 11.1- Educação Infantil | 123.059.319,17 | 62.317.758,71 | 61.947.731,96 | 61.947.731,96 | 370.026,75 |
| 11.1.1- Creche | 63.528.143,55 | 33.364.852,60 | 33.049.192,68 | 33.049.192,68 | 315.659,92 |
| 11.1.2- Pré-escola | 59.531.175,62 | 28.952.906,11 | 28.898.539,28 | 28.898.539,28 | 54.366,83 |
| 11.2- Ensino Fundamental | 219.921.856,83 | 79.494.188,15 | 76.587.074,98 | 76.587.074,98 | 2.907.113,17 |
| 12- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (10 + 11) | 1.178.186.922,00 | 875.798.486,90 | 872.521.346,98 | 870.625.026,20 | 3.277.139,92 |

| INDICADORES DO FUNDEB | | | | | |
|---|---|---|--|--|--|
| DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO | DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d) | DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e) | DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h) |
| 13- Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica | 733.986.540,04 | 733.986.540,04 | 732.090.219,26 | - | - |
| 14- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos | 691.949.065,10 | 691.827.769,33 | 689.931.448,55 | 121.295,77 | - |
| 15- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF | 119.685.555,05 | 116.650.441,88 | 116.650.441,88 | 3.035.113,17 | - |
| 16- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT | - | - | - | - | - |
| 17- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas na Educação Infantil | - | - | - | - | - |
| 18- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesas de Capital | - | - | - | - | - |
| INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal ² | VALOR EXIGIDO (i) | VALOR APLICADO (j) | VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (k) | % APLICADO (l) | |
| 19- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica | 662.351.738,34 | 733.986.540,04 | 733.986.540,04 | 77,57% | |
| 20- Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil | - | - | - | - | |
| 21- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital | - | - | - | - | |
| INDICADOR - Art. 25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit) ³ | VALOR MÁXIMO PERMITIDO (m) | VALOR NÃO APLICADO (n) | VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (o) | % NÃO APLICADO (p) | |
| 22- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício | 94.621.676,91 | 134.582.148,90 | 134.582.148,90 | 14,22% | |





DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

RREO - Anexo 11 (LRF, Art. 53, § 1º, inciso III)

Em Reais

| RECEITAS | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS (b) | | | | | SALDO (c) = (a - b) |
|--|----------------------------|----------------------------------|--------------------|----------------------|---|------------------------------------|------------------------------------|
| RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) | 104.654.000,00 | 7.917.658,68 | | | | | 96.736.341,32 |
| Receita de Alienação de Bens Móveis | 70.000,00 | 449.593,95 | | | | | (379.593,95) |
| Receita de Alienação de Bens Imóveis | 104.020.000,00 | 6.061.974,85 | | | | | 97.958.025,15 |
| Receita de Alienação de Bens Intangíveis | - | - | | | | | - |
| Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras | 564.000,00 | 1.406.089,88 | | | | | (842.089,88) |
| DESPEAS | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPEAS EMPENHADAS (e) | DESPEAS LIQUIDADAS | DESPEAS PAGAS (f) | DESPEAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g) | SALDO (h) = (d - e) |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | 107.400.773,00 | 15.587.773,00 | 14.442.619,12 | 14.442.619,12 | 1.145.153,88 | - | 91.813.000,00 |
| Despesas de Capital | 107.400.773,00 | 15.587.773,00 | 14.442.619,12 | 14.442.619,12 | 1.145.153,88 | - | 91.813.000,00 |
| Investimentos | 107.400.773,00 | 15.587.773,00 | 14.442.619,12 | 14.442.619,12 | 1.145.153,88 | - | 91.813.000,00 |
| Inversões Financeiras | - | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - | - | - |
| Despesas Correntes dos Regimes de Previdência | - | - | - | - | - | - | - |
| Regime Próprio dos Servidores Públicos | - | - | - | - | - | - | - |
| SALDO FINANCEIRO A APLICAR | 2021 (i) | 2022 (j) = (Ib - (IIe + IIg)) | | | | | SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj) |
| VALOR (III) | 9.640.598,89 | (6.524.960,44) | | | | | 3.115.638,45 |

FONTE: Sistema Sigef, Unidade Responsável: CTM - Contadoria Geral do Município, Emissão: 26/01/2023.





DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO 2022

RREO - Anexo 10 (LRF, Art. 53, § 1º, inciso II)

Em Reais

| FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) | | | | |
|--|-------------------------------------|-------------------------------------|---|---|
| EXERCÍCIO | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c) |
| 2021 | 581.811.638,16 | 483.309.152,44 | 98.502.485,72 | 176.611.186,90 |
| 2022 | 639.665.675,16 | 503.159.505,44 | 136.506.169,72 | 313.117.356,62 |
| 2023 | 549.578.220,39 | 560.357.979,40 | (10.779.759,01) | 302.337.597,61 |
| 2024 | 563.505.951,32 | 557.290.206,05 | 6.215.745,27 | 308.553.342,88 |
| 2025 | 577.997.275,75 | 555.560.992,23 | 22.436.283,52 | 330.989.626,40 |
| 2026 | 578.656.484,77 | 690.305.312,87 | (111.648.828,10) | 219.340.798,30 |
| 2027 | 587.405.257,33 | 703.833.626,57 | (116.428.369,24) | 102.912.429,06 |
| 2028 | 598.330.017,83 | 717.973.930,06 | (119.643.912,23) | (16.731.483,17) |
| 2029 | 609.442.965,87 | 720.910.607,83 | (111.467.641,96) | (128.199.125,13) |
| 2030 | 622.455.176,44 | 743.224.376,24 | (120.769.199,80) | (248.968.324,93) |
| 2031 | 632.687.020,52 | 763.096.583,99 | (130.409.563,47) | (379.377.888,40) |
| 2032 | 642.954.863,59 | 776.047.915,63 | (133.093.052,04) | (512.470.940,44) |
| 2033 | 652.588.699,69 | 781.777.601,26 | (129.188.901,57) | (641.659.842,01) |
| 2034 | 651.960.970,43 | 824.394.101,65 | (172.433.131,22) | (814.092.973,23) |
| 2035 | 656.002.802,15 | 846.800.210,34 | (190.797.408,19) | (1.004.890.381,42) |
| 2036 | 660.912.491,76 | 866.027.872,31 | (205.115.380,55) | (1.210.005.761,97) |
| 2037 | 662.011.847,91 | 908.058.715,84 | (246.046.867,93) | (1.456.052.629,90) |
| 2038 | 667.470.738,73 | 917.938.292,96 | (250.467.554,23) | (1.706.520.184,13) |
| 2039 | 671.823.791,02 | 922.669.668,34 | (250.845.877,32) | (1.957.366.061,45) |
| 2040 | 675.611.764,85 | 919.417.975,44 | (243.806.210,59) | (2.201.172.272,04) |
| 2041 | 676.027.072,91 | 931.362.177,44 | (255.335.104,53) | (2.456.507.376,57) |
| 2042 | 681.387.128,71 | 960.719.696,90 | (279.332.568,19) | (2.735.839.944,76) |
| 2043 | 686.559.461,25 | 964.478.859,86 | (277.919.398,61) | (3.013.759.343,37) |
| 2044 | 1.209.347.094,05 | 958.866.085,11 | 250.481.008,94 | (2.763.278.334,43) |
| 2045 | 687.438.055,29 | 952.409.000,70 | (264.970.945,41) | (3.028.249.279,84) |
| 2046 | 686.985.023,58 | 935.967.141,74 | (248.982.118,16) | (3.277.231.398,00) |
| 2047 | 691.799.262,26 | 937.568.407,28 | (245.769.145,02) | (3.523.000.543,02) |
| 2048 | 680.450.707,24 | 989.662.015,14 | (309.211.307,90) | (3.832.211.850,92) |
| 2049 | 672.390.103,75 | 994.146.864,12 | (321.756.760,37) | (4.153.968.611,29) |
| 2050 | 667.227.613,94 | 979.972.944,41 | (312.745.330,47) | (4.466.713.941,76) |
| 2051 | 661.630.855,11 | 969.308.839,71 | (307.677.984,60) | (4.774.391.926,36) |
| 2052 | 656.633.545,03 | 1.012.056.497,23 | (355.422.952,20) | (5.129.814.878,56) |
| 2053 | 644.017.704,13 | 1.003.714.856,07 | (359.697.151,94) | (5.489.512.030,50) |
| 2054 | 635.855.050,33 | 997.637.666,31 | (361.782.615,98) | (5.851.294.646,48) |
| 2055 | 627.683.898,25 | 982.411.561,45 | (354.727.663,20) | (6.206.022.309,68) |
| 2056 | 621.397.418,96 | 1.004.848.949,21 | (383.451.530,25) | (6.589.473.839,93) |
| 2057 | 612.775.064,22 | 997.865.574,33 | (385.090.510,11) | (6.974.564.350,04) |
| 2058 | 606.215.348,20 | 990.310.039,30 | (384.094.691,10) | (7.358.659.041,14) |
| 2059 | 599.137.370,30 | 980.534.394,97 | (381.397.024,67) | (7.740.056.065,81) |
| 2060 | 593.466.323,13 | 997.179.846,70 | (403.713.523,57) | (8.143.769.589,38) |
| 2061 | 585.200.890,24 | 1.008.376.200,73 | (423.175.310,49) | (8.566.944.899,87) |
| 2062 | 579.151.194,40 | 1.011.415.493,18 | (432.264.298,78) | (8.999.209.198,65) |
| 2063 | 574.170.399,93 | 1.030.519.282,77 | (456.348.882,84) | (9.455.558.081,49) |
| 2064 | 567.499.402,33 | 1.037.255.561,88 | (469.756.159,55) | (9.925.314.241,04) |
| 2065 | 562.480.741,92 | 1.041.603.621,43 | (479.122.879,51) | (10.404.437.120,55) |
| 2066 | 558.024.616,59 | 1.043.202.980,79 | (485.178.364,20) | (10.889.615.484,75) |
| 2067 | 554.689.200,71 | 1.064.260.985,43 | (509.571.784,72) | (11.399.187.269,47) |
| 2068 | 550.094.478,54 | 1.100.971.224,97 | (550.876.746,43) | (11.950.064.015,90) |
| 2069 | 543.597.521,91 | 1.116.026.408,19 | (572.428.886,28) | (12.522.492.902,18) |
| 2070 | 539.576.089,62 | 1.122.128.159,79 | (582.552.070,17) | (13.105.044.972,35) |
| 2071 | 537.046.395,46 | 1.132.518.086,54 | (595.471.691,08) | (13.700.516.663,43) |
| 2072 | 534.597.719,37 | 1.147.815.651,89 | (613.217.932,52) | (14.313.734.595,95) |
| 2073 | 532.148.481,23 | 1.165.490.351,97 | (633.341.870,74) | (14.947.076.466,69) |
| 2074 | 530.512.658,21 | 1.214.168.577,14 | (683.655.918,93) | (15.630.732.385,62) |
| 2075 | 525.124.738,55 | 1.231.263.326,48 | (706.138.587,93) | (16.336.870.973,55) |
| 2076 | 523.034.955,31 | 1.232.650.035,00 | (709.615.079,69) | (17.046.486.053,24) |
| 2077 | 523.193.183,64 | 1.242.155.996,43 | (718.962.812,79) | (17.765.448.866,03) |
| 2078 | 523.071.274,72 | 1.262.428.002,75 | (739.356.728,03) | (18.504.805.594,06) |
| 2079 | 522.765.132,50 | 1.307.326.843,40 | (784.561.710,90) | (19.289.367.304,96) |
| 2080 | 519.034.163,74 | 1.312.995.818,80 | (793.961.655,06) | (20.083.328.960,02) |
| 2081 | 519.630.581,55 | 1.318.443.907,76 | (798.813.326,21) | (20.882.142.286,23) |
| 2082 | 520.434.582,82 | 1.320.980.355,77 | (800.545.772,95) | (21.682.688.059,18) |
| 2083 | 522.465.673,50 | 1.358.253.254,83 | (835.787.581,33) | (22.518.475.640,51) |
| 2084 | 520.263.981,00 | 1.365.892.365,22 | (845.628.384,22) | (23.364.104.024,73) |
| 2085 | 521.095.188,77 | 1.371.367.126,53 | (850.271.937,76) | (24.214.375.962,49) |
| 2086 | 522.130.470,29 | 1.373.388.360,25 | (851.257.889,96) | (25.065.633.852,45) |
| 2087 | 524.109.674,90 | 1.400.438.490,04 | (876.328.815,14) | (25.941.962.667,59) |
| 2088 | 523.063.084,73 | 1.413.043.309,04 | (889.980.224,31) | (26.831.942.891,90) |
| 2089 | 523.315.525,34 | 1.421.237.528,17 | (897.922.002,83) | (27.729.864.894,73) |
| 2090 | 524.128.517,77 | 1.436.608.756,74 | (912.480.238,97) | (28.642.345.133,70) |
| 2091 | 524.002.366,51 | 1.450.350.289,91 | (926.347.923,40) | (29.568.693.057,10) |
| 2092 | 523.794.252,42 | 1.457.609.854,19 | (933.815.601,77) | (30.502.508.658,87) |
| 2093 | 524.020.670,36 | 1.460.098.640,37 | (936.077.970,01) | (31.438.586.628,88) |
| 2094 | 524.960.635,11 | 1.477.046.745,07 | (952.086.109,96) | (32.390.672.738,84) |
| 2095 | 524.354.132,50 | 1.498.256.015,42 | (973.901.882,92) | (33.364.574.621,76) |

FONTE: Sistema Sigef e FUMPRES, Emissão: 26/01/2023.





DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

RREO - Anexo XII (LC 141/2012, Art. 35)

R\$ 1,00

| RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
|--|-------------------------|-------------------------------|-------------------------|-----------------|
| | | | Até o Bimestre (b) | % (b / a) x 100 |
| RECEITA DE IMPOSTOS (I) | 2.598.200.000,00 | 2.821.700.000,00 | 2.985.705.497,80 | 105,81% |
| Receita Resultante do Imposto Predial Predial e Territorial Urbano - IPTU | 866.944.000,00 | 866.944.000,00 | 906.155.172,91 | 104,52% |
| IPTU | 788.430.000,00 | 788.430.000,00 | 785.980.885,36 | 99,69% |
| Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU | 78.514.000,00 | 78.514.000,00 | 120.174.287,55 | 153,06% |
| Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITIV | 229.565.000,00 | 229.565.000,00 | 262.949.677,89 | 114,54% |
| ITIV | 228.136.000,00 | 228.136.000,00 | 261.932.729,05 | 114,81% |
| Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITIV | 1.429.000,00 | 1.429.000,00 | 1.016.948,84 | 71,17% |
| Receita Resultante do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS | 1.226.819.000,00 | 1.450.319.000,00 | 1.465.630.441,22 | 101,06% |
| ISS | 1.163.566.000,00 | 1.387.066.000,00 | 1.395.005.040,31 | 100,57% |
| Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS | 63.253.000,00 | 63.253.000,00 | 70.625.400,91 | 111,66% |
| Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF | 274.872.000,00 | 274.872.000,00 | 350.970.205,78 | 127,68% |
| RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II) | 2.123.395.000,00 | 2.123.395.000,00 | 2.487.679.274,27 | 117,16% |
| Cota-Parte FPM | 943.681.000,00 | 943.681.000,00 | 1.283.245.410,50 | 135,98% |
| Cota-Parte ITR | 5.000,00 | 5.000,00 | 688.274,49 | 13765,49% |
| Cota-Parte IPVA | 287.478.000,00 | 287.478.000,00 | 292.381.376,89 | 101,71% |
| Cota-Parte ICMS | 883.446.000,00 | 883.446.000,00 | 905.341.897,73 | 102,48% |
| Cota-Parte IPI-Exportação | 8.785.000,00 | 8.785.000,00 | 6.022.314,66 | 68,55% |
| Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais | - | - | - | - |
| Desoneração ICMS (LC 87/96) | - | - | - | - |
| Outras | - | - | - | - |
| TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = (I + II) | 4.721.595.000,00 | 4.945.095.000,00 | 5.473.384.772,07 | 110,68% |





| DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | DESPESAS PAGAS | | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g) |
|---|-----------------------|------------------------------|-----------------------|-----------------|-----------------------|-----------------|-----------------------|-----------------|--|
| | | | Até o Bimestre (d) | % (d / c) x 100 | Até o Bimestre (e) | % (e / c) x 100 | Até o Bimestre (f) | % (f / c) x 100 | |
| ATENÇÃO BÁSICA (IV) | 27.734.000,00 | 51.470.890,00 | 48.243.308,65 | 93,73% | 43.523.445,01 | 84,56% | 43.503.336,68 | 84,52% | 4.719.863,64 |
| Despesas Correntes | 26.634.000,00 | 49.141.390,00 | 46.177.211,61 | 93,97% | 41.457.347,97 | 84,36% | 41.437.239,64 | 84,32% | 4.719.863,64 |
| Despesas de Capital | 1.100.000,00 | 2.329.500,00 | 2.066.097,04 | 88,69% | 2.066.097,04 | 88,69% | 2.066.097,04 | 88,69% | - |
| ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V) | 110.485.000,00 | 172.791.380,00 | 165.725.237,16 | 95,91% | 154.233.434,92 | 89,26% | 154.233.434,92 | 89,26% | 11.491.802,24 |
| Despesas Correntes | 107.115.000,00 | 170.601.230,00 | 163.707.535,45 | 95,96% | 153.214.701,49 | 89,81% | 153.214.701,49 | 89,81% | 10.492.833,96 |
| Despesas de Capital | 3.370.000,00 | 2.190.150,00 | 2.017.701,71 | 92,13% | 1.018.733,43 | 46,51% | 1.018.733,43 | 46,51% | 998.968,28 |
| SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI) | 1.500.000,00 | 5.640.260,00 | 4.596.856,85 | 81,50% | 4.053.069,45 | 71,86% | 4.046.369,45 | 71,74% | 543.787,40 |
| Despesas Correntes | 1.500.000,00 | 5.610.260,00 | 4.566.856,85 | 81,40% | 4.023.069,45 | 71,71% | 4.016.369,45 | 71,59% | 543.787,40 |
| Despesas de Capital | - | 30.000,00 | 30.000,00 | 100,00% | 30.000,00 | 100,00% | 30.000,00 | 100,00% | - |
| VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII) | 80.000,00 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Despesas Correntes | 80.000,00 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Despesas de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII) | 200.000,00 | 44.380,00 | 17.888,74 | 40,31% | 17.888,74 | 40,31% | 17.888,74 | 40,31% | - |
| Despesas Correntes | 200.000,00 | 44.380,00 | 17.888,74 | 40,31% | 17.888,74 | 40,31% | 17.888,74 | 40,31% | - |
| Despesas de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| ADMINISTRAÇÃO GERAL (IX) | 746.555.000,00 | 731.821.320,00 | 730.711.559,39 | 99,85% | 730.537.393,40 | 99,82% | 728.944.240,69 | 99,61% | 174.165,99 |
| Despesas Correntes | 744.214.000,00 | 730.391.890,00 | 729.287.031,41 | 99,85% | 729.260.040,12 | 99,85% | 727.666.887,41 | 99,63% | 26.991,29 |
| Despesas de Capital | 2.341.000,00 | 1.429.430,00 | 1.424.527,98 | 99,66% | 1.277.353,28 | 89,36% | 1.277.353,28 | 89,36% | 147.174,70 |
| OUTRAS SUBFUNÇÕES (X) | 11.180.000,00 | 21.127.830,00 | 20.124.466,83 | 95,25% | 16.866.049,89 | 79,83% | 16.866.049,89 | 79,83% | 3.258.416,94 |
| Despesas Correntes | 8.370.000,00 | 16.650.100,00 | 15.647.486,14 | 93,98% | 13.892.931,99 | 83,44% | 13.892.931,99 | 83,44% | 1.754.554,15 |
| Despesas de Capital | 2.810.000,00 | 4.477.730,00 | 4.476.980,69 | 99,98% | 2.973.117,90 | 66,40% | 2.973.117,90 | 66,40% | 1.503.862,79 |
| TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X) | 897.734.000,00 | 982.896.060,00 | 969.419.317,62 | 98,63% | 949.231.281,41 | 96,57% | 947.611.320,37 | 96,41% | 20.188.036,21 |





| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS | DESPESAS EMPENHADAS (d) | DESPESAS LIQUIDADAS (e) | DESPESAS PAGAS (f) |
|--|-------------------------|-------------------------|-----------------------|
| Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI) | 969.419.317,62 | 949.231.281,41 | 947.611.320,37 |
| (-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII) | - | - | - |
| (-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV) | - | - | - |
| (-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV) | - | - | - |
| (=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV) | 969.419.317,62 | 949.231.281,41 | 947.611.320,37 |
| Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/ 2012) | - | 821.007.715,81 | - |
| Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII) * | 148.411.601,81 | 128.223.565,60 | 126.603.604,56 |
| Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero) | - | - | - |
| PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III) x 100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/ 2012) | 17,71% | - | - |

| CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/ 2012 | Saldo Inicial (no exercício atual) (h) | LIMITE NÃO CUMPRIDO | | | Saldo Final (não aplicado) * (L) = (h - (i ou J)) |
|--|--|---|----------------|----------------|---|
| | | Despesas Custeadas no Exercício de Referência | Empenhadas (i) | Liquidadas (J) | |
| Diferença de limite não cumprido em 2022 (saldo final = XIXd) | - | - | - | - | - |
| Diferença de limite não cumprido em 2021 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior) | - | - | - | - | - |
| Diferença de limite não cumprido em 2020 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior) | - | - | - | - | - |
| Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - |
| TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX) | - | - | - | - | - |

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

| EXERCÍCIO DO EMPENHO * | Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m) | Valor aplicado em ASPS no exercício (n) | Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0 | Total inscrito em RP no exercício (p) | RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (q) = (XIVd) | Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = 0 | Total de RP Pagos (s) | Total de RP a Pagar (t) | Total de RP cancelados ou prescritos (u) | Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u) |
|---|---|---|---|---------------------------------------|---|--|-----------------------|-------------------------|--|--|
| Empenhos de 2022 (regra nova) | 821.007.715,81 | 969.419.317,62 | 148.411.601,81 | 21.807.997,25 | - | - | - | - | - | 148.411.601,81 |
| Empenhos de 2021 (regra nova) | 706.785.045,21 | 1.050.160.962,86 | 343.375.917,65 | 25.068.456,80 | - | - | 16.807.794,79 | 560.563,43 | 7.700.098,58 | 335.675.819,07 |
| Empenhos de 2020 (regra nova) | 605.011.759,01 | 895.750.809,84 | 290.739.150,83 | 2.006.416,66 | - | - | - | 771.463,61 | 1.234.953,05 | 289.504.197,78 |
| Empenhos de 2019 (regra nova) | 620.489.228,13 | 787.374.679,17 | 166.885.451,04 | 16.377.759,47 | - | - | 11.871.880,34 | 1.163.957,84 | 3.341.921,29 | 163.543.529,75 |
| Empenhos de 2018 | 580.336.915,33 | 746.465.194,13 | 166.128.278,80 | 1.018.853,37 | - | - | 893.482,26 | - | 125.371,11 | 166.002.907,69 |
| Empenhos de 2017 e anteriores | - | - | - | 16.493.771,98 | - | - | 11.253.776,11 | - | 5.239.995,87 | - |
| TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

| CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º E 2º DA LC 141/ 2012 | Saldo Inicial (w) | RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS | | | Saldo Final (não aplicado) * (aa) = (w - (x ou y)) |
|--|-------------------|---|----------------|----------------|--|
| | | Despesas Custeadas no Exercício de Referência | Empenhadas (x) | Liquidadas (y) | |
| Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXIV) | - | - | - | - | - |
| Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2021 a serem compensados (XXV) | - | - | - | - | - |
| Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) | - | - | - | - | - |
| TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII) | - | - | - | - | - |

| RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
|--|-----------------------|-----------------------|-------------------------|-----------------|
| | | | Até o Bimestre (a) | % (b / a) x 100 |
| RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII) | 938.488.000,00 | 977.604.000,00 | 1.044.226.388,50 | 106,81% |
| Proveniente da União | 921.820.000,00 | 960.936.000,00 | 1.029.791.232,95 | 107,17% |
| Proveniente dos Estados | 16.668.000,00 | 16.668.000,00 | 14.435.155,55 | 86,60% |
| Proveniente de Outros Municípios | - | - | - | - |
| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS À SAÚDE (XXX) | - | - | - | - |
| OUTRAS RECEITAS (XXX) | 9.780.000,00 | 13.316.349,00 | 20.729.724,04 | 155,67% |
| TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX) | 948.268.000,00 | 990.920.349,00 | 1.064.956.112,54 | 107,47% |





DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

| DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | DESPESAS PAGAS | | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g) |
|--|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------|-------------------------|-----------------|-------------------------|-----------------|---|
| | | | Até o Bimestre (d) | % (d / c) x 100 | Até o Bimestre (e) | % (e / c) x 100 | Até o Bimestre (f) | % (f / c) x 100 | |
| ATENÇÃO BÁSICA (XXXII) | 79.008.000,00 | 107.867.450,00 | 59.585.284,50 | 55,24% | 55.949.777,88 | 51,87% | 55.918.192,23 | 51,84% | 3.635.506,62 |
| Despesas Correntes | 75.862.000,00 | 102.792.390,00 | 58.661.362,62 | 57,07% | 55.134.486,00 | 53,64% | 55.102.900,35 | 53,61% | 3.526.876,62 |
| Despesas de Capital | 3.146.000,00 | 5.075.060,00 | 923.921,88 | 18,21% | 815.291,88 | 16,06% | 815.291,88 | 16,06% | 108.630,00 |
| ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII) | 731.520.000,00 | 915.746.710,00 | 785.318.135,14 | 85,76% | 718.060.745,86 | 78,41% | 717.926.740,37 | 78,40% | 67.257.389,28 |
| Despesas Correntes | 722.520.000,00 | 904.596.960,00 | 781.956.065,81 | 86,44% | 714.698.676,53 | 79,01% | 714.564.671,04 | 78,99% | 67.257.389,28 |
| Despesas de Capital | 9.000.000,00 | 11.149.750,00 | 3.362.069,33 | 30,15% | 3.362.069,33 | 30,15% | 3.362.069,33 | 30,15% | - |
| SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV) | 26.029.000,00 | 44.467.720,00 | 33.283.814,12 | 74,85% | 32.312.699,24 | 72,67% | 32.304.219,24 | 72,65% | 971.114,88 |
| Despesas Correntes | 26.029.000,00 | 44.322.720,00 | 33.283.814,12 | 75,09% | 32.312.699,24 | 72,90% | 32.304.219,24 | 72,88% | 971.114,88 |
| Despesas de Capital | - | 145.000,00 | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - |
| VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV) | 3.580.000,00 | 10.190.760,00 | 4.582.862,14 | 44,97% | 4.324.207,14 | 42,43% | 4.302.750,63 | 42,22% | 258.655,00 |
| Despesas Correntes | 3.580.000,00 | 10.190.760,00 | 4.582.862,14 | 44,97% | 4.324.207,14 | 42,43% | 4.302.750,63 | 42,22% | 258.655,00 |
| Despesas de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI) | 4.140.000,00 | 2.420.030,00 | 692.656,48 | 28,62% | 692.656,48 | 28,62% | 686.456,60 | 28,37% | - |
| Despesas Correntes | 4.140.000,00 | 2.420.030,00 | 692.656,48 | 28,62% | 692.656,48 | 28,62% | 686.456,60 | 28,37% | - |
| Despesas de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| ADMINISTRAÇÃO GERAL (XXXVII) | 192.746.000,00 | 339.159.340,00 | 265.962.127,35 | 78,42% | 264.406.915,61 | 77,96% | 264.350.079,16 | 77,94% | 1.555.211,74 |
| Despesas Correntes | 170.347.000,00 | 317.461.440,00 | 265.565.187,55 | 83,65% | 264.009.975,81 | 83,16% | 263.953.139,36 | 83,14% | 1.555.211,74 |
| Despesas de Capital | 22.399.000,00 | 21.697.900,00 | 396.939,80 | 1,83% | 396.939,80 | 1,83% | 396.939,80 | 1,83% | - |
| OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII) | 66.426.000,00 | 73.118.279,00 | 49.738.282,21 | 68,02% | 47.651.595,88 | 65,17% | 47.651.595,88 | 65,17% | 2.086.686,33 |
| Despesas Correntes | 61.426.000,00 | 62.469.329,00 | 44.672.139,58 | 71,51% | 43.163.501,75 | 69,10% | 43.163.501,75 | 69,10% | 1.508.637,83 |
| Despesas de Capital | 5.000.000,00 | 10.648.950,00 | 5.066.142,63 | 47,57% | 4.488.094,13 | 42,15% | 4.488.094,13 | 42,15% | 578.048,50 |
| TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII) | 1.103.449.000,00 | 1.492.970.289,00 | 1.199.163.161,94 | 80,32% | 1.123.398.598,09 | 75,25% | 1.123.140.036,11 | 75,23% | 75.764.563,85 |

| DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | DESPESAS PAGAS | | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g) |
|--|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------|-------------------------|-----------------|-------------------------|-----------------|---|
| | | | Até o Bimestre (d) | % (d / c) x 100 | Até o Bimestre (e) | % (e / c) x 100 | Até o Bimestre (f) | % (f / c) x 100 | |
| ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII) | 106.742.000,00 | 159.338.340,00 | 107.828.593,15 | 67,67% | 99.473.222,89 | 62,43% | 99.421.528,91 | 62,40% | 8.355.370,26 |
| ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII) | 842.005.000,00 | 1.088.538.090,00 | 951.043.372,30 | 87,37% | 872.294.180,78 | 80,13% | 872.160.175,29 | 80,12% | 78.749.191,52 |
| SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV) | 27.529.000,00 | 50.107.980,00 | 37.880.670,97 | 75,60% | 36.365.768,69 | 72,57% | 36.350.588,69 | 72,54% | 1.514.902,28 |
| VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV) | 3.660.000,00 | 10.190.760,00 | 4.582.862,14 | 44,97% | 4.324.207,14 | 42,43% | 4.302.750,63 | 42,22% | 258.655,00 |
| VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI) | 4.340.000,00 | 2.464.410,00 | 710.545,22 | 28,83% | 710.545,22 | 28,83% | 704.347,34 | 28,58% | - |
| ADMINISTRAÇÃO GERAL (XLV) = (IX + XXXVII) | 939.301.000,00 | 1.070.980.660,00 | 996.673.686,74 | 93,06% | 994.944.309,01 | 92,90% | 993.294.319,85 | 92,75% | 1.729.377,73 |
| OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII) | 77.606.000,00 | 94.246.109,00 | 69.862.749,04 | 74,13% | 64.517.645,77 | 68,46% | 64.517.645,77 | 68,46% | 5.345.103,27 |
| TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX) | 2.001.183.000,00 | 2.475.866.349,00 | 2.168.582.479,56 | 87,59% | 2.072.629.879,50 | 83,71% | 2.070.751.356,48 | 83,64% | 95.952.600,06 |
| (-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes * | 938.501.000,00 | 1.140.399.000,00 | 1.011.292.199,97 | 88,68% | 940.926.104,22 | 82,51% | 940.702.125,89 | 82,49% | 70.366.095,75 |
| TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII) | 1.062.682.000,00 | 1.335.467.349,00 | 1.157.290.279,59 | 86,66% | 1.131.703.775,28 | 84,74% | 1.130.049.230,59 | 84,62% | 25.586.504,31 |

FONTES: Sistema SigeF, Unidade Responsável: CTM - Contadoria Geral do Município, Emissão: 26/01/2023.





| | | | | | | | | | | | |
|---|-------------------------|--------------------------|-------------------------|-------------------------|----------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|----------------|-------------------------|-----------------------|
| GESTÃO AMBIENTAL | 28.145.000,00 | 33.371.000,00 | 6.157.092,71 | 30.497.707,18 | 0,33% | 2.873.292,82 | 7.514.580,72 | 27.032.505,27 | 0,31% | 6.338.494,73 | 3.465.201,91 |
| Administração Geral | 8.373.000,00 | 9.346.432,00 | 907.568,48 | 8.914.292,27 | 0,10% | 432.139,73 | 1.638.140,90 | 7.873.870,23 | 0,09% | 1.472.561,77 | 1.040.422,04 |
| Tecnologia da Informação | 430.000,00 | 420.000,00 | (4.762,01) | 370.364,63 | 0,00% | 49.635,37 | 61.702,56 | 289.782,22 | 0,00% | 130.217,78 | 80.582,41 |
| Preservação e Conservação Ambiental | 14.732.000,00 | 21.504.568,00 | 5.254.286,24 | 21.113.050,28 | 0,23% | 391.517,72 | 5.814.737,26 | 18.768.852,82 | 0,22% | 2.735.715,18 | 2.344.197,46 |
| Controle Ambiental | 4.910.000,00 | 2.100.000,00 | - | 100.000,00 | 0,00% | 2.000.000,00 | - | 100.000,00 | 0,00% | 2.000.000,00 | - |
| CIÊNCIA E TECNOLOGIA | 85.555.000,00 | 147.108.727,00 | 17.626.695,27 | 136.259.665,39 | 1,49% | 10.849.061,61 | 24.856.719,78 | 123.803.395,25 | 1,42% | 23.305.331,75 | 12.456.270,14 |
| Administração Geral | 28.727.000,00 | 37.861.761,00 | 8.367.656,19 | 37.214.415,15 | 0,41% | 647.345,85 | 8.344.852,18 | 34.749.408,68 | 0,40% | 3.112.352,32 | 2.465.006,47 |
| Tecnologia da Informação | 8.160.000,00 | 27.726.875,00 | 3.955.386,88 | 27.014.862,58 | 0,30% | 712.012,42 | 6.703.122,98 | 24.254.990,98 | 0,28% | 3.471.884,02 | 2.759.871,60 |
| Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia | 48.668.000,00 | 81.520.091,00 | 5.303.652,20 | 72.030.387,66 | 0,79% | 9.489.703,34 | 9.808.744,62 | 64.798.995,59 | 0,74% | 16.721.095,41 | 7.231.392,07 |
| AGRICULTURA | 1.000.000,00 | - | - | - | 0,00% | - | - | - | 0,00% | - | - |
| Comercialização | 1.000.000,00 | - | - | - | 0,00% | - | - | - | 0,00% | - | - |
| INDÚSTRIA | 20.020.000,00 | 19.190.153,00 | 4.020.002,22 | 18.517.276,39 | 0,20% | 672.876,61 | 4.467.763,66 | 16.871.358,09 | 0,19% | 2.318.814,91 | 1.645.938,30 |
| Administração Geral | 17.120.000,00 | 15.102.303,00 | 2.963.018,65 | 14.677.372,17 | 0,16% | 424.930,83 | 3.699.597,79 | 13.769.778,32 | 0,16% | 1.332.524,68 | 907.593,85 |
| Tecnologia da Informação | 400.000,00 | 229.595,00 | 2.797,00 | 100.594,34 | 0,00% | 129.000,00 | 2.797,00 | 100.594,34 | 0,00% | 129.000,68 | - |
| Infra-Estrutura Urbana | 2.500.000,00 | 3.858.255,00 | 1.054.186,57 | 3.739.309,88 | 0,04% | 118.945,12 | 765.388,87 | 3.000.965,43 | 0,03% | 857.289,57 | 738.344,45 |
| COMÉRCIO E SERVIÇOS | 272.104.000,00 | 362.085.048,00 | 36.204.326,51 | 225.112.250,42 | 2,47% | 136.972.797,58 | 58.696.059,26 | 188.227.757,26 | 2,16% | 173.857.290,74 | 36.884.493,16 |
| Administração Geral | 36.825.000,00 | 46.756.374,00 | 8.081.018,55 | 42.402.674,69 | 0,47% | 4.353.699,31 | 9.690.362,67 | 41.903.300,27 | 0,48% | 4.853.073,73 | 499.374,42 |
| Tecnologia da Informação | 568.000,00 | 431.800,00 | 21.083,47 | 196.100,37 | 0,00% | 235.699,63 | 38.860,68 | 168.004,62 | 0,00% | 263.795,38 | 28.095,75 |
| Administração de Concessões | 900.000,00 | 900.000,00 | (357.272,81) | 532.727,19 | 0,01% | 367.272,81 | - | 532.727,19 | 0,01% | 367.272,81 | - |
| Empregabilidade | 1.200.000,00 | 459.000,00 | (267.500,00) | 100.000,00 | 0,00% | 359.000,00 | - | - | 0,00% | 459.000,00 | 100.000,00 |
| Fomento ao Trabalho | 200.000,00 | 11.000,00 | - | - | 0,00% | 11.000,00 | - | - | 0,00% | 11.000,00 | - |
| Direitos Individuais, Coletivos e Difusos | 50.000,00 | 9.000,00 | - | - | 0,00% | 9.000,00 | - | - | 0,00% | 9.000,00 | - |
| Serviços Urbanos | 12.168.000,00 | 3.300.324,00 | 207.749,98 | 2.091.658,16 | 0,02% | 1.208.665,84 | 641.122,98 | 1.668.523,64 | 0,02% | 1.631.800,36 | 423.134,52 |
| Turismo | 220.193.000,00 | 310.217.550,00 | 28.519.247,32 | 179.789.090,01 | 1,97% | 130.428.459,99 | 48.325.712,93 | 143.955.201,54 | 1,65% | 166.262.348,46 | 35.833.888,47 |
| COMUNICAÇÕES | 72.702.000,00 | 125.036.337,00 | 23.584.695,97 | 119.468.612,70 | 1,31% | 5.567.724,30 | 22.928.334,61 | 107.129.151,10 | 1,23% | 17.907.185,90 | 12.339.461,60 |
| Administração Geral | 12.188.000,00 | 14.479.173,00 | 1.898.406,03 | 14.159.855,41 | 0,16% | 319.317,59 | 3.014.456,44 | 13.695.077,44 | 0,16% | 784.095,56 | 464.777,97 |
| Tecnologia da Informação | 614.000,00 | 301.000,00 | (3.497,41) | 273.419,27 | 0,00% | 27.580,73 | 16.236,67 | 270.919,27 | 0,00% | 30.080,73 | 2.500,00 |
| Comunicação Social | 59.900.000,00 | 110.256.164,00 | 21.689.787,35 | 105.035.338,02 | 1,15% | 5.220.825,98 | 19.897.641,50 | 93.163.154,39 | 1,07% | 17.093.009,61 | 11.872.183,63 |
| TRANSPORTE | 349.748.000,00 | 482.053.598,00 | 127.344.153,29 | 351.800.843,14 | 3,86% | 130.252.754,86 | 119.475.363,20 | 327.470.751,64 | 3,76% | 154.582.846,36 | 24.330.091,50 |
| Administração Geral | 89.230.000,00 | 26.511.418,00 | 2.184.012,51 | 24.595.554,28 | 0,27% | 1.915.863,72 | 4.599.146,18 | 22.994.232,83 | 0,26% | 3.517.185,17 | 1.801.321,45 |
| Tecnologia da Informação | 3.780.000,00 | 2.215.642,00 | 65.790,25 | 1.422.449,31 | 0,02% | 793.192,69 | 287.287,56 | 1.334.366,45 | 0,02% | 881.275,55 | 88.082,86 |
| Infra-Estrutura Urbana | 200.455.000,00 | 340.277.476,00 | 110.128.268,42 | 213.787.381,19 | 2,35% | 126.490.094,81 | 101.124.800,21 | 195.543.672,60 | 2,25% | 144.733.803,40 | 18.243.708,59 |
| Serviços Urbanos | 3.500.000,00 | 2.340.000,00 | - | 2.340.000,00 | 0,03% | - | - | - | 0,00% | 2.340.000,00 | 2.340.000,00 |
| Transportes Coletivos Urbanos | 52.183.000,00 | 110.109.062,00 | 12.670.388,77 | 109.485.691,02 | 1,20% | 623.370,98 | 13.414.307,06 | 107.431.283,57 | 1,23% | 2.677.778,43 | 2.054.407,45 |
| Transportes Especiais | 600.000,00 | 600.000,00 | (44.306,66) | 169.767,34 | 0,00% | 430.232,66 | 49.822,19 | 167.196,19 | 0,00% | 432.803,81 | 2.571,15 |
| DESPORTO E LAZER | 11.831.000,00 | 44.146.664,00 | 4.493.914,88 | 36.625.388,74 | 0,40% | 7.521.275,26 | 15.171.363,82 | 31.038.010,66 | 0,36% | 13.108.053,34 | 5.586.778,08 |
| Desporto Comunitário | 11.831.000,00 | 44.146.664,00 | 4.493.914,88 | 36.625.388,74 | 0,40% | 7.521.275,26 | 15.171.363,82 | 31.038.010,66 | 0,36% | 13.108.053,34 | 5.586.778,08 |
| ENCARGOS ESPECIAIS | 414.956.000,00 | 356.184.140,00 | 95.792.194,55 | 331.217.194,18 | 3,63% | 24.966.945,82 | 93.424.153,22 | 323.291.565,13 | 3,71% | 32.892.574,87 | 7.925.629,05 |
| Serviço da Dívida Interna | 188.963.000,00 | 160.040.580,00 | 41.393.155,54 | 156.942.775,30 | 1,72% | 3.097.804,70 | 41.393.155,54 | 156.942.775,30 | 1,80% | 3.097.804,70 | - |
| Outros Encargos Especiais | 225.993.000,00 | 196.143.560,00 | 54.399.039,01 | 174.274.418,88 | 1,91% | 21.869.141,12 | 52.030.997,68 | 166.348.789,83 | 1,91% | 29.794.770,17 | 7.925.629,05 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 20.000.000,00 | 20.000.000,00 | - | - | 0,00% | 20.000.000,00 | - | - | 0,00% | 20.000.000,00 | - |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 381.189.000,00 | 396.631.980,00 | 74.681.436,08 | 378.545.490,97 | 4,15% | 18.086.489,03 | 95.527.069,83 | 378.545.490,97 | 4,35% | 18.086.489,03 | - |
| TOTAL (III) = (I + II) | 8.703.094.000,00 | 10.918.333.391,00 | 1.472.313.801,12 | 9.116.353.616,24 | 100,00% | 1.801.979.774,76 | 2.122.604.487,44 | 8.704.520.762,19 | 100,00% | 2.213.812.628,81 | 411.832.854,05 |

FONTE: Sistema Sigei, Unidade Responsável: CTM - Contadora Geral do Município, Emissão: 26/01/2023.





DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

Em Reais

| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO | | Até o Bimestre | | |
|--|-----------------------|---|---|------------------------------------|
| RECEITAS | | | | |
| Previsão Inicial | | 8.703.094.000,00 | | |
| Previsão Atualizada | | 9.351.647.058,00 | | |
| Receitas Realizadas | | 9.663.547.827,51 | | |
| Déficit Orçamentário | | - | | |
| Saldo de Exercícios Anteriores (Utilizado para Créditos Adicionais) | | 1.566.686.333,00 | | |
| DESPESAS | | | | |
| Dotação Inicial | | 8.703.094.000,00 | | |
| Créditos Adicionais | | 2.215.239.391,00 | | |
| Dotação Atualizada | | 10.918.333.391,00 | | |
| Despesas Empenhadas | | 9.116.353.616,24 | | |
| Despesas Liquidadas | | 8.704.520.762,19 | | |
| Despesas Pagas | | 8.693.073.788,28 | | |
| Superávit Orçamentário | | 547.194.211,27 | | |
| DESPESAS POR FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO | | Até o Bimestre | | |
| Despesas Empenhadas | | 9.116.353.616,24 | | |
| Despesas Liquidadas | | 8.704.520.762,19 | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | | Até o Bimestre | | |
| Receita Corrente Líquida | | 8.551.876.728,04 | | |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento | | 8.457.832.612,04 | | |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal | | 8.457.832.612,04 | | |
| RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES | | Até o Bimestre | | |
| Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO) | | | | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas | | 621.563.397,83 | | |
| Despesas Previdenciárias Empenhadas | | 497.550.205,46 | | |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas | | 497.550.205,46 | | |
| Despesas Previdenciárias Pagas | | 497.550.205,46 | | |
| Resultado Previdenciário | | 124.013.192,37 | | |
| RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO | | Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a) | Resultado Apurado Até o Bimestre (b) | % em Relação à Meta (b / a) |
| Resultado Primário - Acima da Linha | | (589.625.000,00) | 86.209.455,44 | 114,62% |
| Resultado Nominal - Acima da Linha | | (639.918.000,00) | 253.483.284,30 | 139,61% |
| RESTOS A PAGAR POR PODER | | Inscrição | Cancelamento Até o Bimestre | Pagamento Até o Bimestre |
| RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | Saldo a Pagar |
| Poder Executivo | 89.281.741,76 | 181.170,68 | 45.204.777,42 | 43.895.793,66 |
| Poder Legislativo | 89.019.342,61 | 181.170,68 | 44.942.378,27 | 43.895.793,66 |
| Poder Judiciário | 262.399,15 | - | 262.399,15 | - |
| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | |
| Poder Executivo | 370.429.359,61 | 60.418.858,50 | 295.157.873,27 | 14.852.627,84 |
| Poder Legislativo | 369.835.573,89 | 60.391.964,27 | 294.744.279,33 | 14.699.330,29 |
| Poder Judiciário | 593.785,72 | 26.894,23 | 413.593,94 | 153.297,55 |
| TOTAL | 459.711.101,37 | 60.600.029,18 | 340.362.650,69 | 58.748.421,50 |
| DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | | Valor Apurado Até o Bimestre | Limites Constitucionais Anuais | |
| | | | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado Até o Bimestre |
| Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 1.432.325.425,46 | | 25,00% | 25,65% |
| Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica | 733.986.540,04 | | 70,00% | 77,57% |
| Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil | - | | 50,00% | - |
| Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital | - | | 15,00% | - |
| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL | | Valor Apurado Até o Bimestre | Saldo não realizado | |
| Receita de Operação de Crédito | | 356.615.431,75 | 428.272.883,25 | |
| Despesa de Capital Líquida | | 1.252.971.454,79 | 705.463.811,21 | |
| PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | | Exercício | 10º Exercício | 20º Exercício |
| Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) | | | | 35º Exercício |
| Receitas Previdenciárias | 639.665.675,16 | 642.954.863,59 | 681.387.128,71 | 612.775.064,22 |
| Despesas Previdenciárias | 503.159.505,44 | 776.047.915,63 | 960.719.696,90 | 997.865.574,33 |
| Resultado Previdenciário | 136.506.169,72 | (133.093.052,04) | (279.332.568,19) | (385.090.510,11) |
| RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS | | Valor Apurado Até o Bimestre | Saldo a Realizar | |
| Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos | | 7.917.658,68 | 96.736.341,32 | |
| Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos | | 14.442.619,12 | 91.813.000,00 | |
| DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | | Valor apurado Até o Bimestre | Limite Constitucional Anual | |
| | | | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado Até o Bimestre |
| Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos | 949.231.281,41 | | 15,00% | 17,71% |
| DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP | | Valor Apurado no Exercício Corrente | | |
| Total das Despesas / RCL (%) | | 0,00% | | |

FONTE: Sistema Sigeif, Unidade Responsável: CTM - Contadoria Geral do Município, Emissão: 28/01/2023.





DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2022 A DEZEMBRO DE 2022

RGF - Anexo 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
|--|---|-------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|-----------------|------------------|------------------|---------------------------------------|---|
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | |
| | Janeiro 2022 | Fevereiro 2022 | Março 2022 | Abril 2022 | Maió 2022 | Junho 2022 | Julho 2022 | Agosto 2022 | Setembro 2022 | Outubro 2022 | Novembro 2022 | Dezembro 2022 | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a) | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 218.656.738,99 | 225.983.391,53 | 243.484.402,82 | 248.177.880,11 | 246.755.599,61 | 265.497.197,00 | 246.254.392,58 | 241.185.956,69 | 240.087.006,05 | 243.639.853,92 | 259.027.822,10 | 528.035.589,45 | 3.206.784.830,85 | 6.951.078,12 |
| Pessoal Ativo | 177.573.629,79 | 179.846.640,67 | 177.803.439,07 | 182.955.736,29 | 181.455.565,65 | 201.465.317,99 | 195.878.153,73 | 193.598.018,36 | 193.973.578,89 | 195.729.879,74 | 210.333.601,28 | 409.845.122,74 | 2.500.458.684,20 | 535.161,41 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 149.079.564,00 | 151.354.880,75 | 149.560.290,65 | 156.970.344,84 | 148.375.076,83 | 167.729.972,35 | 163.276.397,55 | 162.353.458,48 | 162.236.996,02 | 164.124.015,49 | 175.719.908,04 | 341.703.751,08 | 2.092.484.656,08 | 535.161,41 |
| Obrigações Patronais | 28.494.065,79 | 28.491.759,92 | 28.243.148,42 | 25.985.391,45 | 33.080.488,82 | 33.735.345,64 | 32.601.756,18 | 31.244.559,88 | 31.736.582,87 | 31.605.864,25 | 34.613.693,24 | 68.141.371,66 | 407.974.028,12 | - |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 41.082.109,20 | 42.248.268,07 | 41.812.993,74 | 41.726.485,71 | 41.873.850,24 | 43.327.378,60 | 45.877.847,36 | 43.619.304,10 | 41.724.361,92 | 44.494.634,67 | 46.009.335,07 | 67.228.979,87 | 541.025.548,55 | - |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 31.419.582,84 | 31.494.696,90 | 31.833.073,47 | 31.613.641,30 | 31.828.076,67 | 32.966.335,03 | 35.505.586,21 | 33.635.792,21 | 32.088.462,52 | 34.197.700,32 | 34.181.436,26 | 51.450.555,62 | 412.214.939,35 | - |
| Pensões | 9.662.526,36 | 10.753.571,17 | 9.979.920,27 | 10.112.844,41 | 10.045.773,57 | 10.361.043,57 | 10.372.261,15 | 9.983.511,89 | 9.635.899,40 | 10.296.934,35 | 11.827.898,81 | 15.778.424,25 | 128.810.609,20 | - |
| Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§1º do art. 18 da LRF) | - | 3.888.482,79 | 23.867.970,01 | 23.495.658,11 | 23.426.183,72 | 20.704.500,41 | 4.498.391,49 | 3.968.634,23 | 4.389.065,24 | 3.415.339,51 | 2.684.885,75 | 50.961.486,84 | 165.300.598,10 | 6.415.916,71 |
| Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF) | 36.180.742,84 | 37.669.505,12 | 36.837.249,63 | 36.740.233,30 | 37.083.722,81 | 38.251.083,36 | 40.669.526,16 | 38.573.462,07 | 36.800.986,50 | 39.698.950,70 | 40.849.965,54 | 59.640.282,49 | 478.995.710,52 | - |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 29.105,22 | 4.885,24 | 271,58 | 10.795,18 | 54.878,53 | - | - | 60.964,85 | - | 54.287,79 | - | 9.875,00 | 225.063,39 | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração | 4.400,00 | 188.231,68 | 30.886,06 | 4.848,00 | 15.248,12 | 7.272,00 | 7.272,00 | 2.424,00 | 4.848,00 | 577.562,32 | 63.108,89 | 131.593,30 | 1.037.694,37 | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração | 137.112,22 | 381.705,12 | 54.086,89 | 22.557,70 | 263.131,19 | 117.368,84 | 428.791,22 | 235.626,42 | 111.424,74 | 5.860,85 | 11.174,71 | 3.403,56 | 1.772.243,46 | - |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 36.010.125,40 | 37.094.683,08 | 36.752.005,10 | 36.702.032,42 | 36.750.464,97 | 38.126.442,52 | 40.233.462,94 | 38.274.446,80 | 36.684.713,76 | 39.061.239,74 | 40.775.681,94 | 59.495.410,63 | 475.960.709,30 | - |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 182.474.996,15 | 188.313.886,41 | 206.647.153,19 | 211.437.646,81 | 209.671.876,80 | 227.246.113,64 | 205.584.866,42 | 202.612.494,62 | 203.286.019,55 | 203.940.903,22 | 218.177.856,56 | 468.395.306,96 | 2.727.789.120,33 | 6.951.078,12 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
|---|------------------|------------------------|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 8.551.876.728,04 | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | 94.044.116,00 | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI) | - | - |
| (=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI) | 8.457.832.612,04 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb) | 2.734.740.198,45 | 32,33% |
| LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 4.567.229.610,50 | 54,00% |
| LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 4.338.868.129,98 | 51,30% |
| LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 4.110.506.649,45 | 48,60% |

FONTE: Sistema Sigeif, Unidade Responsável: CTM - Contadoria Geral do Município. Emissão 26/01/2023.

* Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA: Os valores referentes a despesa de pessoal com contratos de gestão são lançados na competência em que a prestação de conta ocorreu





DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

RGF - Anexo 2 (LRF, Art. 55, inciso I, alíneas "b")

R\$ 1,00

| DÍVIDA CONSOLIDADA | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022 | | |
|---|-----------------------------|----------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) | 2.631.221.290,02 | 2.475.282.004,79 | 2.666.401.986,45 | 3.009.329.383,46 |
| Dívida Mobiliária | - | - | - | - |
| Dívida Contratual | 1.757.045.813,93 | 1.601.896.034,06 | 1.794.490.334,93 | 1.976.716.526,53 |
| Empréstimos | 1.505.511.701,12 | 1.357.597.811,38 | 1.555.684.549,03 | 1.743.881.428,35 |
| Internos | 443.120.015,25 | 449.401.162,42 | 489.570.847,37 | 521.724.005,43 |
| Externos | 1.062.391.685,87 | 908.196.648,96 | 1.066.113.701,66 | 1.222.157.422,92 |
| Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios | - | - | - | - |
| Financiamentos | - | - | - | - |
| Internos | - | - | - | - |
| Externos | - | - | - | - |
| Parcelamento e Renegociação de Dívidas | 251.534.112,81 | 244.298.222,68 | 238.805.785,90 | 232.835.098,18 |
| De Tributos | 194.724,85 | 173.155,23 | 151.328,05 | 130.371,53 |
| De Contribuições Previdenciárias | 238.939.614,87 | 233.670.696,21 | 228.415.278,88 | 222.423.635,69 |
| De Demais Contribuições Sociais | 8.511.695,43 | 8.362.754,80 | 8.147.562,53 | 8.189.474,52 |
| Do FGTS | 1.796.461,22 | - | - | - |
| Com Instituição Não Financeira | 2.091.616,44 | 2.091.616,44 | 2.091.616,44 | 2.091.616,44 |
| Demais Dívidas Contratuais | - | - | - | - |
| Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos | 419.769.209,80 | 419.769.209,80 | 385.845.222,26 | 514.357.819,47 |
| Outras Dívidas | 454.406.266,29 | 453.616.760,93 | 486.066.429,26 | 518.255.037,46 |
| DEDUÇÕES (II) | 2.048.001.662,87 | 2.725.091.011,93 | 2.958.996.141,01 | 2.549.908.672,90 |
| Disponibilidade de Caixa ¹ | 2.036.611.400,09 | 2.571.319.486,95 | 2.762.660.215,78 | 2.399.413.529,98 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 2.125.893.141,85 | 3.076.701.206,82 | 3.191.048.765,04 | 2.783.777.411,00 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 89.281.741,76 | 46.917.224,01 | 44.602.684,88 | 55.528.714,89 |
| (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | - | 458.464.495,86 | 383.785.864,38 | 328.835.166,13 |
| Demais Haveres Financeiros | 11.390.262,78 | 153.771.524,98 | 196.335.925,23 | 150.495.142,92 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II) | 583.219.627,15 | (249.809.007,14) | (292.594.154,56) | 459.420.710,56 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 7.011.664.408,72 | 7.495.292.800,25 | 7.993.460.490,20 | 8.551.876.728,04 |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | 32.163.642,08 | 62.263.642,08 | 123.221.654,08 | 94.044.116,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V) | 6.979.500.766,64 | 7.433.029.158,17 | 7.870.238.836,12 | 8.457.832.612,04 |
| % da DC sobre a RCL AJUSTADA (I / VI) | 37,70% | 33,30% | 33,88% | 35,58% |
| % da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III / VI) | 8,36% | -3,36% | -3,72% | 5,43% |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120% | 8.375.400.919,97 | 8.919.634.989,80 | 9.444.286.603,34 | 10.149.399.134,45 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 108% | 7.537.860.827,97 | 8.027.671.490,82 | 8.499.857.943,01 | 9.134.459.221,00 |

| OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022 | | |
|---|-----------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000 | - | - | - | 109.901.397,67 |
| PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) ² | 139.379.546,59 | 105.819,91 | 105.819,91 | 1.752.629,74 |
| PASSIVO ATUARIAL | 5.388.105.674,89 | 5.388.105.674,89 | 5.388.105.674,89 | 5.565.666.331,07 |
| RP NÃO-PROCESSADOS | 366.902.975,14 | 78.101.380,89 | 53.765.980,65 | 425.637.957,86 |
| ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO | - | - | - | - |
| DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP | - | - | - | - |
| APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS | 125.352.686,89 | 129.327.487,03 | 136.799.836,15 | 135.454.884,25 |

FONTE: Sistema Sigef, Unidade Responsável: CTM - Contadoria Geral do Município. Emissão 26/01/2023.

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que os Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

² Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios".



**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

RGF - Anexo 3 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

| GARANTIAS CONCEDIDAS | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022 | | |
|---|-----------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| AOS ESTADOS (I) | - | - | - | - |
| Em Operações de Crédito Externas | - | - | - | - |
| Em Operações de Crédito Internas | - | - | - | - |
| AOS MUNICÍPIOS (II) | - | - | - | - |
| Em Operações de Crédito Externas | - | - | - | - |
| Em Operações de Crédito Internas | - | - | - | - |
| ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III) | - | - | - | - |
| Em Operações de Crédito Externas | - | - | - | - |
| Em Operações de Crédito Internas | - | - | - | - |
| POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV) | - | - | - | - |
| TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV) | - | - | - | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI) | 7.011.664.408,72 | 7.495.292.800,25 | 7.993.460.490,20 | 8.551.876.728,04 |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII) | 32.163.642,08 | 62.263.642,08 | 123.221.654,08 | 94.044.116,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII) | 6.979.500.766,64 | 7.433.029.158,17 | 7.870.238.836,12 | 8.457.832.612,04 |
| % do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V / VIII) | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22% | 1.535.490.168,66 | 1.635.266.414,80 | 1.731.452.543,95 | 1.860.723.174,65 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 19,8% | 1.381.941.151,79 | 1.471.739.773,32 | 1.558.307.289,55 | 1.674.650.857,18 |
| CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS | | | | |
| DOS ESTADOS (IX) | - | - | - | - |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | - | - | - | - |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | - | - | - | - |
| DOS MUNICÍPIOS (X) | - | - | - | - |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | - | - | - | - |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | - | - | - | - |
| DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI) | - | - | - | - |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | - | - | - | - |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | - | - | - | - |
| EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII) | - | - | - | - |
| TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII) | - | - | - | - |
| MEDIDAS CORRETIVAS: | | | | |

FONTE: Sistema Sigef, Unidade Responsável: CTM - Contadoria Geral do Município. Emissão 26/01/2023.





DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

RGF - Anexo 4 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

RS 1,00

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR REALIZADO | |
|--|-------------------------------------|---|
| | No Quadrimestre de Referência | Até o Quadrimestre de Referência (a) |
| Mobiliária | - | - |
| Interna | - | - |
| Externa | - | - |
| Contratual | 202.725.645,16 | 356.615.431,75 |
| Interna | 48.689.674,52 | 125.073.746,11 |
| Empréstimos | 48.689.674,52 | 116.643.627,61 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | - | - |
| Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços | - | - |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | - | - |
| Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação ¹ (I) | - | 8.430.118,50 |
| Externa | 154.035.970,64 | 231.541.685,64 |
| Empréstimos | 154.035.970,64 | 231.541.685,64 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | - | - |
| Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços | - | - |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | - | - |
| Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação ¹ (II) | - | - |
| TOTAL (III) | 202.725.645,16 | 356.615.431,75 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
|--|-----------------------|---------------------------|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 8.551.876.728,04 | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | 94.044.116,00 | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V) | 8.457.832.612,04 | - |
| OPERAÇÕES VEDADAS (VII) | - | 0,00% |
| TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa) | 348.185.313,25 | 4,12% |
| LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS | 1.353.253.217,93 | 16,00% |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 14,4% | 1.217.927.896,13 | 14,40% |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | - | 0,00% |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 592.048.282,84 | 7,00% |

| OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA | VALOR REALIZADO | |
|--|-------------------------------------|---|
| | No Quadrimestre de Referência | Até o Quadrimestre de Referência (a) |
| Parcelamentos de Dívidas | - | - |
| Tributos | - | - |
| Contribuições Previdenciárias | - | - |
| FGTS | - | - |
| Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas | - | - |

FONTE: Sistema Sigef, Unidade Responsável: CTM - Contadoria Geral do Município. Emissão 26/01/2023.

¹ Conforme Manual de Instrução de Pedidos (MIP), disponível em conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.





DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

RGF - Anexo 5 (LRF, Art. 55, inciso II, alínea "a")

RS 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)¹ | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) | |
|---|--------------------------------|---------------------------------------|---------------------|---|--|---|---|---|--|-------------------------------|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | | | | | | Demais Obrigações Financeiras |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | | | |
| (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | (f) | (g) = (a - (b + c + d + e) - f) | (h) | (i) = (g - h) | | |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I) | 1.618.949.498,12 | 5.765.458,87 | 5.165.803,80 | 13.674.609,12 | 173.610.286,31 | - | 1.420.733.340,02 | 253.053.778,69 | - | 1.167.679.561,33 |
| Recursos Não Vinculados de Impostos | 1.536.047.232,34 | 4.457.677,49 | 5.158.898,35 | 13.272.772,64 | 173.444.358,81 | - | 1.339.713.525,05 | 242.786.274,64 | - | 1.096.927.250,41 |
| Outros Recursos não Vinculados | 82.902.265,78 | 1.307.781,38 | 6.905,45 | 401.836,48 | 165.927,50 | - | 81.019.814,97 | 10.267.504,05 | - | 70.752.310,92 |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II) | 1.527.808.838,65 | 38.350.988,52 | 4.774.425,19 | 804.067,44 | 156.886.448,17 | - | 1.326.992.909,33 | 156.587.210,46 | - | 1.170.405.698,87 |
| Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação | 9.756.648,25 | 1.762.282,38 | 160.294,72 | - | 7.316.448,43 | - | 517.622,72 | 517.622,72 | - | 0,00 |
| Transferências do Fundeb | 328.250.958,30 | 5.884.072,07 | 1.896.320,78 | - | 2.267.338,64 | - | 318.203.226,81 | 3.277.139,92 | - | 314.926.086,89 |
| Outros Recursos Vinculados à Educação | 58.641.978,79 | - | - | - | 11.879,09 | - | 58.630.099,70 | - | - | 58.630.099,70 |
| Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde | 38.271.818,35 | 11.022.186,04 | 1.619.961,04 | - | 5.441.635,06 | - | 20.188.036,21 | 20.188.036,21 | - | - |
| Outros Recursos Vinculados à Saúde | 360.083.698,46 | 17.318.398,55 | 223.978,33 | - | 3.091.302,54 | - | 339.450.019,04 | 70.845.855,75 | - | 268.604.163,29 |
| Recursos Vinculados à Assistência Social | 76.528.861,15 | 2.177.851,55 | 37.608,22 | 315.930,26 | 59.147,68 | - | 73.938.323,44 | 2.277.213,26 | - | 71.661.110,18 |
| Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) | 240.980.152,75 | - | - | - | 1.712.043,03 | - | 239.268.109,72 | - | - | 239.268.109,72 |
| Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração | 5.340.544,37 | - | 11.520,00 | 39.030,44 | 49.209,86 | - | 5.240.784,07 | 787.839,86 | - | 4.452.944,21 |
| Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde) | 140.855.326,39 | 4.278,20 | 745.845,36 | - | 2.868.924,36 | - | 137.236.278,47 | 34.835.613,21 | - | 102.400.665,26 |
| Recursos de Alienações de Bens/ Ativos | 3.115.638,45 | - | - | - | - | - | 3.115.638,45 | 1.145.153,88 | - | 1.970.484,57 |
| Recursos Extraorçamentários | 11.124.691,52 | - | - | - | 11.124.691,52 | - | - | - | - | - |
| Outros Recursos Vinculados | 254.858.521,87 | 181.919,73 | 78.896,74 | 449.106,74 | 122.943.827,96 | - | 131.204.770,70 | 22.712.735,65 | - | 108.492.035,05 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 3.146.758.336,77 | 44.116.447,39 | 9.940.228,99 | 14.478.676,56 | 330.496.734,48 | - | 2.747.726.249,35 | 409.640.989,15 | - | 2.338.085.260,20 |

FONTE: Sistema Sigef, Unidade Responsável: CTM - Contadoria Geral do Município. Emissão 26/01/2023.

¹ Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

Nota: Foi incluído na disponibilidade bruta de caixa, na linha "Outros Recursos Vinculados", o saldo da conta especial de precatórios (1.1.3.5.1.08), no valor de R\$ 121.122.799,47, uma vez que o passivo correspondente a este consta na coluna de demais obrigações financeiras, na conta 2.1.8.8





DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

LRF, art. 48 - Anexo 6

RS 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE | |
|--|--|---|
| Receita Corrente Líquida | 8.551.876.728,04 | |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento | 8.457.832.612,04 | |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal | 8.457.832.612,04 | |
| | | |
| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 2.734.740.198,45 | 32,33% |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54% | 4.567.229.610,50 | 54,00% |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 51,3% | 4.338.868.129,98 | 51,30% |
| Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 48,6% | 4.110.506.649,45 | 48,60% |
| | | |
| DÍVIDA CONSOLIDADA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| Dívida Consolidada Líquida | 459.420.710,56 | 5,43% |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 10.149.399.134,45 | 120,00% |
| | | |
| GARANTIAS DE VALORES | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| Total das Garantias Concedidas | - | 0,00% |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 1.860.723.174,65 | 22,00% |
| | | |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| Operações de Crédito Internas e Externas | 348.185.313,25 | 4,12% |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas | 1.353.253.217,93 | 16,00% |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita | - | 0,00% |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 592.048.282,84 | 7,00% |
| | | |
| RESTOS A PAGAR | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| Valor Total | 409.640.989,15 | 2.338.085.260,20 |

FONTE: Sistema SigeF, Unidade Responsável: CTM - Contadoria Geral do Município. Emissão 26/01/2023.





SALVADOR
PREFEITURA

Secretaria da Fazenda



**Prefeitura
de Salvador**

Edição 2022

